

1º PRÊMIO
FRIPERJ-FAPERJ-IPP

Camila Dias da Costa

As cores do suicídio

a morte na sociedade escravocrata
do Rio de Janeiro (1830 – 1850)



FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas
de Ensino do Estado do Rio de Janeiro



PREFEITURA
RIO
Instituto
Pereira Passos

LETR^CAITAL



Copyright © Camila Dias da Costa, 2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Do autor

CAPA Jenyfer Bonfim

PROJETO GRÁFICO Luiz Guimarães

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-244-3

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO. SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C871c

Costa, Camila Dias da

As cores do suicídio [recurso eletrônico] : a morte na sociedade escravocrata do Rio de Janeiro (1830-1850) / Camila Dias da Costa. - 1. ed. - Rio de Janeiro [RJ] : Letra Capital, 2025.

Recurso digital ; 4 MB (1º Prêmio FRIPERJ-FAPERJ-IPP)

Formato: epdf; Requisitos do sistema: adobe acrobat reader; Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-244-3 (recurso eletrônico)

1. Escravidão - Brasil - História. 2. Negros - Aspectos sociais - Brasil. 3. Morte - Pessoas escravizadas - Brasil.
4. Livros eletrônicos. I. Título. II. Série.

25-102005.0

CDD: 981.04

CDU: 94(81)"1830/1850"



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

CONSELHO EDITORIAL (SÉRIE LETRA CAPITAL ACADÉMICA)

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)

Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)

Claudio Cezar Henrique (UERJ)

Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)

João Luiz Pereira Domingues (UFF)

Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)

Leonardo Santana da Silva (UFRJ)

Lina Boff (PUC-Rio)

Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)

Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)

Michela Rosa di Candia (UFRJ)

Olavo Luppi Silva (UFABC)

Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)

Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)

Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)

Robert Segal (UFRJ)

Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)

Sandro Ornellas (UFBA)

Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

LETRA CAPITAL EDITORA

Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465

www.letracapital.com.br

Apresentação¹

O Fórum de Reitores das Instituições Públcas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro - FRIPERJ foi criado em 2022. Fazem parte do FRIPERJ as seguintes instituições: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Colégio Pedro II; Instituto Federal do Rio de Janeiro; Instituto Federal Fluminense; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Até o final dos anos 1970, só existiam instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Seropédica. A partir de 1980, as instituições hoje pertencentes ao FRIPERJ passaram por uma enorme interiorização, principalmente a partir do século XXI, e estão presentes em 62 dos 92 municípios fluminenses.

Uma das motivações para a criação do FRIPERJ é ampliar a integração entre as instituições acadêmicas públicas e a sociedade fluminense. Outro objetivo é estimular a reflexão regional sobre o estado do Rio de Janeiro.

Nessa direção, o FRIPERJ tem realizado encontros itinerantes nas oito regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, além de um seminário anual de estudos sobre o estado, com apresentação de trabalhos acadêmicos e a realização de mesas redondas.

¹ Agradecemos ao Programa de Apoio à Pesquisa, Inovação e Cultura (PAPIC/UENF) pelo financiamento desta publicação, por meio do Edital PROPPG nº 09/2025 – PAPIC/FRIPERJ (Processo SEI nº 260002/008042/2025).

Realiza também um prêmio para dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o estado do Rio de Janeiro, a cada dois anos, em parceria com a FAPERJ e o Instituto Pereira Passos.

São critérios para a premiação: a originalidade do trabalho; sua relevância para a ampliação do conhecimento sobre o desenvolvimento social, urbano, econômico, político, cultural, ambiental e histórico do estado do Rio de Janeiro; e a possibilidade do aproveitamento dos conteúdos na formulação de políticas públicas.

Em 2023, foi realizada a primeira edição do Prêmio. Participaram trabalhos defendidos entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de julho de 2023. Foram habilitados no concurso 242 trabalhos, sendo 141 dissertações de Mestrado e 101 teses de Doutorado. Reconhecer e divulgar os trabalhos acadêmicos que abordam a temática sobre o estado do Rio de Janeiro é uma maneira de valorizar o esforço, a dedicação e a competência desses pesquisadores em prol da produção científica e da construção de conhecimentos úteis para a sociedade fluminense. A divulgação desses trabalhos acadêmicos cria um ambiente de compartilhamento de saberes e de experiências, estimulando o diálogo e a troca de informações entre os pesquisadores, as instituições e a sociedade fluminense.

O FRIPERJ tem a alegria de publicar agora, em formato de livro, os trabalhos premiados em 2023.

Boa leitura!

Roberto de Souza Rodrigues
Presidente do FRIPERJ

Camila Dias da Costa

AS CORES DO SUICÍDIO:
a morte na sociedade escravocrata
do Rio de Janeiro (1830–1850)



FRIPERJ

Fórum de Reitores das Instituições Públicas
de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA
RIO

Instituto
Pereira Passos

LETRACAPITAL



FAPERJ

*Este livro é inteiramente dedicado aos meus pais.
Os dois maiores incentivadores das realizações dos meus sonhos.
Muito obrigado.*

Sumário

Prefácio	9
Apresentação.....	12
Introdução	14
1. A morte dos africanos e negros no Rio de Janeiro	24
1.1 - Construindo o cenário: Rio de Janeiro (1830–1850)	25
1.2 - O africano e o negro: o trabalho e inserção em meio a Urbe carioca.....	28
1.3 - Das Áfricas ao Rio de Janeiro: Vida e Morte dos Africanos.....	31
1.4 - A morte sob perspectiva do olhar banto: a ancestralidade e o mundo espiritual	34
1.5 - A morte dos Africanos no Rio de Janeiro (1830 – 1850)	39
2. No Kalunga do esquecimento: a história dos suicidas negros e africanos	53
2.1 - A grande manchete: o suicida em preto e branco	54
2.2 - Suicídio e gênero em tons negros	60
2.3 - Um adeus sem motivos	62
2.4 - Tonalidades negras: os não nomeados e excluídos da história.....	66
2.5 - Metodologia de como partir desta para uma melhor ..	71
2.6 - Quando a partida não importa	86
3. Quando morre um branco: uma análise comparativa.....	89
3.1 - A motivação: o suicida e a história apresentada.....	99
3.2 - A escolha ao partir define quem somos: o que o método revela	106
3.3 - O suicida exterior: entre o estrangeiro e o personagem.....	115

Considerações finais	132
Referências	137
Apêndice - Corpo Documental	141

Prefácio

Refaciar o livro da Camila Costa não é uma tarefa fácil, isso porque nos conhecemos desde o final da graduação, passando pela dissertação que deu origem a este livro até a sua tese de doutorado. Acompanhar o amadurecimento dela ao longo de todos esses anos, ver de onde ela partiu até onde ela chegou, só reafirma em mim a firme convicção do poder transformador da educação.

Ela chegou até a mim em fins de 2016, com um projeto sobre o suicídio como forma de resistência a escravidão e pediu ajuda para melhorar ele e tentar o processo seletivo do mestrado em História na UERJ. Uma “menina” de cabelo vermelho, espalhafatosa, falante, meu primeiro conselho, foi “respira” e “calma”. Sugerí uma bibliografia e disse que o projeto carecia de fontes, que ela precisava listar quais documentos ela iria usar, que ainda estava muito frágil, mas que era normal naquele momento de sua formação.

E assim ela fez, leu o que sugerí, foi no Arquivo Nacional, listou uma série de fontes e melhorou o seu projeto, se inscreveu no mestrado e foi aprovada em 30º lugar, ou seja, a última da lista dos aprovados na seleção do mestrado aquele ano. Ao entrar no mestrado, me procurou dizendo que queria que eu a orientasse, ao que disse que para mim seria difícil, pois além de não conhecer a história do Rio de Janeiro, sequer carioca era. Mas que poderíamos tentar, levando em conta a minha experiência de pesquisa no meu mestrado, no qual trabalhei com histórias das populações escravas na Bahia da segunda metade do século XIX.

A orientação não foi fácil, como quase nunca é quando da transição tão rápida da graduação para a pós-graduação. Virar a chave e entender o processo de construção de uma dissertação não é fácil para ninguém. Resolver problemas estruturais de escrita, que remetem a problemas de formação, infelizmente muito comuns atualmente, sobretudo em alunos de origem periférica, também não é fácil.

Camila escreveu, reescreveu e escreveu de novo seguidas vezes seus textos. Encampou a ideia de que a pesquisa e a escrita têm mais a ver com transpiração do que com inspiração. Mesmo assim o trabalho não ficava bom e o prazo da qualificação chegando e resolvemos qualificar, mesmo o texto ainda não estava ainda tão maduro. A banca, composta pelos professores André Azevedo (UERJ) e Gustavo Sousa (INES) foi generosa, leu com atenção o trabalho dela, sugeriu questões e pontuou que talvez fosse necessário fazer uma segunda qualificação, para maturar ainda mais o seu texto e achar uma linha que norteasse a sua pesquisa. E assim foi feito, uma segunda qualificação e uma defesa logo depois, a custa de muito choro, muita ansiedade, mas também muita dedicação. Em nenhum momento disse: “chega, para mim deu”. Sabia que fazer o mestrado e logo depois o doutorado, era a oportunidade para tentar mudar sua vida, vislumbrar novos horizontes e assim fez.

Depois da defesa de mestrado, ver que aquela “menina de cabelo vermelho” que entrou na última vaga do mestrado, que foi “reprovada” em sua qualificação de mestrado, sendo a única dissertação em História de todo o Estado do Rio de Janeiro, a ganhar uma menção honrosa no primeiro prêmio de melhores teses e dissertações de doutorado e mestrado sobre o Estado do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana - FVIPERJ-FAPERJ-IPP, cujo prêmio foi, além do reconhecimento, a publicação de sua pesquisa como livro, me encheu os olhos de lágrima.

Todo trabalho de pesquisa envolve uma dimensão humana, subjetiva e emocional. Não há como prefaciar um livro que aborda temas tão sensíveis como a morte, o suicídio e a invisibilidade negra e africana no Rio de Janeiro do oitocentos, sem falar da dimensão pessoal que acompanhou toda essa trajetória de pesquisa.

A forma como ela trabalha as notícias sobre os personagens nas páginas do Jornal do Comércio e do Diário do Rio de Janeiro, joga luz a história de homens e mulheres, que ainda que invisibilizados pela imprensa branca, tem suas histórias publicizadas nas páginas do livro de Camila.

Ela se coloca do lado desses personagens, com o estranhamento e afastamento necessário de toda boa pesquisadora, mas

ela tem lado e o lado está claro na forma como preenche os silêncios dessa documentação, que é suscinta quando se trata do suicídio negro, mas é detalhada, quando se trata de uma pessoa branca. Tem lado quando equilibra em sua pesquisa, essas duas realidades, colocando a serviço desses silêncios, a sua imaginação, sempre mediada pela leitura de uma bibliografia secundária rica e que permite entender o que não está descrito nas páginas dos jornais, mas que poderia ter sido, porque uma das principais qualidades de uma boa historiadora é a tarefa de imaginar.

Como ela bem destaca, o silenciamento não diz respeito a falta de informação sobre aqueles negros e negras, mas sim a negação de sua humanidade. A negação da humanidade dos corpos negros ainda tem sido uma máxima em uma cidade como o Rio de Janeiro, que nesse exato momento, outubro de 2025, assistiu a maior chacina de sua história. Mais de 120 pessoas mortas, cujos corpos só foram retirados da mata onde se encontravam pelos moradores e não pelo Estado, expostos em praça pública com claros sinais de violação, e onde 48 horas depois, sequer sabemos os seus nomes.

Tristemente, o livro da Camila, se revela cada vez mais atual. A desumanização dos corpos negros é um dado da realidade da cidade do Rio de Janeiro. Mas trabalhos como o dela, humanizam esses personagens e suas famílias, mostram toda uma série de subjetividades que os conectam com um outro lado da história, que ainda que silenciado pela imprensa branca, encontram em trabalhos de pesquisa um importante e necessário relato.

Respira, calma e voa Camila. O mundo é seu!

Rio de Janeiro, outubro de 2025

Washington Nascimento

*Professor do quadro permanente do Programa
de Pós-Graduação em História Política da UERJ*

Apresentação

Ao escrever *As cores do suicídio: a morte na sociedade escravocrata* (1830–1850), percorri caminhos de silêncio e de memória. Busquei compreender não apenas o ato extremo de tirar a própria vida, mas também o contexto de dor, opressão e resistência que o cercava. Em cada documento, encontrei vestígios de humanidade — ecos de vozes que, mesmo sufocadas, ainda falam através do tempo.

Este livro nasceu do meu desejo de dar cor ao que, por muito tempo, foi mantido na sombra. De reconhecer que, por trás das estatísticas e dos discursos morais, existiam pessoas — homens e mulheres que enfrentaram um mundo que lhes negava liberdade, dignidade e, muitas vezes, o próprio direito de existir.

Sou **Camila Dias da Costa**, filha da paleta de cores que compõe o Brasil, e dedico minha trajetória intelectual a compreender as múltiplas tonalidades da experiência humana. Sou pesquisadora com ênfase nos estudos sobre a diáspora africana, a escravidão, a história da morte e a história dos estudos africanos, buscando iluminar os silêncios e as memórias esquecidas que atravessam o passado e continuam a ecoar no presente. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integro o Grupo Interinstitucional Áfricas e o Laboratório de Estudos Africanos (LEAF/UERJ) — espaços de reflexão e produção de conhecimento sobre o mundo afro-atlântico. Minha pesquisa se constrói no encontro entre o rigor acadêmico e a sensibilidade histórica, revelando as tramas que unem vida, morte e ancestralidade na formação da sociedade brasileira.

Nesta obra, proponho uma reflexão profunda sobre a morte voluntária em um dos períodos mais sombrios e complexos da história do Brasil: a sociedade escravocrata entre 1830 e 1850. Ao investigar o suicídio nesse contexto, busco lançar luz sobre as dimensões sociais, raciais e simbólicas que envolveram o ato de tirar a própria vida em um sistema sustentado pela desigualdade e pela violência. Mais do que uma análise sobre a morte,

este estudo revela as múltiplas cores do sofrimento humano, os limites da resistência e as formas de expressão da subjetividade em um mundo que negava a liberdade.

Entre documentos, relatórios da Polícia da Corte e jornais como o *Comércio do Rio de Janeiro* e o *Diário do Rio de Janeiro*, o leitor encontrará um panorama das tensões entre moral, poder e dor — e de como essas forças moldaram a compreensão do suicídio no Brasil oitocentista.

Resultado de uma pesquisa rigorosa e sensível, *As cores do suicídio* é um convite à reflexão sobre as intersecções entre corpo, alma e sociedade, oferecendo uma contribuição para os estudos históricos sobre morte, escravidão e subjetividade.

Ao olhar para o passado, reconheço nele as raízes do nosso presente. Escrever sobre a morte foi, para mim, também escrever sobre a vida — sobre o poder de resistir, de sentir e de lembrar. Que esta obra seja, portanto, um convite à escuta, à empatia e à reconstrução de uma história que é, em suas dores e cores, profundamente nossa.

Introdução

Analisaremos uma manchete do *Jornal do Comércio* de 21 de agosto de 1830. O que mais chama atenção foi a depreciação do suicida e o descaso no seu socorro. Eles o levaram vivo para o cemitério. Não deveriam tê-lo socorrido quando o indivíduo ainda estava consciente e pedia água? Por ter cometido suicídio, ele não teria direito a uma segunda chance?

Em 14 de maio, enforcou-se no porto um indivíduo, sendo levado seu corpo para o cemitério pela Irmandade da Misericórdia, o desgraçado deu alguns sinais de vida, falou, e pediu uma gota d'água. Em consequência ia ser conduzido ao hospital para se lhe administrarem os medicamentos necessários, quando se recebeu ordem em contrário: o pobre homem lutou ainda quatro horas com a morte, e escaparia dela se recebesse os socorros que lhe foram negados¹.

O indivíduo, ao cometer suicídio, rombia com o pacto social. A partir do momento em que sua vida era perdida, ele deixava de importar para a sociedade. Como se verifica pelo socorro negligenciado, permaneceu quatro horas agonizando. O sofrimento se estendeu no *post mortem*, uma vez que seu suicídio foi retratado de forma pejorativa.

A possibilidade de agir sobre o próprio corpo e a existência daqueles que se atreviam a quebrar os códigos de comportamento relacionados à morte resultavam, no contexto cultural, em uma exclusão do corpo social. Esses indivíduos eram rotulados como doentes, loucos, desequilibrados, covardes e frustrados². O suicida era um sujeito que merecia um castigo pela

1 Bremen, Notícias Estrangeiras. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 ago.1830. p.01

2 Existe na sociedade uma imposição relativa a forma da morte e a ideia de uma cronologia biológica sobre a mortalidade. Os códigos relativos ao falecimento estão ligados ao que se espera de uma “boa morte” no âmbito social. Uma passagem aceitável e aquela que realiza os ritos necessários para a passagem do indivíduo para o além-túmulo e que ocorre de uma forma natural, ou seja, sem ser controlada pelo indivíduo. Ver: LOPES,

autodestruição de algo que lhe pertencia: a vida. Assim que pudessem salvá-lo, ele sofreria com o abandono pelos demais.

O pensamento da sociedade em relação ao suicídio enfatizava que aqueles que não seguiam a lei universal da autopreservação mereciam morrer em exílio. O trecho evidencia que a pesquisa — originada de uma dissertação de mestrado — tinha como objetivo analisar a morte e o suicídio na sociedade escravocrata do Rio de Janeiro entre 1830 e 1850. A temática da mortalidade era um desdobramento do entrelaçamento dos ritos fúnebres que ocorriam tanto no espaço público quanto no âmbito privado³. Na contemporaneidade, intercorreu o rompimento da estrutura anteriormente apresentada e uma mudança nas ritualísticas funerárias, transpondo a morte para a esfera privada.

O recorte temporal selecionado centrou-se nos anos de 1830–1850. Em 1831, foi assinada a primeira lei de proibição do tráfico negreiro (*Lei Feijó*), conhecida como a lei “para inglês ver”. Na prática, o tráfico permaneceu calcado em uma legislação inefficiente. Somente em 1850, houve a assinatura da *Lei Euzébio de Queiróz*, responsável pelo encerramento do tráfico. Esse recorte temporal evidenciou um aumento significativo no desembarque de escravos, resultando em grande expansão demográfica da população escravizada no país. Apesar da abolição oficial do tráfico em 1831, as estruturas estatais continuaram a incentivar a prática ilícita do comércio de escravizados africanos, indicando a persistência de interesses institucionais na manutenção desse sistema.

A cidade do Rio foi uma área central de circulação de bens físicos e simbólicos⁴. A expansão do tráfico gerou o aumento da população escrava e, consequentemente, um sentimento aristocrático que cercearia as relações entre o escravo e o senhor.

Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012; RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006.

³ ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

⁴ AZEVEDO, André Nunes. *O Rio de Janeiro do século XIX e a formação da cultura carioca*.

Assim sendo, este trabalho buscou examinar, de forma comparativa, o suicídio entre pessoas negras e brancas, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 1830 a 1850, ressaltando as diferenças sociais e culturais desse fenômeno. O *corpus documental* utilizado foi composto por relatórios da Polícia da Corte, custodiado pelo Arquivo Nacional, e complementado pela utilização do *Jornal do Comércio*⁵, seguido pelo *Diário do Rio de Janeiro*⁶. Esses periódicos estão disponibilizados no site institucional da Biblioteca Nacional. As seleções dos periódicos interligavam-se ao papel político e coletivo desempenhado por esses veículos. Na sociedade, a imprensa era responsável pela circulação de ideias, manipulação de interesses e intervenções na vida social. As no-

5 O *Jornal do Comércio* fundado em 1827 por René Plancher (1764-1844). O fundador do jornal sofreu perseguição na França com a Restauração que levou Luís XVIII ao trono. Em 1824, ele emigrou para o Brasil. Ele instalou sua gráfica e loja na Rua dos Ourives. Mais tarde, a gráfica teve sua transferência para a Rua do Ouvidor. Em 1824, estreou na folha: *O Espectador Brasileiro*. Um periódico com um viés político, no qual ele escrevia sob o pseudônimo de “um francês brasileiro”. *O Espectador* deixou de circular em 1827. Isso ocorreu devido à divulgação de uma carta defendendo o ministro da Guerra e brigadeiro, João Vieira Carvalho, considerada insultuosa aos membros da Assembleia Geral do Império. Quando em 1º de outubro do mesmo ano, ele lançou o *Jornal do Comércio*, Plancher restringiu-se aos assuntos comerciais e econômicos. Em 1828 ampliam-se os debates e a gazeta volta a mergulhar em assuntos políticos. Esse periódico foi considerado um dos mais antigos em circulação na América latina, o jornal tinha muita visibilidade, tanta que até D. Pedro II possuía uma coluna dentro dele. Um ponto a se destacar, seria sua orientação que era de cunho conservador.

Ver: LEAL, Carlos Eduardo e SANDRONI, Círcero. *Jornal do Comércio*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/JORNAL%20DO%20COM%C3%89RCIO.pdf>> Acesso em: 19 de julho de 2018.

6 A outra fonte foi *Diário do Rio de Janeiro* fundado por Zeferino Vitor de Meirelles. Oriundo da Impressão Régia, o qual obteve a autorização e os meios para lançar seu próprio periódico. Ele foi o primeiro diário da história da imprensa brasileira, nasceu em 1821. O diário publicava sobre questões gerais tais como: furtos, assassinatos, demandas, reclamações, entretenimento, meteorologia, marés e anúncios que tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis. Em 1822 com a morte de Zeferino, Antônio Maria Jourdan assume seu lugar como diretor do jornal, entretanto o jornal não sofre mudanças significativas até 1830, quando passa a fazer abordagens de cunho mais político, havia deixado seu lado “*Diário da Manteiga*”: passara a servir à facção restauradora.

Ver: BRASIL, Bruno. *Diário do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-do-rio-de-janeiro/>> Acesso em: 19 de julho de 2018.

tícias que deveriam ser imparciais e neutras apresentavam um discurso ideologicamente aristocrático⁷.

Os periódicos *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro* foram escolhidos por serem jornais de longa duração. Eram os jornais mais antigos e de grande circulação do Rio de Janeiro, enfatizando de forma central as questões políticas⁸. O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção do espaço público caracterizam grande parte da imprensa brasileira do século XIX⁹. Diante disso, foi crucial o emprego de uma metodologia capaz de interpretar a documentação de forma crítica. A partir das fontes impressas desses jornais, foi possível obter indícios de como a sociedade fluminense compreendia o suicídio. Utilizaremos essas fontes como cotejo para alicerçar os documentos oficiais do Estado Imperial, tendo em vista que os relatórios eram insipientes e, em alguns casos, apresentavam um silenciamento.

A metodologia utilizada para compor o presente estudo baseou-se na análise de relatórios policiais e jornais, enfatizando a arguição exploratória e uma abordagem qualitativa. Utilizaremos as documentações históricas para reconstruir as trajetórias e a morte dos indivíduos escravizados. Empregaremos o conceito de necropolítica — *a competência de designação de parâmetros em que a submissão da vida pela morte era legitimada* —, cunhado por Achille Mbembe. O ato de exercer o poder sobre a vida dos homens estava ligado à apropriação de sua morte. A partir de em alguns conceitos de Fábio Lopes, buscaremos fundamentar a concepção de políticas relacionadas à mortalidade. Trabalharemos também a concepção da morte como um tabu, nas obras de João José Reis e José Carlos Rodrigues, a fim de compreender

- 7 PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. P.118
- 8 Apesar da preponderância do debate político nos periódicos, isso não impedia a discussão de outros assuntos. Como uma exceção a essa ênfase na política temos: o *Jornal do Comércio* que começou com conteúdo econômico e gradualmente foi adquirindo um caráter político. Os consumidores desses periódicos eram de contingente diminuto, devido as baixas taxas de alfabetização. Faziam parte de grupo intermediário ou pertencentes a uma elite letrada.
- 9 LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. P.133.

os ritos fúnebres e o falecimento no Brasil oitocentista. Toman-
do como referência Michel Foucault, elucidaremos o ato suicida
enquanto rompimento ideológico de um pacto social voltado
para a disciplina¹⁰. Empregaremos o conceito de sociedade dis-
ciplinar, definido como uma atuação da dominação através da
economia do poder. A nossa sociedade baseou-se na eficácia da
ideia de “vigiar e punir”; a questão disciplinar tinha por finali-
dade a compreensão e o julgamento moral que recaíam sobre
o ato suicida. Existia, assim, uma administração sobre o tempo
cronológico que rompia com as estruturas de controle social¹¹.

Os suicídios foram sentenciados de formas díspares. O au-
tocida branco possuía visibilidade nas documentações e ocupa-
va um lugar diferenciado, evidenciado pela forma como as fon-
tes eram elaboradas para alcançar os leitores. Para Fábio Lopes,
o suicida se inseria em um contexto de biopolítica, isto é, uma
política de preservação da vida implantada no século XIX¹². O
controle exercido pela sociedade sobre a vida dos indivíduos se
refletia no corpo documental, o que transparecia nas emoções
daqueles que narravam os autocídios — emoções que resulta-
vam na criminalização do suicida. Existia uma necessidade de
relatar as suas histórias nos mínimos detalhes, revelando os
sentimentos de perda e pesar na documentação.

Em contrapartida à lógica biopolítica, destacamos o concei-
to de Mbembe sobre a necropolítica, que assumia uma cono-
tação oposta ao refletir sobre qual morte teria significado para
o âmbito social¹³. Tratando-se de uma política que justificativa

10 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006; REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 3 eds. São Paulo: Companhia das Letras. 1999; MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n°: 32. Dezembro, 2016; LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012; FOUCAULT, Michel. *Vigar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

11 FOUCAULT, Michel. *Vigar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

12 LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012

13 Necropolítica: Política relacionada a morte que define quem merece viver ou morrer dentro da sociedade. Ver: MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n°: 32. Dezembro, 2016.

a mortalidade de determinados indivíduos como condição para o funcionamento da sociedade. Com quais vidas deveríamos nos preocupar? Determinadas mortes são justificadas? As fontes referentes à mortalidade de negros e africanos alicerçam-se em um grito silencioso, revelando-se a partir da banalidade da morte desses indivíduos.

O conceito de “banalidade do mal” expressava que a mal-dade residia na ausência de uma reflexão sobre as ordens e condutas seguidas. Nessa perspectiva, percebia-se uma obediência cega a um código ético predeterminado por uma ordem superior, sem qualquer avaliação moral entre o certo e o errado. Adaptando esse conceito para a noção de banalidade da morte, entendemos que alguns falecimentos eram avaliados moralmente de modos distintos, entrelaçados a uma forma de pensar vinculada às esferas superiores de poder (a visão da “boa sociedade” oitocentista). As documentações relacionadas aos suicídios de negros e africanos foram relegadas ao silêncio, em contraste a um extenso memorial dedicado aos suicidas brancos¹⁴.

Como metodologia, utilizaremos a história comparada. O objetivo principal é realizar uma comparação entre sistemas sociais de ordem distintas, estabelecendo as dissemelhanças e semelhanças que interceptam esses dois mundos¹⁵. Tentaremos, ao longo desta obra, compreender as diversificadas instâncias dos suicídios por meio das paletas de cores sociais, de forma comparativa. Essa metodologia esquadrihará, através de um processo dialógico, relacionando os resultados da pesquisa, objetivando ampliar o conhecimento sobre os fenômenos sociais¹⁶.

O predomínio, na documentação, da ausência de informações relativas aos suicidas negros foi uma evidência marcante nesta pesquisa. Não existiam registros sobre as motivações

¹⁴ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁵ A ideia de comparação está atrelada a delimitação dos diversos sistemas sociais que serão escolhidos como método de comparação. BLOCH, Marc. *Para uma história comparada das sociedades europeias*. In: História e historiadores, Teorema. Paris: 1963, p.15-50

¹⁶ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. *História Comparada: Olhares Plurais*. Revista de História Comparada, v: 01 n°: 01. Jun./2007.

do ato suicida; informações pessoais dos indivíduos, inclusive, eram subtraídas de suas identidades. Quando falamos de uma política que justificava a morte, não podemos esquecer de sua aplicação, pois, sob o prisma das políticas da morte, foi possível a compreensão estrutural da sociedade fluminense — calcada em princípios aristocráticos que invalidavam a mortalidade de indivíduos considerados meras ferramentas de trabalho¹⁷.

A morte não se dissociava da vida e foi uma temática central para os estudos sobre a humanidade. Ao falarmos da “boa morte”, presente na obra de João José Reis, a ideia principal foi dialogar com o conceito de uma morte ideal¹⁸. Os rituais funerários desligavam o falecido do mundo dos vivos. Quanto ao sentimento de pesar, notamos uma proteção simbólica da família em relação ao moribundo; o peso do luto era algo vivido pela sociedade. A lápide seria uma representação da unidade familiar, e os ritos, uma celebração melancólica em família. As conjunturas ritualísticas do luto expressavam uma inadaptação à mortalidade, sendo essas cerimônias uma tentativa de negar o encerramento da vida. Foi nesse contexto que surgia a transição para a imortalidade: na consciência dos que estavam vivos.

Na historiografia, a temática do suicídio ainda se apresenta insipiente. Embora existam trabalhos nas áreas da sociologia e da antropologia, é imperativo que haja a promoção de pesquisas de forma interdisciplinar, dialogando com a história. A forma como ocorria a mortalidade de determinado indivíduo determinava todo o processo ritualístico e do luto. O autocídio, segundo Rodrigues, em muitas sociedades, suscitava um pavor especial; por isso, eram imediatamente abandonados os ritos e o luto. Em vez de cumprirem os costumes, esses indivíduos sofriam

17 Políticas da morte: seriam políticas que definiriam, a princípio, quem deveria morrer e viver dentro de uma sociedade, isto é, a necropolítica. Além disso, trabalhariam na preservação da vida daqueles que possuíam importância no âmbito social, ou seja, a biopolítica ver: Necropolítica: Política relacionada a morte que define quem merece viver ou morrer dentro da sociedade. Ver: MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº: 32. Dezembro, 2016; LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012

18 REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

um desprezo socialmente tolerado. Os suicidas passavam por punições e interdições após tirarem a própria vida. Sua morte determinava não apenas o fim de sua existência física, mas também o término de sua vida em sociedade — e, paradoxalmente, a permanência nos pensamentos dos vivos. Como como essas penalidades poderiam influenciar os suicidas? Afinal, eles não estavam mortos?

Essas interdições funcionavam como instrumentos de controle social dos vivos. Esse instinto de autopreservação da sociedade possuía um objetivo pedagógico, e a religião atuava como reguladora desse processo. Segundo Reis, esse instinto operava como determinação normalizadora e disciplinar sobre a “boa morte”¹⁹. A vida não pertencia ao indivíduo a ponto de ele poder encerrá-la quando e como desejasse. Por isso, a negação da lápide ao suicida — segregando-o dos outros mortos e punindo-o pela degradação da sua imagem — era uma prática comum, recorrente tanto no período estudado quanto, ainda hoje, em algumas culturas. Em resumo, essa prática refletia a instrumentalização do poder social e político sobre os mortos. Baseando-nos em Ziegler, entre os principais referenciais, encontramos a concepção de “morte estratificada”²⁰, que adaptaremos para o conceito de um “suicídio estratificado”. A proposta que adotaremos delineia as semelhanças e dessemelhanças entre os brancos (a boa sociedade) e o negro e africano (escravizados). Será que vida do indivíduo definia o seu suicídio e como esses elementos eram percebidos pela sociedade²¹?

Quando supomos que o suicídio teria suas cores, precisamos encarar que o ato suicida era uma manifestação da realidade vivida pelo indivíduo. Por conseguinte, ao falarmos do suicida escravo, mergulhamos em um silêncio nas fontes trabalhadas.

19 REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. O autor denota que ao criminalizar o ato suicida, há uma função pedagógica da sociedade, a fim de se evitar novos suicídios.

20 ZIEGLER, Jean. **Os vivos e os mortos**. Paris: Seuil, 1975.

21 “Boa sociedade”: é a representação de uma sociedade aristocrática, formada por indivíduos livres e produtivos economicamente. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5^aedição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.p. 123.

Em síntese, os suicídios dos escravos não requeriam nota explicativa: a condição de miséria, falava por si, e apenas uma ideia de desgosto era justificativa suficiente²². O nosso intuito, ao elaboramos este trabalho, foi a retirada do véu de invisibilidade mortuária que sobre os negros e africanos escravizados no Brasil Imperial.

O primeiro capítulo foi intitulado **A morte dos africanos e negros no Rio de Janeiro**. Destacaremos a compressão da morte desses indivíduos e os fatores que a acompanhavam, tais como castigos físicos e alimentação, que colaboravam para os altos índices de mortalidade. Além disso, abordaremos a questão do falecimento e a ritualística que o alicerça na passagem para o mundo espiritual. A construção deste capítulo foi baseada no conhecimento do africano e do negro como um personagem central, analisando sua cultura e cotidiano atrelados à sua concepção da morte.

No segundo capítulo, nomeado **Suicídio africano e negro**, abordaremos o tema do suicídio entre esses indivíduos, buscando compreender as motivações por trás dessa fatalidade. Analisaremos casos gerais e exploraremos o suicídio sob uma perspectiva cultural dessas comunidades. Para essa análise, utilizaremos os relatórios de polícia do Arquivo Nacional e os relatos do *Jornal do Comércio* e do *Diário do Rio de Janeiro*. A proposta se baseará na construção de um enredo e nas consequências post-mortem para os negros e africanos suicidas. O enfoque estudado parte do princípio de que existiria um ocultamento de informação quanto à morte desses indivíduos, gerando um apagamento contínuo de suas identidades e motivações.

O terceiro capítulo foi intitulado **Quando morre um branco: uma análise comparativa**. A proposta deste estudo é compreender se ocorria um apagamento e uma invisibilização dos homens livres e brancos na mesma situação de suicídio, por meio de uma análise comparativa com negros e africanos escraviza-

22 O artigo trabalha a questão do suicídio escravo analisando a *Gazeta de Campinas*. Retrata o desinteresse sobre os suicidas escravizados, encarados como algo consequente da escravidão através dos jornais.

Ver: OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão*. Revista Hist. cienc. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n.º 2, 2008.

dos. O objetivo será examinar esses falecimentos e identificar as diferenças do tratamento aos casos, com base na cor da pele. Para tanto, utilizaremos relatos de suicídios de africanos, negros escravizados e homens brancos livres como base para nossa pesquisa. Analisaremos se a morte de africanos e negros refletia um caráter segregacionista e invisibilizador, resultado de uma sociedade aristocrática e escravista.

A morte dos africanos e negros no Rio de Janeiro

Na história, nos deparamos com não-ditos significativos — aquilo que normalmente era negligenciado. Existem as hierarquias do silêncio: os não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo histórico. A partir desses desejos de silenciamento, dissertaremos sobre a aspiração da inexistência do outro, manifestado nas ausências presentes nas documentações relativas à morte dos escravos, registrados nos relatórios da Polícia da Corte²³. O objetivo deste primeiro capítulo será desvelar a identidade dos africanos, enfatizando as suas crenças sobre a mortalidade. Analisaremos o direito à vida e à morte, resgatando, em meio ao silêncio documental, as vozes muitas vezes esquecidas desses indivíduos, reconstituindo suas trajetórias a partir do cotidiano. Destacaremos o conceito de necropoder para explicar a ideologia presente na divisão entre aqueles que deveriam viver e os que deveriam morrer²⁴.

O exercício do poder sobre os homens esteve diretamente relacionado à apropriação de sua mortalidade. Nesse contexto, podemos considerar que o suicídio era visto como um ato de desafio perigoso e intolerável socialmente: a vida e a morte de um escravo pertenciam ao seu senhor²⁵. Para entender melhor essa dinâmica, é necessário analisar a sociedade escravocrata do Rio de Janeiro entre os anos de 1830 e 1850.

23 JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *As Hierarquias do Silêncio: não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo de história da historiografia*. Recife: ANPUH-Brasil: 30º simpósio de História Nacional, 2019.

24 MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº: 32. Dezembro, 2016. O autor utiliza-se do conceito de biopoder do Foucault, trazendo uma questão importante sobre o poder sobre a vida quem deve morrer ou viver, como esse processo se desenrola.

25 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006.

1.1 - Construindo o cenário: Rio de Janeiro (1830–1850)

Com o florescimento do comércio, a abertura dos portos e a superação do pacto colonial a partir de 1808, o Rio de Janeiro teve suas funções redefinidas. De acordo com o historiador Jaime Benchimol, a cidade se transformou em uma espécie de “Versalhes tropical”, onde uma multidão de aspirantes a empregos públicos e pensionistas acompanharam a fixação do Príncipe Regente D. João (1767–1826)²⁶. A Corte se consolidou como um polo de atração, com seu brilho e os luxuosos hábitos da nobreza portuguesa, que se tornaram um atrativo para os proprietários rurais. A configuração constituída a partir do aparato burocrático no período joanino (1808–1821) baseou-se na transferência da estrutura administrativa portuguesa para a cidade, reforçando a construção de uma sociedade aristocrática e escravocrata, como destacado por Ilmar Rohloff de Mattos e José Murilo de Carvalho²⁷. Neste cenário, podemos questionar: como eram os habitantes da cidade? Quem eram os negros e africanos? Quem eram os brancos que nela residiam? Como as cores se entrelaçavam na formação da urbe carioca?

O êxodo de várias localidades para a capital ocorreu de forma desordenada. A instalação da corte rompeu com equilíbrio populacional da cidade. Em menos de duas décadas, a população duplicou, alcançando 100.000 habitantes em 1822. Após a Independência, esses números continuaram a crescer. No fim do período regencial (1831–1840), a população já se aproximava de 135.000 habitantes²⁸.

26 A ideia de Versalhes tropical é uma analogia a aristocracia francesa em terras tropicais. A nobreza e suas estruturas são refletidas na construção de uma corte aristocrática em torno de D. João VI. Ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora: Biblioteca Carioca, 1990.p.23.

27 CARVALHO, J. M. 2003. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5^a edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

28 BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora: Biblioteca Carioca, 1990.p.25.

As mudanças ocorreram com o objetivo de sediar esse corpo burocrático e administrativo, a nobreza instalada na Corte e os demais migrantes da elite rural, gerando transformações na cidade do Rio de Janeiro. A fim de atender a aristocracia em ascensão centrada na urbe carioca, foram realizadas diversas obras, como o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, o Banco do Brasil, além da modernização do arsenal da Marinha e a instalação da Missão francesa admitida por D. João VI (1767–1826).

O pintor francês Jean Baptiste Debret (1768–1848) recebeu a missão de retratar essa nova configuração social emergente na cidade do Rio de Janeiro. As imagens das pranchas refletiam uma sociedade aristocrática, cercada de mão de obra escrava e marcada por um contexto de florescimento e de intensas mudanças urbanas. O crescimento das áreas de comércio implicava no aumento da mão de obra demandada pela malha urbana crescente. A historiadora Leila Algranti cita Florestan Fernandes, que afirmava que a raça branca se organizava na colônia como um espelho da estratificação social existente em Portugal. Ou seja, negros, índios e mestiços se estruturaram à parte da ordem estamental, formando uma subordem de castas relacionada ao núcleo estamental²⁹.

A dinâmica econômica da região redefiniu a estrutura da cidade, separando-a entre dois mundos: um branco e o outro negro. O primeiro refletia o status de privilégio político e social e o acesso à cidadania. O segundo era regido pelo mundo do trabalho — desde o fornecimento de alimentos até a rede de serviços urbanos — e representava o retrato da exclusão dos indivíduos enquanto cidadãos³⁰.

O Rio de Janeiro, como a capital do Império do Brasil, seidiaava as principais instituições de poder, educação e comércio no século XIX. Na dinâmica da economia agrário-exportadora, detinha o principal porto do país, porta de entrada e saída para comunicação com o mundo. Podemos caracterizar essa capitalidade como um agente que fazia com que a cidade exercesse

29 ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis. Vozes, 1988.

30 ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis. Vozes, 1988.

uma capacidade de influência sobre as demais regiões³¹. Ou seja, um impacto magnético que a tornava um centro de referência simbólico e material. Todas essas características revelavam a autonomia da urbe carioca frente às outras cidades.

O comportamento de um escravo urbano (de ganho) se entrelaçava às malhas urbanas de seu trabalho e contrastava com sua autonomia, induzindo aos debates sobre a escravidão e as insatisfações sociais, e conduzindo a formas de resistência, como o suicídio. Ao matar-se, o negro e o africano escravizado revelavam-se como agentes de sua própria história. A sociedade carioca destacava-se pelo seu espírito de rebeldia política e, por meio dos embates políticos, os múltiplos setores da sociedade recorriam a diversas estratégias para romper a opressão vigente.

As insurreições refletiam os conflitos entre as elites brasileiras e as classes populares, enquanto a miséria e a crise econômica eram resultantes de um regime elitista, autoritário e de caráter excludente³². Ao passo que a elite organizava suas estruturas para exercer seus domínios, as camadas populares demonstravam a sua insatisfação de forma desorganizada, refletindo a falta do acesso à educação (socialização e treinamento)³³.

A “boa sociedade” enfatizava uma separação em mundos distintos. Dela faziam parte os indivíduos livres, brancos e economicamente ativos, ou seja, “o povo”. Aqueles que destoavam dessas características constituíam a plebe e os escravos³⁴. Nesse sentido, a urbe carioca podia ser caracterizada como um polo atrativo, gerador de influência simbólica e material, tornando-se um centro de referência para diversas camadas sociais. Toda essa importância e autonomia frente às outras cidades incidiam significativamente sobre seus habitantes, colocando-os em des-

31 Anais do Seminário, Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade, de 23 a 26 de outubro de 2000 / organizador, André Nunes de Azevedo. Rio de Janeiro: Departamento cultura/NAPE/DEPETEX/SR3/UERJ, 2002. p.45.

32 BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Editora: Biblioteca Carioca, 1990.p.24.

33 CARVALHO, J. M. 2003. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 21.

34 MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. 5^aedição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

taque.

1.2 - O africano e o negro: o trabalho e inserção em meio a Urbe carioca

Apesar da proibição do tráfico negreiro (1831), o aumento do comércio de escravos acompanhou o crescimento da demanda interna e a necessidade da urbe por mão de obra. A importância do Rio de Janeiro enquanto polo distribuidor de escravos não foi reduzida, principalmente devido à falta efetividade da lei instaurada³⁵. O aumento do número de escravos esteve ligado ao tráfico ilegal de africanos, que se manteve intacto devido às condições precárias da vida escrava e aos índices baixos de reprodução biológica. Na cidade do Rio de Janeiro, o escravismo tinha uma composição diferente da área rural: o africano escravizado era responsável pela malha de serviços na cidade e desfrutava de autonomia e uma livre circulação no espaço urbano, prestando somente aos seus senhores a quantia recebida pelo trabalho prestado. Como escravo de ganho, tudo que obtinha a mais era revertido em seu benefício³⁶. Nesse sentido, o controle diminutivo nas cidades refletia uma autonomia reivindicativa aos cativos.

Os habitantes livres e brancos possuíam indivíduos escravizados que trabalhavam nas atividades domésticas e como escravos de ganho. O trabalho era visto como algo degradante ao senhor. Então, os escravos tornavam-se indispensáveis, sustentando a malha urbana, pois o trabalho físico era considerado uma ocupação indigna para as pessoas brancas³⁷. Na sociedade escravocrata, o trabalho manual foi visto como algo inerente ao indivíduo negro, pois ele detinha uma estrutura corporal volta-

35 ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis. Vozes, 1988, p. 34

36 Eram escravos que assumiam através do trabalho um papel indispensável no dia a dia da cidade e em toda sua organização econômica. Ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis. Vozes, 1988.

37 SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de CAM” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*, Rio de Janeiro: 7 Letras ,2007, p.130

da para a força física, enquanto ao homem branco atribuía-se a atividade intelectual.

O temor de insurreições e o medo de atos violentos por parte dos escravos eram comuns durante todo o período de escravidão, remetendo à recente Revolução do Haiti (1771–1804). Especialmente após 1808, quando o número da escravaria cresceu desproporcionalmente³⁸, esse temor à população escrava podia ser visto no *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, descrito na matéria: “Colonização europeia e a Escravidão Africana”. Ao escrever essa matéria, Cincinato demonstrava-se a favor do fim da escravidão, ao mesmo tempo em que revelava um sentimento de receio diante de uma possível rebelião escrava³⁹.

Só damos valor aos africanos! E que bens nos trazem eles? Ignorância, e implacável ódio. Privados da doce liberdade, que tanto enobrecem o homem, reduzido à humilhante condição de escravo, o africano nenhum amor tem pelo país onde arrasta cadeias; nenhum afeto consagra a quem carrega de pesados ferros, que só com a morte quebraram⁴⁰.

A partir desse relato, verificamos que, segundo o autor, somente a morte quebraria as correntes da escravidão. O senhor, que subjugava, prezava por manter seu status de senhorio e sua superioridade. A sua liberdade aumentava através da escravização do outro. Já o escravo almejava a sua liberdade, por tê-la perdido ou ao observar alguém que dela gozasse. Cabe refletir: até que ponto a morte era uma chave libertária das correntes? Qual tipo de morte essa matéria destacava? A morte do senhor seria um fator de libertação ou a morte escrava?

A fonte a seguir apresentava-se como uma continuidade da matéria escrita por Cincinato no *Diário do Rio de Janeiro*, na qual se refletia a resistência atrelada ao processo do suicídio de um negro ou africano escravizado. O autor defendia que o ato sui-

38 O Cincinato. Colonização europeia e a Escravidão Africana. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 07, janeiro. 1837, p.01.

39 Cincinato: Nome usado pelo colunista para a publicação da matéria: Colonização europeia e a Escravidão Africana.

40 O Cincinato. Colonização europeia e a Escravidão Africana. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 07, janeiro. 1837, p.01.

cida estava ligado à luta entre senhores e escravos — o suicídio seria, assim, a última saída. Afinal, a vingança contra os senhores podia se manifestar por meio de assassinatos, fugas e, por fim, pelo suicídio.

Com esta luta entre senhor, que quer ser obedecido, e o escravo que se vê forçado a obedecer, a lavoura padece; os interesses reais do senhor padecem, em resultado padece a nação. Quando se lhe oferece o momento de vingança, o escravo não a perde; repetidas vezes ele assassina o senhor; e quando assim não o procede ele foge, ou se suicida⁴¹.

Para obter a liberdade, o escravo dispunha de três abordagens básicas: a deserção (suicídio), resistência violenta e a alforria⁴². Nesse contexto, o suicídio era última tentativa de liberdade, geralmente precedida por inúmeras fugas, caracterizando uma forma resistência do cativo. Funcionava como um ato de manifestação⁴³. Nos jornais e nos relatórios da polícia, o suicídio de negros e africanos não possuía uma explicação detalhada. A condição de miséria fala por si, e a ideia de um suposto desgosto permeava o ato⁴⁴. Ao refletirmos, percebemos que o escravo não era somente uma vítima da exploração: ele tinha uma voz e por meio do ato suicida, ele exercia sua soberania, concretizando a sua mortalidade⁴⁵. A liberdade era alcançada por meio da resistência — obtida pela morte do outro (senhor) ou pela própria morte do indivíduo (escravo). A morte, nesse sentido, era uma estratégia para fugir da escravidão. Podemos encará-la como uma fuga da vida escrava ou como o assassinato do proprietário, representando um rompimento na relação de poder entre

41 O Cincinato. Colonização europeia e a Escravidão Africana. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 07, janeiro. 1837, p.01.

42 KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 398.

43 FLORENTINO, Manolo; GOES, Roberto. J. *A Paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

44 OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão*. Revista Hist. cienc. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2008.

45 MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte e ensaios*: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n°: 32. Dezembro, 2016.

o senhor e escravo. Portanto, é possível elucidar que o escravo, mediante a morte, tornava-se senhor de si mesmo.

1.3 - Das Áfricas ao Rio de Janeiro: Vida e Morte dos Africanos

O Processamento da escravização do africano se iniciava na África, instaurando-se no embarque do navio negreiro e no uso das correntes, a fim de evitar possíveis fugas. A bordo, ocorria uma separação arbitrária entre homens, mulheres e crianças. Havia uma mistura de grupos étnicos, com o propósito de evitar rebeliões, pois a ausência de unidade “étnica” contribuía para debilidade dos africanos em rebelar-se⁴⁶. A natureza humana do escravizado era transformada em uma sombra personificada, gerada a partir da perda do seu lar, dos direitos sobre o próprio corpo e de seu *status político*⁴⁷. Nessas condições precárias, iniciava-se a longa jornada pelo Atlântico. O encontro com morte principiava-se antes mesmo de aportarem no local de destino. Para realizarmos este debate, analisaremos um relatório da Polícia da Corte que descreve a apreensão de um navio negreiro. Em 1834, os policiais realizavam buscas relacionadas a uma denúncia no *Patacho Santo Antônio*, proveniente do Gabão. Na embarcação, encontravam-se 130 africanos, todos apreendidos ilegalmente; entretanto, somente 126 indivíduos aportaram em terras brasileiras — quatro morreram antes que pudessem chegar ao seu destino⁴⁸.

O inglês Pascoe Grenfell Hill, capelão do navio britânico *Cleópatra*, esteve a bordo do navio negreiro *Progresso*, capturado em Moçambique em 1843. Ele descreveu que, após uma forte tempestade, foram encontrados no porão muitos cadáveres esmagados e mutilados pelo balanço do navio. A mortalidade foi

⁴⁶ FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Movimento. 1973.

⁴⁷ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº: 32. Dezembro, 2016. O autor traz a ideia de sombra personificada, ao falar sobre a dominação sobre o indivíduo escravizado.

⁴⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 169 – 1834. Rio de Janeiro, 1835.

de 44%; dos 397 negros embarcados, faleceram 175 pessoas. Segundo ele, em nenhuma parte do mundo se assistiria a um espetáculo mais chocante do que aqueles ocorridos a bordo de um navio negreiro. Na avaliação de Antônio, o espanhol, outro viajante, se os negros estivessem bem acomodados, eles não morreriam⁴⁹. A partida para o desconhecido marcava essa transição. Sem saber o seu destino, sobrepostos em compartimentos de forma desconfortável, sem higiene e famintos, os africanos iniciavam a sua jornada, atravessando o Atlântico com os corpos físicos abalados e os psicológicos desestruturados. A maioria dos africanos não desembarcava e perecia a bordo dos navios. De acordo com Luiz Felipe Alencastro, o desenraizamento do africano iniciava-se no momento em que ele era capturado e retirado do seu meio de origem.

O negro, por ser estrangeiro, transformava-se em escravo, devido ao processo de desenraizamento, reduzindo-o de pessoa à propriedade privada dos senhores⁵⁰. Entretanto, nas Américas, eles construíram formas de humanização. Não nos esqueçamos das irmandades e das famílias escravas como uma forma de interação e inserção desses africanos enquanto indivíduos nessa nova sociedade. Os provenientes do tráfico de escravos no Rio de Janeiro eram, em sua maioria, originários do eixo congo-angolano. A urbe carioca foi uma das principais importadoras de escravos e detentora do principal porto; era responsável pela reprodução do escravismo no Sudeste e na região Sul. A alta mortalidade de africanos no trajeto para a América foi o motivo para a escolha da África Central como principal exportadora de mão de obra.

O risco de morte dos indivíduos escravizados iniciava-se no momento em que eram capturados, e essa ameaça crescia à medida que o indivíduo era transportado para a zona portuária. Eles eram armazenados no barracão, onde aguardavam o trajeto que determinaria seu destino. Geralmente, a mortalidade

49 RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Hill apud RODRIGUES, 2000, 1843, p: 48-52).

50 ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes. A Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.144.

era de cerca de 40% durante o deslocamento até o litoral; os outros 10% ou 20% morriam antes mesmo de serem embarcados⁵¹. Ao desembarcarem no porto, os africanos eram depositados em armazéns e passavam por vários processos, a fim de torná-los mais atraentes aos compradores. Eles se encontravam debilitados tanto física quanto emocionalmente pela viagem.

Para vendê-los, os comerciantes de escravos os alimentavam e cuidavam de sua saúde física e psicológica. Os procedimentos feitos tinham o objetivo de torná-los um produto interessante aos olhos do comprador. Existia uma preocupação com a estética da escravaria: raspavam-se os cabelos e as barbas, aplicavam-se vários cosméticos sobre os escravizados para que parecessem jovens. Assim, os comerciantes atraiam o seu público-alvo⁵². Os cuidados com a saúde e a alimentação do cativo eram primordiais para o seu restabelecimento e para a obtenção de uma aparência saudável, que agradasse os consumidores. A possível venda no Valongo, um importante mercado de escravos do país, se concretizava após todo esse processo. Ali se situava a encruzilhada de seus destinos: a quem serviriam, quais trabalhos fariam e até se viveriam ou morreriam cedo⁵³.

O cais do Valongo funcionava como um depósito de africanos, até que fossem vendidos para negociantes e particulares. As condições higiênicas eram péssimas, e a insalubridade foi uma marca registrada da região. Uma combinação de febres endêmicas, enterros em massa e doenças infeciosas fazia parte do cotidiano do Valongo. Os viajantes descreviam a aparência grotesca de africanos esqueléticos, cuja pele adquiria um tom cinza escamoso, acometidos por escorbuto, semivestidos com tecidos de algodão coloridos e gorros vermelhos⁵⁴. A morte era

51 MILLER, Joseph C. Way of Death, Medison: Wisconsin University Press, 1987. In: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2000, p.147.

52 RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

53 KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, P.67.

54 KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, P.74.

algo cotidiano no Valongo. Como imaginar o emocional dos sobreviventes a essa experiência? Ver seus companheiros em estado de decomposição, sem direito aos ritos fúnebres, sem qualquer dignidade — roubada pela escravidão desses indivíduos. Os enterros realizados no Valongo denotavam a banalização da morte, refletida nos momentos finais dessas pessoas. Os escravos eram importantes enquanto mão de obra; após sua morte, o descaso se refletia no olhar senhorial e aristocrático, que neglegenciava o *post mortem* desses africanos.

1.4 - A morte sob perspectiva do olhar banto: a ancestralidade e o mundo espiritual

Analisaremos os costumes e a cultura congo-angolana, a fim de traçarmos um panorama e construirmos uma concepção desses africanos e de suas relações com a morte, bem como integraram socialmente na urbe carioca. Os africanos originários da África Central pertenciam à família linguística banto. Havia ligação entre os recém-chegados que, mesmo originários de grupos sociais diferentes, possuíam um ponto de origem comum, por compartilharem o mesmo tronco linguístico. Ao analisarmos, um relato de John Luccock, podemos compreender algumas concepções das sociedades provenientes do eixo congo-angolano — suas perdas e continuidades de interação. Diversas etnias compunham esse eixo e foram escravizadas e enviadas ao sul-deste brasileiro; podemos destacar os Umbundos, Kimbumdos, Bakongos e Kikongos⁵⁵.

Nas regiões habitadas pelos bantos, sobretudo nos arredores do Congo e de Angola, deparávamo-nos com três corpos de crenças: a primeira relacionada aos espíritos da natureza (nas crenças e práticas religiosas ligadas à fertilidade e à natureza); as crenças ligadas aos Nkadihpemba (espíritos “demoníacos”); e as crenças associadas aos cultos aos ancestrais (regularmen-

55 John Luccock era um viajante francês e estava realizando suas pesquisas na Baía de Guanabara. Ver: SLENES, Robert. W. **A GRANDE GREVE DO CRÂNIO DO TUCUXI:** espíritos das águas centro-africanas e identidades escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro. In: HEYWOOD, Linda. (Org.) Diáspora Negra no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p.193

te invocados e cultuados com o objetivo de equilíbrio entre o mundo dos vivos e dos mortos). Para os bantos, não existia uma separação entre mundo dos vivos e o dos mortos. A morte estava presente diariamente através do culto à ancestralidade. A vida se tornava uma extensão da morte na África Central. Na cosmogonia creditada aos bantos, não havia uma separação visível entre o mundo espiritual e o mundo terreno. Ou seja, ao morrer, acreditava-se que alcançariam o mundo espiritual. Entretanto, isso não excluía uma interação constante dos ancestrais sobre plano material.

Os cultos ligados aos *Nkadihpemba* estavam centrados no êxito pessoal e na riqueza material. O uso de feitiços interligava-se ao objetivo de promoção, prestígio social e força, ou seja, à intenção de se proteger de outros indivíduos ao ponto de prejudicá-los⁵⁶. Outra crença importante estava ligada aos gênios da natureza. Havia uma forte ligação entre os espíritos da natureza e os habitantes locais, e a questão da morte, assim como os elementos naturais, alimentavam as crenças. A água estava interligada aos conjuntos de crenças e ao imaginário religioso. Na concepção dos bantos, as *kiandas* — gênios da natureza responsáveis pela água e pelos cursos d'água — possuíam a responsabilidade de guardar a passagem para outro mundo⁵⁷. Uma das passagens para o mundo espiritual se dava por meio das águas e de superfícies reflexivas. Os Bakongos associavam superfícies reflexivas, em geral, ao *Kalunga*, uma linha que separava o mundo dos vivos do mundo dos mortos. A água funcionava como uma barreira entre o mundo espiritual e o material, representando o invisível e o visível⁵⁸.

Em África, os mortos não morrem nunca, com exceção daqueles que morrem mal⁵⁹. O suicídio era considerado uma morte

56 M'BOKOLO, Elikia. África Negra: História e Civilizações – Tomo 1 (até o século XVII). São Paulo, Salvador: Casa das Áfricas, Edufba, 2009

57 HEYWOOD, Linda. (Org.) Diáspora Negra no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

58 M'BOKOLO, Elikia. África Negra: História e Civilizações – Tomo 1 (até o século XVII). São Paulo, Salvador: Casa das Áfricas, Edufba, 2009.

59 Morrer mal: Seriam aqueles que ao morrer romperiam com o padrão esperado de morte. Em África o morrer mal está ligado ao morrer antes da hora. Morrer jovem por acontecimentos inesperados, sem filhos ou pelo ato suicida. Este tipo de morte simboliza má sorte. Ver: RODRIGUES, Claudia e

ruim. No Romance, *O mundo se despedeça*, de Chinua Achebe (2009), relatou que depois de cometer suicídio, ninguém tocava no corpo do suicida. Ele teve que ser retirado da árvore (onde tinha se enforcado) pelos brancos⁶⁰. Os provérbios eram utilizados pelos angolanos e carregavam uma ideia cíclica de vida e morte. Eles refletiam o rito de passagem: antepassado — nascimento e vida.

A figueira amadurece os figos de um lado e do outro os deixa cair; os homens de um lado vêm o mundo e de outro morrem (Omukuyuntheletaupi, ntheletauku, ovanthunthelevatyitwa, nthelevankhya)⁶¹.

A morte simbolizava uma ascensão à categoria de ancestral. Ela não aniquilava o ser, mas funcionava como um portal para o além, uma entrada para uma nova vida. Aos cristãos, ela se remetia ao reino dos céus; aos africanos, era uma passagem segura para o reino ancestral⁶². São os antepassados que garantiam esse ciclo vital e a corrente indefinida entre a vida e a morte. Eles reviviam biologicamente nas crianças e viviam simbolicamente nos anciões, fazendo com que as tradições se tornassem vivas. A legitimação do poder político regia a comunidade, isso mediante a junção harmoniosa entre o mundo invisível (espiritual) e o mundo visível (físico). O africano vivia um prolongamento dos seus antepassados e concebia a vida apenas em comunidade, a partir de forte ligação social que ultrapassava as fronteiras do mundo dos mortos⁶³. O elo da criação e “Deus” estava presente na força ancestral.

LOPES, Fábio Henrique. *Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015; PANTOJA, Selma (ed.), *Identidades, Memórias e História em Terras Africanas*, Brasília: Luanda, Nzila, 2006.

60 ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedeça*. Tradução: Vera Queiroz da Costa e Silva. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009 [1958].

61 SILVA, Antônio Joaquim. Provérbios em Nyaneka. Lisboa: Serviço de Cártiras Portuguesas, 1989. In: PANTOJA, Selma (ed.), *Identidades, Memórias e História em Terras Africanas*, Brasília: Luanda, Nzila, 2006.

62 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.

63 DA SILVA PEREIRA, Júlio César Medeiros. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Quem morreu mal, enterra-se mal (*Chyafa, lavi, vachikenda-lavi*)⁶⁴. Morrer mal significava falecer fora de contexto, ou seja, jovem, sem filhos ou por suicídio, rompendo com a harmonia da transição entre os dois mundos. Para os bantos, esses tipos de mortes eram compreendidas como um sinal de má sorte. Para os nagôs, por exemplo, o homem era feito para vida e seu dever era mantê-la na terra e perpetuá-la no outro mundo. Então, o suicídio significava uma interrupção do ciclo, desestruturando a harmonia entre o mundo material e imaterial⁶⁵.

Quando transponemos a cosmogonia banta para o Brasil oitocentista, percebemos o sincretismo, criando uma visão de morte diferenciada. O culto aos mortos tinha uma grande relevância na tradição africana, embora não fosse ausente na portuguesa. Entre os povos oriundos de Angola, os espíritos ancestrais influíam mais na rotina diária do que as próprias divindades. Os africanos possuíam elos complexos de comunicação com os mortos, como o culto Iorubá dos eguns. A igreja católica, por sua vez, não cultuava os mortos, mas buscava salvá-los⁶⁶. Com a junção dessas concepções e os empréstimos do ceremonial católico, houve uma cisão entre dois mundos na sociedade brasileira, resultando, para os africanos, em uma divisão ritualística no âmbito público (o ritual católico) e no privado (o ritual africano).

Tanto na visão africana como na católica, a forma mais temida de morte era a sem sepultura. Os mortos nesta situação eram considerados os mais temidos. Com esse sincretismo religioso, a imagem do suicida se tornava mais depreciada. Na África, esse tipo de morte era associado à má sorte; no Brasil, quando lhes era negada uma sepultura eclesiástica — ou seja, passava pelo crivo das sanções religiosas⁶⁷ — essa interdição

⁶⁴ VALENTE, José F. **Seleção de provérbio e advinhas em umbundu.** Lisboa: Junta de investigação ultramarina, 1975, In: PANTOJA, Selma (ed.), *Identidades, Memórias e História em Terras Africanas*, Brasília: Luanda, Nzila, 2006.

⁶⁵ ZIEGLER, Jean. **Os vivos e os mortos.** Paris: Seuil, 1975, p.123

⁶⁶ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** 3 eds. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.p.90

⁶⁷ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

possuía uma função pedagógica, instituída pela Igreja, para que os vivos assistissem aos mortos pagando pelos erros. Era por meio desses exemplos que se evitaria que os vivos cometesssem o suicídio. A morte, enquanto experiência, não era vivida diretamente, mas sentida a partir do outro. A consciência não viveria a experiência da sua morte, mas uma vida inteira como figura empírica dessa morte⁶⁸.

O culto aos ancestrais tornou-se um dos pontos chaves do sincretismo com a religião católica. Isso levou à formação de uma nova cultura em torno da morte, ocasionando na junção dos novos e antigos elementos correspondentes. A intercessão entre a religião católica e os cultos religiosos banto acontecia através do culto aos mortos. Enquanto os africanos ministram rituais para aplacar a fúria dos ancestrais e gerar uma boa relação, os católicos rezavam pelas almas no purgatório, realizando missas para os falecidos. Esse sincretismo, resultou no ponto de intercessão, acarretando em uma confusão de conceitos. O papel dos intermediários (os santos católicos) foi assumido pelos ancestrais e, em ambas as cosmogonias, os mortos intercederiam em conjunto com a força suprema⁶⁹.

A dinâmica do ciclo de vida e morte permeou as relações sociais. A compreensão a partir do viés cultural contribuiu para interpretações sobre a morte e o ato de morrer. Quando falamos da morte dos africanos, devemos nos fixar em sua estruturação ritualística, na qual as crenças fundamentaram a passagem para outro plano. Compreender a cosmogonia e as relações dos limites entre o mundo terreno e o espiritual oferece subsídios para entender a visão do suicídio. Afinal, como esse ato era visto pelos negros e africanos? Quais crenças estruturavam essa morte premeditada?

68 ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975, p.129

69 REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1999

1.5 - A morte dos Africanos no Rio de Janeiro (1830 – 1850)

Para falarmos da morte de africanos no Rio de Janeiro, apresentaremos o caso do africano Francisco, da nação Banguela, com 15 anos de idade. Ele foi cedido a Vicente Antônio da Costa em 1834. Consta em seu processo o falecimento aos 20 anos, cinco anos após a sua concessão. Em outra situação, destacaremos a história de Madalena, da nação do Congo, cedida a Aureliano Azevedo da Silva Coutinho, no ano de 1835. Ela morreu em 1841, seis anos depois de sua chegada, beirando os 21 anos. Já não se encontrava mais com Aureliano Azevedo, pois estava emprestada a Florentino Corrêa, membro da Secretaria do Estado de Negócios Estrangeiros. No documento, não constava o motivo aparente⁷⁰ da morte. Ambos os indivíduos morreram jovens, embora fosse possível relacionar africanos e africanas jovens à ideia de longevidade. Quanto mais novos, mais resistentes seriam às atividades propostas.

Encontramos concessões de africanos ainda mais jovens, como a de Sepião, da nação Congo, de 13 anos, no ano de 1836, cedido ao sargento-mor José de Vasconcelos Meneres Drummond. Sepião, faleceu em 1841, aos 18 anos, quando estava sob a tutela da viúva do sargento, Maria de Vasconcelos Meneres Drummond. Ainda mais jovem, encontramos João, de 12 anos, da nação Banguela, cedido a Rodrigo Fernandes Santorio, no ano de 1835. João viveu até 1844, falecendo aos 21 anos — o que representa uma longevidade ligeiramente maior, cerca de nove anos. Os africanos importados e considerados livres eram concedidos a pessoas designadas pelo Juiz de Órfãos, mas, em geral, não sobreviviam além dos 25 anos de idade. Foi o caso de Joaquim, da nação do congo, de nove anos de idade, cedido a Antônio José da Silva em 1835, vindo a falecer em 1843, aos 17 anos, após viver por oito anos aproximadamente⁷¹.

70 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 467 – 1834 e 1835. Rio de Janeiro, 1834 e 1835.

71 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 467 – 1834 e 1835. Rio de Janeiro, 1834 e 1835.

No *Jornal do Comércio*, em 1831, nos deparamos com uma descrição precisa da vida e morte dos africanos. O tráfico deixava de ser lucrativo devido à perda da mão de obra, causada pelas doenças e pelos maus-tratos infligidos. Uma pergunta pairava no ar: valeria insistir na manutenção de uma mão de obra escrava para atender às lavouras?

(...). Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, dos imensos capitais empregados nos escravos, que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que cada um desses escravos deve trabalhar, cada um desses escravos, sustento, vestuário, moléstias reais e afetadas, seu curativo, as mortes numerosas filha do mau tratamento e da desesperação (...) o lucro da lavoura deve ser muito pequeno⁷².

Apesar do prejuízo e da mortalidade, houve um aumento contínuo nas importações. O crescimento do tráfico ilegal advinha da necessidade de reposição desses indivíduos, devido às baixas expectativas de vida, segundo o historiador Manolo Florentino. Com as condições precárias de existência, a reprodução biológica atingia índices mínimos, reduzindo ainda mais a mão de obra na sociedade escravista. Além disso, os africanos importados viviam em péssimas condições, acometidos por diversas enfermidades infectocontagiosas. Era natural, portanto, que a expectativa de vida fosse drasticamente reduzida, como evidenciam as fontes, a partir da preferência de indivíduos muito jovens pelos traficantes⁷³.

Por meio dos maus-tratos diários, a vida dos indivíduos reduzidos a escravos se esvaía em muitos casos. Quando não cumpriam as imposições de seus senhores, a eles eram infligidos castigos físicos e morais. Em alguns casos, o suicídio se devia ao medo dos castigos. O temor às penalidades e a opção pela fuga, por meio do mecanismo da morte, funcionavam como um mecanismo de resistência diante de um sistema social marca-

72 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 05 fevereiro. 1831, p.01

73 FLORENTINO. Manolo. *Tráfico Atlântico, Mercado Colonial e Famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c. 1830*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 113, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

do por imposições difíceis no cotidiano. No Rio de Janeiro, eram presos os escravos que reagiam contra essa situação. O caso de João da nação Inhambane, por exemplo, ilustrava essa represão: fora preso pela tentativa de assassinato ao seu senhor Jorge Dojé no ano de 1838⁷⁴. Outro episódio que expressava a resistência à escravidão foi a história do suicídio do negro Antônio, escravo de D. Augusta de Avelar, levado a praticar o ato suicida por desgosto e pelos castigos infligidos após suas tentativas de envenenamento aos senhores da casa-grande a aos animais⁷⁵. Em muitos contextos, o suicídio se apresentava como o último recurso — uma recusa à submissão, refletida também nas tentativas de assassinato contra os senhores.

Os requintes de crueldade dos senhores variavam, como no caso do escravo de João Francisco Veloso, que, após sofrer inúmeros açoites, se encontrava com as nádegas em carne viva⁷⁶. Os novos africanos fugiam por causa do adestramento que ocorria durante o período de aclimatação, quando homens e mulheres livres eram transformados em servos obedientes. As fugas após o processo da aclimatação, eram passíveis dos mais terríveis castigos. Entre os relatos de suicídio, encontramos a história de Pulquéria: sua proprietária, dona Leocádia Maria dos Anjos, mantinha-a presa em um depósito de farinha. Ela tentou arrombar a porta para fugir. Não conseguindo e temendo ser castigada, cortou a garganta com uma faca⁷⁷. A escravização, marcada por violências físicas e psicológicas, era capaz de adoecer e matar ao longo do tempo. O fator predominante para o suicídio era justamente o resultado dos maus-tratos da vida cotidiana.

O ato suicida era um recurso de fuga para o negro submetido a um regime social que o oprimia. Alguns relatos trazem

⁷⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. **Série Justiça, IJ 186.** Rio de Janeiro, 1838.

⁷⁵ MACHADO, Humberto F. **Escravos, senhores e café.** Niterói: Cromos, 1993, p.105.

⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. **Série Justiça, IJ 173.** Rio de Janeiro, 1836.

⁷⁷ GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio — Aspectos de rebeldia nos escravos do Brasil.** Rio de Janeiro: Conquista/Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 116.

à tona essa visão: se fossem apanhados, os escravos poderiam matar a si mesmos antes que o senhor chegasse a açoitá-los ou que algum parente seu tomasse para si a vingança, recorrendo a feitiços ou venenos⁷⁸. Em certos casos, morrer era um ato de libertação — a liberdade nunca alcançada em vida era obtida mediante a morte.

A escravidão tinha por consequência uma morte interior: os problemas mentais e a alienação eram frequentes, como no caso da escrava Rosa, enviada pela polícia ao Hospital da Misericórdia por encontrar-se alienada. As dores da alma eram presentes como as fissuras expostas dos castigos físicos em seus corpos. Esse padrão, se repetia em outros relatos, como, por exemplo, o caso escravo José Pereira, que foi encaminhado pela polícia à Santa Casa da Misericórdia⁷⁹. A insanidade era comum nos relatórios policiais, principalmente em escravos. Muitos dos casos de alienação mental foram fruto das condições de cativeiro⁸⁰.

Os castigos eram rigorosos e serviam de exemplo, mesmo quando considerados excessivos ou quando acarretavam na morte do escravo. Esses atos possuíam o respaldo judicial. Podemos citar uma fonte da Polícia da Corte, em que constava o relatório de assassinato cometido por Alexandre José Coelho⁸¹. Ele matou seu escravo, lançando-o ao mar, e foi absolvido pelo júri. Entretanto, por considerar injusta a sentença, o Juiz da Primeira Vara de crime apelou novamente. As leis não zelavam pela proteção do africano em condição de escravidão. Na maioria das sentenças, os senhores não eram condenados. A legislação buscava evitar o prejuízo do senhor, pois, se o africano morresse em decorrência dos castigos físicos, o senhor perderia seu capital imobilizado. A preocupação não

78 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e notas de André e Mansuy Diniz Silva. São Paulo: USP, 2007, p. 103.

79 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 204. Rio de Janeiro, 1845.

80 FERREIRA, Jackson. *Por hoje acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888)*. Afro-Ásia, n°31, 2004, p. 110.

81 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 204. Rio de Janeiro, 1845.

era em garantir a integridade física do escravo, mas sim a propriedade privada⁸².

Nem os forros escapavam da exacerbada violência. Em um relatório, emitido pelo juiz de paz do Engenho Novo, constava o caso de um preto forro que foi encontrado ferido e que, devido aos espancamentos que sofreu, faleceu⁸³. Outro registro da Polícia da Corte relatava a prisão de um determinado homem por assassinar, a golpes de açoite, o escravo Bernadino de Manuel Fernandes Correia. A agressão não partira do proprietário; o escravo morreu em decorrência às severas feridas. Um outro caso de crueldade que constava nos relatórios foi de uma mulher negra encontrada com a cabeça toda fraturada na chácara do Conde de Lajes⁸⁴. A política de crueldade e de abusos, sustentada por uma banalização da morte, revelava a desvalorização da vida de alguns indivíduos em detrimento de outros⁸⁵.

Em muitos casos, o escravo reagia por meio de denúncias. Eram encaminhados, em condições deploráveis, à polícia. Mesmo o boçal, apesar de não apresentar uma fluência do português, à sua maneira, relatava o ocorrido. Os africanos recém-chegados eram considerados rudes e muito fechados⁸⁶, enquanto os crioulos, ou seja, os considerados ladinos, possuíam maior facilidade para se esquivar das situações de agressão, utilizando-se da língua portuguesa e de seu conhecimento cotidiano. Já os boçais, ao seu jeito, emanavam um grito de socorro, uma tentativa de evitar os maus-tratos. Um exemplo é o caso de Manuel, encontrado na rua, coberto de ferimentos e encaminhado por pessoas que o notaram apoiado junto a um portão. Na delegacia, procuraram um intérprete a fim de recolher seu depoimento, e

82 MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café*. Niterói: Cromos, 1993, p.112.

83 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. *Série Justiça*, IJ 166. Rio de Janeiro, 1845.

84 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. *Série Justiça*, IJ 173. Rio de Janeiro, 1836.

85 MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n°: 32. Dezembro, 2016, p. 21.

86 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e notas de André e Mansuy Diniz Silva. São Paulo: USP, 2007, p. 115.

Manuel alegava-se chamar Manuel da nação Benguela. Ele fez uma denúncia formal contra seu senhor, chamado Bento. Manuel Benguela afirmava que o seu estado se devia aos excessivos castigos infligidos contra ele⁸⁷.

As senhoras de escravos cometiam também atos de violência. Nos relatórios de Polícia, encontramos um assassinato praticado por Francisca Carlota de Souza, que assassinou sua escrava com pancadas. Apesar da situação de invisibilidade jurídica dos escravos, na maioria dos casos havia cinco testemunhas que a incriminavam: seus próprios escravos, levados ao calabouço, que testemunharam contra o crime cometido por sua senhora, sendo peças fundamentais na prisão de sua proprietária⁸⁸.

Na tabela a seguir, podemos encontrar os casos de afogamentos, de acordo com dados recolhidos nos relatórios da Polícia da Corte. Entre os anos de 1834 e 1839, os casos foram discriminados por data, nome, sexo, região e os dados relativos à morte. Os indivíduos escolhidos para esta análise eram negros e africanos. As informações limitadas sobre as mortes desses indivíduos se mostraram presentes na documentação coletada.

87 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 174. Rio de Janeiro, 1837.

88 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 166. Rio de Janeiro, 1833.

Tabela 1 - Afogamentos descritos nos relatórios da Polícia da Corte entre os anos 1834-1839. Dados relativos a Negros e Africanos⁸⁹.

Afogamentos				
Data	Nome	Sexo	Região	Dados sobre a morte
21/10/1834	Sem nome	Homem	Não informada	Afogamento em poço
19/10/1836	Sem nome	Homem	Praia Formosa	Foi encontrado na praia-Afogamento
29/12/1836	Sem nome	Mulher	Praia Vermelha	Afogamento
12/01/1837	Sem nome	Mulher	Praia de Santa Luzia	Encontrada em um Baú (provável assassinato)
26/01/1837	Sem nome	Homem	Rua Do Saco	Afogou-se no poço-Forro
15/02/1837	Sem nome	Homem	Praia Formosa	Morreu afogado
31/05/1837	Sem nome	Homem	Não informada	Morreu afogado
09/01/1838	Bernardo	Homem	Não informada	Morreu afogado ao tomar um banho
23/01/1838	Sem nome	Homem	Mangue do aterrado	Morreu afogado
23/01/1838	Sem nome	Homem	Praia do Boqueirão	Morreu afogado
07/02/1838	Sem nome	Homem	Praia da Gamboa	Morreu afogado
21/03/1838	Sem nome	Mulher	Ponta do Caju	Morreu afogado
27/03/1838	Sem nome	Homem	Praia da Gamboa	Morreu afogado
16/05/1838	Sem nome	Mulher	Praia	Morreu afogado
16/05/1838	Sem nome	Homem	Praia Vermelha	Morreu afogado
30/05/1838	Sem nome	Homem	Praia do Caju	Morreu afogado
30/05/1838	Sem nome	Homem	Praia S. Cristóvão	Morreu afogado
06/06/1838	Sem nome	Homem	Praia S. Cristóvão	Morreu afogado
20/06/1838	Sem nome	Homem	Praia S. Cristóvão	Morreu afogado
20/06/1838	Sem nome	Homem	Praia S. Cristóvão	Morreu afogado
02/10/1838	Sem nome	Homem	Praia Vermelha	Morreu afogado
17/12/1838	Sem nome	Mulher	Praia da mineira	Morreu afogado
09/01/1839	Sem nome	Homem	Praia do Caju	Morreu afogado
09/01/1839	Sem nome	Mulher	Praia do Caju	Morreu afogado
23/04/1839	Sem nome	Mulher	Praia S. Cristóvão	Morreu afogado
23/04/1839	Sem nome	Mulher	Praia S. Cristóvão	Morreu afogado

⁸⁹ Amostragem retirada dos Relatórios da Polícia da Corte (Arquivo Nacional) entre 1834 a 1839. Foram separados 27 casos de supostos afogamentos.

Sobre esses dados repousava um o silêncio acerca da morte desses indivíduos. Foram registrados vários casos de afogamentos de negros (nascidos no Brasil) e africanos. Os relatórios da Polícia da Corte, informavam o aparecimento de corpos próximos à orla, como o caso de um negro encontrado junto a uma pedra na Urca, abaixo da fortaleza da Praia Vermelha⁹⁰. As praias de São Cristóvão, do Caju e a Vermelha eram os locais mais comuns para o aparecimento de cadáveres de negros arrojados pelo mar.

Existia uma padronização desses lugares como pontos de desova de corpos; é possível conjecturar que diversos casos não se tratavam de acidentes, mas de tentativas de se livrar de provas de crime. Dissertaremos sobre o desejo de inexistência do outro, através de ausências apresentadas nas documentações relativas à morte dos escravos, registradas nos relatórios da Polícia da Corte. A seguir, temos um dos relatórios da Polícia da Corte sobre a morte de um dos indivíduos escravizados do dia 12 de janeiro de 1837.

Foi ferido mortalmente, o preto Luís Manuel de Lourenço por outro preto, segundo declarou o ferido. Foi encontrado na praia de Santa Luzia o cadáver de uma preta dentro de um baú⁹¹.

O primeiro caso descrito refere-se a uma briga envolvendo Luís Manuel, durante a qual ele sofreu uma tentativa de assassinato. Um outro indivíduo escravizado o feriu mortalmente. Ele chegou a denunciar o atentado, mas, se foi ferido mortalmente, como ele conseguiu prestar depoimento? Podemos supor que ele não tenha falecido imediatamente, ou que tenha morrido apenas após registrar a denúncia. A falta de informações sobre a motivação da briga e sobre quem era o “preto” que o atacou ficou evidente. No mesmo relatório, a segunda vítima da morte foi uma mulher preta, encontrada em um baú na praia de Santa Luzia. O que podemos inferir sobre os dois citados seria que

90 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 174. Rio de Janeiro, 1837.

91 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 174. Rio de Janeiro, 1837.

eram lados, pois o termo “preto” se referia aos escravizados que dominavam os códigos culturais e a língua da sociedade escravocrata.

As informações sobre a morte desses indivíduos eram ínfimas, e o caso da “preta” encontrada no baú, nos remete aos não-ditos da documentação apresentada. A praia de Santa Luzia, próxima à igreja de mesmo nome, no centro do Rio de Janeiro, estava localizada em uma área remota e isolada, separada da região mais central da cidade, pelo antigo Morro do Castelo. A polícia foi acionada e, dentro de um baú, encontrou um conteúdo assustador: uma escrava morta.

Ao analisarmos a fonte, supõe-se que se tratava de assassinato. O baú foi desovado em uma área inóspita, revelando uma tentativa ocultamento do seu conteúdo. A morte dos escravos era rotineira nos relatórios policiais e uma expressão da violência de uma sociedade escravocrata. Supõe-se que alguns desses casos descritos como supostos afogamentos eram, na verdade, assassinatos; o caso da mulher negra encontrada no baú exemplifica essa afirmação. Em outros registros, era possível supor a ocorrência de suicídios. Entretanto, na situação descrita, o homicídio foi evidente, e o silêncio das fontes que relatavam os afogamentos de negros e africanos era brutalmente explícito.

Na maioria dos casos, existia uma diferença; no caso da “preta” no baú, percebemos uma tentativa de ocultamento do cadáver. O limite entre a vida e a morte tinha uma linha tênue, explicitando claramente o papel do negro e do africano em uma sociedade escravista. No fim, os indivíduos escravizados tornavam-se descartáveis na medida em que perdiam sua função como mão de obra, transformando-se em objetos sem uso dentro de um velho baú. As fontes não apresentavam detalhes sobre essas mortes, e esse silenciamento estava presente na maioria das documentações analisadas.

Em um dos relatórios, datado de 1834, afirmavam o proceder do corpo de delito no cadáver de um escravo que morreu afogado em um poço⁹². Não existia registro da motivação do escravo para o ato suicida — o que o levou até o poço? Será ele se

92 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 169. Rio de Janeiro, 1837.

lançou voluntariamente ou foi empurrado com a intenção de assassinato? Sobre esses relatórios repousavam os véus que re-cobriam as informações sobre essas mortes.

O que o relatório de um escravo afogado em um poço teria em comum com o caso da “preta” encontrada no baú? Apenas a realização do corpo de delito, registrando a morte por afogamento, sem qualquer identificação dos indivíduos encontrados, ou seja, sem uma investigação mais detalhada sobre os casos descritos. A morte desses indivíduos não tinha relevância, e não existia qualquer necessidade de se investigar o que as ocasionou. Seria uma morte por assassinato (como no caso do corpo no baú)? Um suicídio (como no caso do corpo no poço) ou até um acidente? Nunca decifraremos ao certo: esses óbitos faziam parte de um mecanismo político que visava invisibilizar e justificar tais mortes⁹³

Os castigos físicos e as punições possuíam um caráter hediondo. Como no caso da escrava Bernarda, oriunda da nação Monjolo e propriedade de Antônio Lopes da Silva, que foi queimada viva, falecendo em decorrência de graves queimaduras⁹⁴. Um relato marcado pela crueldade e o que seria o limite entre propriedade privada e a vida do indivíduo. Os castigos físicos eram rotineiros, e o corpo de delito servia como prova da sua severidade. Como no caso do André Moçambique, propriedade de Joaquim Ruiz, que apresentava inúmeras incisões e contusões⁹⁵. Quanto aos castigos infligidos, não havia uma preocupação com as consequências e ou com os ferimentos; muitas vezes ocasionavam febre e mazelas ao escravo, levando a graves infecções e inflamações. O relato de um corpo de delito procedido em Graciano Mina mostrava as intensas inflamações causadas pelo açoite⁹⁶, evidenciando a brutalidade cotidiana dos castigos infligidos aos escravizados.

93 Políticas da morte. A questão da necropolítica. Ver: MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte e ensaios*: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº: 32. Dezembro, 2016.

94 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. *Série Justiça, IJ 173*. Rio de Janeiro, 1836.

95 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. *Série Justiça, IJ 173*. Rio de Janeiro, 1836.

96 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. *Série Justiça, IJ 174*. Rio de Janeiro, 1837.

Em alguns casos, os indivíduos escravizados reagiam não só com palavras e denúncias aos maus-tratos. Dionísio, escravo de Feliciano da Costa Pinheiro, assassinou seu feitor com uma enxada na cabeça e fugiu sem deixar rastros. O ato de resistir estava, em muitos casos, ligado à fuga. Outra história intrigante se referia à escrava fugida de um inglês, em um dos relatórios, roubou ao senhor antes de se evadir, demonstrando uma forma de resistência voltada ao prejuízo financeiro. Seus planos, no entanto, foram frustrados, e ela acabou capturada pela polícia⁹⁷. A não aceitação da condição de escravidão imposta estava presente em diversos relatos, e o ato de resistir marcava essas histórias.

Esses tipos de reações apareciam constantemente nos relatórios. Miguel Rebollo, por exemplo, foi preso por ofender um homem branco com diversos insultos. Ele foi punido pela polícia com açoites e devolvido ao seu senhor⁹⁸. Esses casos demonstraram o rompimento com discurso de passividade do negro diante da vida e da morte. As ofensas e agressões físicas faziam parte da retribuição, em alguns casos, ao cruel tratamento dado aos africanos e negros escravizados. Como formas de rompimento com esse sistema escravista, encontramos: a fuga, o suicídio, as revoltas, os assassinatos contra os senhores e o fazer corpo mole ao executar suas tarefas, entre outros⁹⁹. A escravização não era algo aceito de forma pacífica pelo indivíduo.

A resistência ocorria de inúmeras formas. A Polícia do Rio de Janeiro promoveu uma incursão no quilombo, não nomeado, onde os negros fugidos foram apreendidos e assassinados. O processo de repressão era incisivo e a liberdade encontrava-se longe do alcance de muitos, regada com o sangue daqueles que se negavam a abrir mão dela¹⁰⁰. Se existiam fugitivos e quilombolas, era porque existiam homens sobre o julgo da escravidão

97 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 166. Rio de Janeiro, 1833.

98 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 174. Rio de Janeiro, 1837.

99 GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: Moçambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 123.

100 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 166. Rio de Janeiro, 1833.

e da exploração¹⁰¹. Em alguns registros, os perigos do cotidiano e a violência marcavam os relatórios policiais. Encontramos o caso de morte do escravo Francisco, propriedade de Rodolfo, que sofreu ferimentos a faca, foi assaltado e não resistiu à violência, vindo a óbito — provavelmente enquanto tentava levar algo de valor de seu senhor. De forma semelhante, um negro de ganho, cujo nome não consta na fonte, morreu em decorrência dos excessos a que era submetido em seu trabalho.

Sobre o escravo de ganho, existia um contraste distinto da escravidão no meio urbano em oposição ao rural¹⁰². Os tipos de moradia eram diferenciados, devido à autonomia que possuíam em detrimento de outros escravos. Esses escravos encontravam-se com seu senhor para entregar o lucro do dia de trabalho e não mantinham o vínculo de morar debaixo do mesmo teto. No caso de Rodolfo, que foi assaltado, era possível que estivesse levando os ganhos do dia ao seu senhor, razão pela qual sofreu a abordagem criminosa¹⁰³. Os escravos de ganho possuíam uma autonomia maior do que os escravos da área rural; entretanto; isso não significava que a sua vida fosse fácil com relação ao trabalho. Um dos relatórios registra o caso de um escravo de ganho que morreu devido à excessiva exploração: ele não suportou o peso dos ferros e morreu com a queda e a torção do pescoço¹⁰⁴.

Era muito comum, devido às condições de vida difíceis, que o africano ou o negro escravizado viesse a óbito por doença. Como podemos ver em um dos casos registrados no relatório policial em 1836, uma negra forra andava muito doente e, sem tratamento, vagava pelas ruas a mendigar. Sem os cuidados necessários e sofrendo com má alimentação, veio a falecer ao pé da Igreja do Carmo, onde costumava mendigar. Eram comuns as mortes repentinas: uma crioula morreu subitamente quando

101 GOMES. Flávio dos Santos. *História de quilombolas: Moçambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 128.

102 KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 80.

103 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 174. Rio de Janeiro, 1837.

104 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 173. Rio de Janeiro, 1836.

cedida ao Arsenal da Marinha. Essas mortes, enquadradas como repentinhas, talvez estivessem ligadas à exploração e às condições precárias de vida imposta aos escravos¹⁰⁵. Os serviços que envolviam esforço físico em intuições públicas se destinavam aos escravos que nela estavam inseridos¹⁰⁶. Assim, não podemos deixar de relacionar sua morte ao cotidiano de trabalho forçado e violência, inclusive, dentro do Arsenal da Marinha.

O óbito era um fator tão rotineiro aos escravos, que mesmo com sua carta de liberdade em mãos, devido às condições de vida e à falta de oportunidade, a história desses indivíduos não era muito diferente. Com uma alimentação mínima e precária e um vestuário inexistente — principalmente, durante o inverno — muitos pereciam. Homens e mulheres se vestiam com apenas avental de tecido azul listrado. Às vezes, as mulheres adultas recebiam um pano para cobrir os seios expostos¹⁰⁷.

Sobre uma esteira, exposto às condições do tempo, foi encontrado um negro morto, segurando sua carta de alforria. Ele estava abraçado a ela, como se sua curta vida dependesse disso. Ao realizar o corpo de delito, foi informado que morreu de uma enfermidade: sem uma boa alimentação, exposto às intempéries e sem qualquer tratamento de saúde, ele partiu desse mundo segurando seu passaporte para a liberdade, pois seu corpo padeceu antes que pudesse contemplá-la¹⁰⁸.

A vida e a morte estavam intimamente ligadas, entrelaçando as relações sociais que permeavam o cotidiano de negros e africanos escravizados. Alicerçada sobre uma sociedade senhorial, a mortalidade desses indivíduos escravizados era parte de uma rotina repousada sobre as políticas das mortes. O descaso relativo ao óbito de negros e africanos escravizados era justificável, pois após a sua morte perdiam seu valor enquanto instrumentos de trabalho, e pouco se expressava sobre seus óbitos.

¹⁰⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 173. Rio de Janeiro, 1836.

¹⁰⁶ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres- A abolição do tráfico de escravos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2017, p. 223.

¹⁰⁷ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 64.

¹⁰⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 173. Rio de Janeiro, 1836.

A banalidade atravessava essas mortes e revelava o pior da natureza humana: a justificação de uma morte em detrimento de outras. O Estado e a sociedade foram os responsáveis pela construção dessas esferas de poder que refletiam o ato de soberania através da seguinte indagação: quem devia viver ou morrer¹⁰⁹?

O silenciamento desses indivíduos se manifestava pela ausência de informação nos jornais e nos relatórios policiais. Este artigo refletiu o silêncio, no qual não havia identificação desse grupo de pessoas e nem registro das motivações para o ato suicida. As tonalidades da cor definiram a profundidade com que os indivíduos eram lembrados e a forma como suas mortes deveriam ser relatadas. A mortalidade ganhou um sentido racional: de um lado, foi criada uma justificativa para a morte de determinados indivíduos em sociedade, uma política que estruturava a morte, calcada sobre a égide de um princípio de banalização da morte. Os negros e africanos possuíam um valor em vida, enquanto força de trabalho; na sua morte, passavam por um processo de desvalorização enquanto indivíduos. Os seus corações cessavam a pulsação, juntamente com as suas lembranças.

A vida tornou-se o reflexo da morte, incidindo sobre uma paleta de cores sociais, criando lugares políticos no *post-mortem*, justificados pelo “local de fala” atribuído aos indivíduos em uma sociedade senhorial.

¹⁰⁹ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº: 32. Dezembro, 2016, p. 16.

No *Kalunga* do esquecimento: a história dos suicidas negros e africanos

O termo *Kalunga* possuía dois significados em África: além-túmulo (eternidade) e mar¹¹⁰. A morte era uma grande travessia para eternidade. Os bantos acreditavam que a água era o ponto de ligação entre os dois mundos: o material e o espiritual. Nossa missão, neste capítulo, será oferecer uma contribuição à historiografia a partir dos relatos de homens e mulheres silenciados, que permanecem às margens do *Kalunga* de suas próprias histórias. Aos muitos negros e africanos que atravessaram para o além-túmulo sob o véu do esquecimento dedicamos este capítulo.

Nos relatórios e veículos de imprensa não constavam o nome do suicida, somente a sua cor. Em maioria, nos deparávamo com o termo “negro” ou “preto”, usados para classificar os africanos ou seus descendentes que cometiam suicídio. Conforme se verifica na documentação oficial e nos jornais, havia uma negligência quanto às informações, desconsiderando a biografia e a identidade do suicida e relegando o indivíduo à simples condição de escravo. Ser classificado negro era não ter uma vida, um nome, uma investigação sobre a morte — nem sequer uma motivação para o ato suicida. Era tornar-se invisível e perecer no grande *Kalunga* do esquecimento.

A proposta deste capítulo será analisar as documentações em que constam o suicídio negro e africano, trazendo à tona as nuances que regiam o ato suicida: suas motivações e as influências vigentes. Além de desmistificar o suicida negro e africano escravizado, buscamos demovê-lo do papel de vítima e reconhecê-lo como agente de sua própria história. Utilizaremos dois tipos de fontes: os jornais *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de*

110 <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/calunga>

Janeiro, em conjunto dos relatórios da polícia. O jornal era uma fonte de grande impacto, devido à sua ampla circulação nos meios sociais. Já os relatórios da polícia serão utilizados para a construção de uma análise paralela com os jornais. A utilização dessa documentação nos norteará na compreensão da visão construída em torno do suicida negro.

Ao longo deste capítulo, discorreremos por meio de uma comparação entre as documentações, interligando fontes com diferentes estruturas de construção, com o objetivo de compreender quem era esse suicida, qual visão a sociedade construiu em torno dele e se, apesar dos silêncios presentes no corpo documental, tentaremos extrair suas últimas palavras.

2.1 - A grande manchete: o suicida em preto e branco

Na notícia a seguir, publicada pelo *Jornal do Comércio*, conheceremos a história de Francisco. Raramente existem informações aprofundadas sobre os escravos nos jornais. Nessa publicação, desenrola-se uma trama em torno de uma tentativa de suicídio e as sucessivas fugas do escravizado. Na última fuga, ele obteve sucesso. A notícia veiculada tratava de uma tentativa de recuperação de um bem material, por meio de um anúncio do Barão de Sabará. Ou seja, enquanto uma mão de obra, os detalhes importavam na notícia. Ele não era um simples escravo suicida: era uma propriedade privada, perdida pelo seu senhor.

Fugiram ao barão de Sabará em dias de julho deste ano, da sua fazenda da Boa Vista do Rio Abaixo, termo da cidade de Sabará, os seguintes escravos: Francisco, pardo escuro, de 21 anos de idade, pouco mais ou menos, ponta de barba, bem feito de corpo, excetuando os pés, estatura regular, tem uma cicatriz no queixo e debaixo outra ao pescoço de cortadura que fez querendo suicida-se: é bom oficial de sapateiro: dá se por forro com nome suposto, consta que anda com passaporte passado em Cocais, no qual o dão por guarda nacional. Foi preso em princípios do corrente mês de outubro junto à fazenda do padre Corrêa perto do Rio

de Janeiro, sendo conduzido algemado tornou a fugir. É de presumir que esteja na corte trabalhando pelo ofício, ou se tenha ido oferecer voluntário para algum corpo de linha ou embarcação de guerra, quando não preferisse algum mercante¹¹¹.

A fuga descrita no anúncio, nos revelou questões instigantes. Primeiramente, ela foi bem-sucedida devido ao fluxo de trabalho, que na cidade do Rio de Janeiro era essencial. Francisco fugiu atraído pelas oportunidades que a urbe carioca oferecia. Além da resistência ao serviço forçado, sua fuga simbolizava um recomeço. Ele tinha uma profissão — era sapateiro — e estabelecia com a cidade uma espécie de moeda de troca. A urbe carioca, em pleno crescimento, angariava trabalhadores; e Francisco tinha acesso a esse fluxo de trabalho, a ponto de se passar por liberto e atender a demandas de serviços solicitados. O trabalho contemplava somente o mundo negro, sendo considerado humilhante para os homens livres. Os negros eram os braços que sustentavam a malha urbana.

Ele fugiu incidentalmente de seu senhor e, por diversas vezes, foi recapturado. Francisco resistia continuamente à escravidão que lhe era imposta socialmente. Falsificava documentos e realizava fugas da prisão. Tentou se suicidar antes de sua fuga bem-sucedida. Essa foi sua primeira tentativa para alcançar a liberdade. Tentou cortar seu pescoço e carregava essa marca desde então — o sinal que o revelava como escravo fugitivo e ex-suicida. Por que o suicídio foi a primeira opção? Foi um ato de fuga, de desespero ou de resistência à escravidão? O que o motivou nunca saberemos ao certo. Ele mudou suas escolhas e desistiu de uma morte voluntária, apostando na fuga. Francisco experimentou diferentes formas de fuga: a psicológica (através do ato suicida) e, posteriormente, a física. A fuga e o suicídio funcionavam como mecanismo de resistência em alguns casos. A liberdade poderia ser alcançada por diversos caminhos: fuginho ou morrendo, em uma fuga do próprio plano material.

Evadir-se era um ato de resistência latente diante das dominações culturais, das imposições sociais e da privação da liber-

¹¹¹ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 11 fev. 1845. P.04

dade do indivíduo escravizado. Só existiam fugitivos e quilombolas devido à existência de um sistema baseado na exploração do trabalho forçado. A resistência dos quilombolas era explicada pela negação ao sistema do cativeiro¹¹². Os escravizados não estavam mergulhados na passividade nem totalmente submetidos ao domínio dos senhores; eram sujeitos dotados de lógicas próprias, forjadas em experiências sociais concretas.

Existia uma relação entre o quantitativo de suicidas e a escravidão nos relatórios policiais e os jornais. Em alguns casos, o suicídio não era somente uma abreviação dos sofrimentos físicos e morais, mas uma vingança contra o senhor¹¹³. Ou seja, o autocídio resultaria em prejuízo financeiro ao senhor. O ato suicida possuía uma conotação de vingança, assim como de uma fuga dos problemas. “Ao mesmo tempo, a fuga do sofrimento abalava a propriedade do senhor¹¹⁴”. Havia uma forte resistência ao sistema: através do suicídio, ele explicitava a não aceitação das leis que condicionavam os indivíduos à escravidão. Matar-se era afirmar um pertencimento a si; era um rompimento com a escravidão do corpo e, ao mesmo tempo, ser uma vítima dela. A morte torna-se um direito pleno a todos, até a um escravo, considerado propriedade¹¹⁵. Em suas breves reflexões sobre o suicídio, Francisco Bernadino afirmava que:

(...) O suicídio quer dizer: morte voluntária própria. O que é, pois, um suicida? É um homem covarde e pusilânime, inimigo de seu Deus, da sua pátria, de si mesmo, que não tem valor de vencer a fortuna adversa, é um sanguinário, um monstro, um assassino excretável, o horror da humanidade¹¹⁶.

112 GOMES. Flávio dos Santos. *História de quilombolas: Moçambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.24.

113 GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio — Aspectos de rebeldia nos escravos do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/Instituto Nacional do Livro, 1972

114 MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café*. Niterói: Cromos, 1993, p.80.

115 MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº: 32. Dezembro, 2016

116 Francisco Bernadino de Souza, Breves Reflexões sobre o suicídio. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 dez.1850. P.01

A existência daqueles que ousavam romper com tais códigos de comportamento sobre a morte levava à sua taxação como doentes, loucos, desequilibrados, covardes e frustrados¹¹⁷. O suicida era alguém que merecia um castigo da sociedade por tirar a vida que lhe pertencia. E, ainda que pudesse ser salvo, ele sofreria o abandono dos demais. Aqueles que não praticassem a autopreservação deveriam morrer exilados. As ofensas proferidas após a morte do suicida eram um discurso de uma sociedade reguladora, que controlava e regia o ser humano a tal ponto que a sua vida deixava de lhe pertencer. Esses ataques possuíam um tom de ameaça e uma função pedagógica, relembrando àqueles que tentassem romper o contrato de autopreservação social que a consequência seria a desmoralização.

O processo de criminalização do suicida era comum em algumas sociedades, sendo o ato de criminalizar amparado pelas leis. No Brasil, a prisão do suicida tinha uma função: conter o indivíduo, a fim de preservar-lhe a vida. Encontramos, no *Jornal do Comércio*, dois casos distintos em que foram registradas as prisões de um negro e de um africano por atentarem contra a própria vida.

Repartição da Polícia. Extrato do dia 15 de dezembro de 1845(...). Da parte de corpo permanente consta que foram presos, a ordem do subdelegado da Glória, um preto que tentava suicida-se, afogando-se¹¹⁸.

Repartição da Polícia. Extrato do dia 24 de março de 1846(...). Na freguesia de Sacramento foram presos: Luiz Burne e Luiz Francisco de Souza, por desordem. Na de São José, o preto Joaquim Rebollo, escravo de Agostinho Luiz de Almeida, por querer se suicidar¹¹⁹.

No primeiro relato, consta a história de um negro (descendente de africano), que provavelmente tinha uma maior intera-

¹¹⁷ LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012.

¹¹⁸ Extratos da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 dez.1845, p.02.

¹¹⁹ Extratos da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 mar.1846, p.02.

ção social por ser brasileiro. Ele tentou se afogar nas imediações da Glória e foi preso pelo subdelegado. Outro ponto perceptível nesse extrato da repartição da polícia era a ausência de identidade do indivíduo, que não foi revelada. O segundo relato retratava um africano, um estrangeiro conhecido como Joaquim Rebollo. Ele tentou se suicidar; entretanto, não tivemos acesso aos meios utilizados por ele nessa tentativa. O que os dois casos tinham em comum era a prisão desses indivíduos, que os impediu de cometer o ato extremo.

A condenação ao suicídio antecede a legislação moderna, mas já estava presente nas leis europeias desde o século XVII, em alguns países. No ano de 1670, foi emitido um decreto-lei na França que visava punir os casos de “autocídio”. Nesse documento, o suicídio era classificado como crime e ato de traição contra si mesmo e contra Deus. Considerado uma infração, o suicídio era julgado nos tribunais europeus. A Inglaterra foi o último país a abolir a lei de criminalização do suicídio, em 1961. Francisco Bernadino, em suas breves reflexões sobre o suicídio, enfatizava essa criminalização do ato suicida.

(...) o suicida arranca a própria existência, com quanta mais facilidade arrancará a vida alheia? Se com tanto desembaraço leva um punhal ao seio, se com sangue frio rasga as entradas, com que impossibilidade arrancará as de outrem? O suicida é o mais criminoso que o homicida (...)¹²⁰.

O suicida era mais penalizado que o homicida na sociedade da época. A legislação brasileira não condenava o ato suicida, mas existia uma sentença social. No Brasil, o suicídio nunca foi considerado crime. Entretanto, por que prender um suicida? A prisão estava relacionada ao controle social dos suicidas — a melhor forma de contê-los era prendê-los. A sociedade se valia de um dispositivo de contenção para criminosos: a cadeia. No documento analisado, Francisco Bernadino expressava uma visão religiosa sobre o suicida. Eles constantemente eram jul-

¹²⁰ Francisco Bernadino de Souza, *Breves Reflexões sobre o suicídio. Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 dez.1850. P.01

gados e criminalizados por desafiar os desígnios de Deus. Quem era o suicida para retirar a própria vida? Ela não pertencia a ele, mas ao Criador. Matar-se era insultar a divindade que o criou, um crime religioso e social.

(...) O suicida é ímpio para com Deus, criminoso para com a sociedade e cruel para consigo mesmo. É ímpio para com Deus mostrando-se desobediente à sua vontade, arrojando-se a arrancar a própria vida; usurpando os seus direitos, atribuindo a si uma autoridade que de nenhum modo lhe pertence, insultando-o até, pois é um insulto à divindade destruir a sua mais primorosa obra. (...) ¹²¹.

Sob essa perspectiva, nem mesmo em uma vida póstuma os suicidas eram poupadados. Na formação do pensamento mítico-religioso e nas religiões judaico-cristãs, o inferno era o lugar dos suicidas e pecadores. A vida se tornava uma propriedade da sociedade, alicerçada em um pensamento mítico-religioso sobre o além-túmulo. A morte era assustadora e inevitável; não se tinha domínio sobre ela. Então, controlar e planejar a própria morte rompia com a regra geral que imperava em todas as sociedades: a imprevisibilidade do fim.

O suicídio rompia com o cotidiano, revelando aquilo que a sociedade desejava desesperadamente apagar. O cemitério era uma microcidade e o reflexo das nossas organicidades sociais. A morte reproduzia os conceitos da sociedade viva. O cemitério tornava-se uma cidade fechada, em uma intensa malha urbana. A antropologia da morte revelava que a reprodução das organizações sociais em vida persistia no além-túmulo. Havia a manutenção de elementos segregadores: a diferença entre as lápides, a arquitetura dos túmulos, os ritos fúnebres e a forma de luto estruturavam a diferenciação dos indivíduos.

121 Francisco Bernadino de Souza, Breves Reflexões sobre o suicídio. Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 30 dez.1850. P.01

2.2 - Suicídio e gênero em tons negros

Embora nós possamos identificar o gênero dos indivíduos nas fontes, não obtivemos muitas informações sobre os suicidas escravizados. As notícias publicadas no *Jornal do Comércio* e no *Diário do Rio de Janeiro* apresentavam estruturas similares, descrevendo local, cor, origem, gênero e, em alguns casos, o método utilizado. Na tabela a seguir, trabalharemos as taxas sobre o número de suicidas registrados no *Jornal do Comércio*. Os dados enfatizados descrevem que número de suicídios estava atrelado ao gênero. Quando trabalhamos essa amostragem, percebemos que, na maioria dos casos, a maior taxa de suicidas incidia sobre o gênero masculino.

Tabela 2: Número de suicídios descritos por cor e gênero (%).

Cor	Suicídios descritos por cor e gênero			
	Homens	Mulheres	Homens (%)	Mulheres (%)
Negro	32	6	84%	16%
Branco	26	4	86%	14%
Pardo	3	0	100%	0%

Fonte: *Jornal do Comércio* (1830–1850).¹²²

Os suicidas negros e africanos homens representavam 84% dos casos apresentados. Quando analisamos as mulheres negras e africanas, encontramos 16%. Nos relatos sobre suicidas brancos, os números são semelhantes aos homens negros. Eles eram 86% dos casos, e as mulheres, 14%. Entre os pardos, em 100% dos casos, eram homens.

Como veremos na tabela, faremos uma análise comparativa dos suicídios atrelados ao gênero, utilizando o jornal *Diário do Rio de Janeiro*. A proposta é comparar as duas amostras, a fim de identificar se apresentavam dados similares ou se existia variação entre os jornais analisados.

122 Amostragem *Jornal do Comércio* (1830 a 1850): foram separados 71 casos de suicídio, onde foram realizadas as porcentagens sobre número de suicídios e gênero descritos por cor.

Tabela 3: Número de suicídios descritos por cor e gênero (%).

Suicídios descritos por cor e gênero				
Cor	Homens	Mulheres	Homens (%)	Mulheres (%)
Negro	28	5	85%	15%
Branco	28	0	100%	0%
Pardo	1	0	100%	0%

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro (1838–1850)*.¹²³

Ao realizarmos uma análise dos jornais, percebemos que não havia uma mudança significativa quanto à relação ao gênero dos suicidas: os homens eram maioria em ambos. Notamos, no entanto, uma diferença, relativa aos suicidas por gênero e cor, no *Diário do Rio de Janeiro*. No caso dos considerados brancos e pardos, em 100% dos registros, eram homens — não encontramos mulheres que atentaram contra a vida. Assim sendo, podemos concluir que, primeiramente, havia predominância do gênero masculino em todos os suicídios noticiados. Quando se tratava dos africanos e negros, a porcentagem era 85% dos casos de suicídios, enquanto as mulheres representavam 15%. Os negros e africanos eram os mais passíveis de cometerem suicídios, o que se devia à lógica escravista, pautada na maximização de lucros e exploração das vidas escravizadas. Havia, ainda, uma preferência por escravos do sexo masculino, considerados os mais adequados às rudes tarefas que lhes eram atribuídas¹²⁴. Ou seja, as mulheres escravizadas importadas eram um quantitativo reduzido se comparadas ao gênero masculino.

No caso dos homens brancos, concluímos que os índices se mantinham elevados quando nivelados aos suicídios de mulheres. No *Jornal do Comércio*, representavam 86% dos eventos registrados, enquanto as mulheres correspondiam a 14%. Já no *Diário do Rio de Janeiro*, eram 100% dos casos analisados. As motivações, na maioria das ocorrências, estavam interligadas à questão fi-

¹²³ Amostragem *Diário do Rio de Janeiro (1838 a 1850)*: foram separados 68 casos de suicídio, onde foram realizadas as porcentagens sobre número de suicídios e gênero descritos por cor.

¹²⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2000.

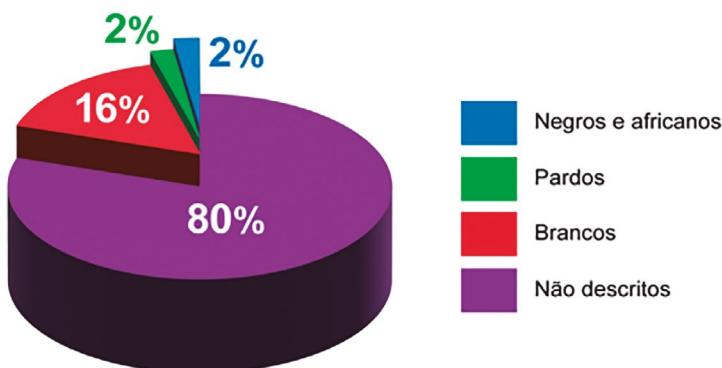
nanceira. Em uma sociedade patriarcal, o papel de provedor atribuía aos homens a responsabilidade pelo sustento familiar; assim, situações de falência e dificuldades econômicas resultavam em desonra, o que, em muitos casos, motivava a elevação das taxas de suicídio entre o gênero masculino.

O número de suicidas mulheres era ínfimo — não passava de 15% nos casos analisados. No *Jornal do Comércio*, as maiores taxas de suicídio relativas ao gênero feminino eram compostas por negras e africanas, havendo uma diferença de apenas 2%, em relação às mulheres brancas. Já no *Diário do Rio de Janeiro*, essa diferença era mais acentuada: entre as mulheres suicidas, 15% eram africanas e negras; e não encontramos registros de suicídios entre mulheres brancas. Ao analisarmos a vida de um indivíduo escravizado, percebemos que as marcas da excessiva exploração incidiram numericamente sobre os suicídios. Mesmo em menores quantitativos se comparadas aos homens, as mulheres escravizadas também eram alvo de exploração. Dessa forma, não era estranho que essas mulheres atentassem contra a própria vida.

2.3 - Um adeus sem motivos

Os motivos são importantes quando discorremos sobre o suicídio; contudo, na maioria dos casos, não existiam registros — nos deparamos com o silêncio. O suicida não tinha sua história revelada em sua totalidade e, quando se tratava de indivíduos escravizados, tornava-se inexistente. Discutiremos sobre esse silenciamento ao longo deste estudo. A seguir, apresentaremos os gráficos e amostragens relativos à nossa inquietação silenciosa acerca das motivações de um suicida.

Gráfico 1: Número de suicídios com motivação descrita (%).



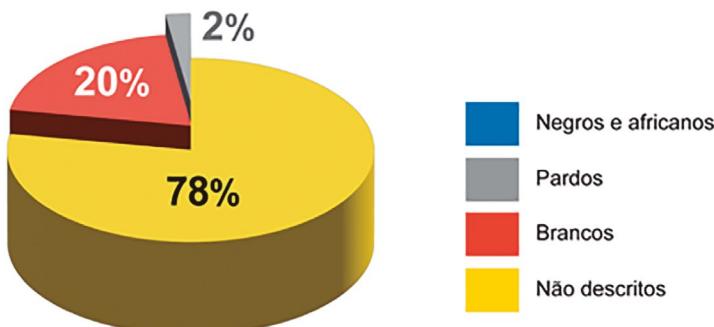
Fonte: *Jornal do Comércio* (1830–1850)¹²⁵.

A partir do gráfico referente ao *Jornal do Comércio*, verificamos 71 suicídios entre o período de 1830 a 1850. O suicídio de negros e africanos escravizados com motivação descrita correspondiam a apenas 2% dos casos abordados no jornal. Observa-se uma ausência de informações quando se tratava do suicida negro nos periódicos. Se compararmos ao suicida branco, no jornal, em 16% dos relatos havia uma motivação explicitada. Encontramos também registros de suicidas pardos nos noticiários, embora fossem parcela minoritária e, assim como os negros e africanos, raramente tinham seus motivos revelados (eles atingem 2% do contingente). Já as motivações não descritas correspondiam a 80% dos casos.

Ao analisarmos o *Diário do Rio de Janeiro*, notamos que não existia uma grande variação entre os números apresentados na amostragem anterior. Nessa publicação, em um total de 62 casos de suicídio, analisados entre os anos de 1830 a 1850, percebemos que os dados se repetiam: os motivos de indivíduos brancos apareciam em destaque nos jornais, em detrimento dos motivos de pardos, negros e africanos — conforme veremos, na tabela.

¹²⁵ Amostragem Jornal do Comércio (1830 a 1850): foram separados 71 casos de suicídio para fazermos as porcentagens sobre: a quantidade de suicidas por cor e a quantidade de casos em que sobre os suicidas, o jornal menciona a motivação.

Gráfico 2: Número de suicídios com motivação descrita (%).



Fonte: Diário do Rio de Janeiro (1838–1850)¹²⁶.

Quando analisamos o suicídio de negros e africanos, percebemos que as motivações giravam em torno de 0%, ou seja, não encontramos nenhum caso que apresentasse uma motivação descrita para o suicídio. No Diário do Rio de Janeiro, o suicida negro não possuía um motivo para atentar contra a própria vida. Entre os brancos, as motivações estavam descritas em 20% dos casos, enquanto entre os pardos, em apenas 2%. As motivações não descritas correspondiam a 78% dos registros no periódico.

Os jornais selecionavam histórias que angariavam o público, por isso poucos casos tinham destaque nas publicações. A exclusão ou a inferiorização dos escravizados os inseria em uma área de risco — aquela favorável à morte controlada. Quem eram aqueles que deveriam morrer¹²⁷? O suicídio dos escravizados foi chave de discussão para alavancar a teoria.

O escravizado, segundo o direito romano, foi considerado “coisa”, ou seja, uma propriedade desprovida de alma. Em sua morte, sofria um apagamento nos jornais e nos relatórios policiais: não possuía nome ou motivo específico para atentar contra

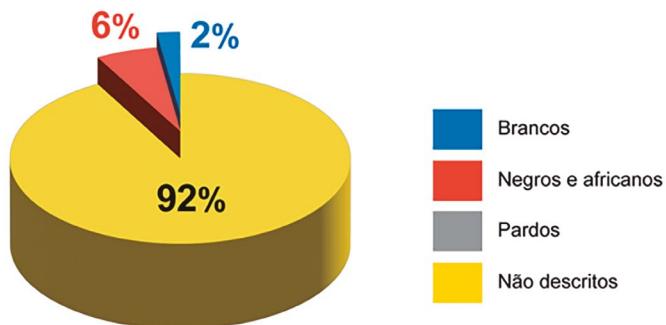
126 Amostragem Diário do Rio de Janeiro (1838 a 1850): foram separados 68 casos de suicídio para fazermos as porcentagens sobre: a quantidade de suicidas por cor e a quantidade de casos em que sobre os suicidas, o jornal menciona a motivação.

127 MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, nº: 32. Dezembro, 2016.

a própria vida. O “status social” de escravizado era um fator determinante sobre a invisibilidade que se perpetuava após a morte. Como deixavam de ter valor enquanto instrumentos de trabalho, seus suicídios não eram dignos de referência nem de enunciação nos noticiários. Analisando os suicídios de negros e africanos, percebemos uma banalização das suas mortes. Não havia necessidade de detalhamento dos casos existentes, tampouco de identificação dos suicidas. Eram vidas e mortes consideradas sem importância, assim como as informações atreladas a elas¹²⁸.

Na tabela a seguir, analisaremos os relatórios da Polícia da Corte, buscando perceber se havia alguma mudança quando se tratava da descrição das motivações do ato suicida. O que mudaria ao analisarmos um tipo de fonte diferente? Sairemos do campo dos periódicos e adentraremos o âmbito judicial, lembrando que as documentações analisadas possuíam naturezas distintas: enquanto os jornais eram produzidos para o público externo (o leitor) e guiados por interesses comerciais, os relatórios policiais retratavam as rotinas internas, sem a necessidade de atingir um público-alvo ou lucrar por meio de assíduos consumidores.

Gráfico 3: Número de suicídios com motivação descrita (%).



Fonte: Arquivo Nacional — Relatórios da Polícia da Corte¹²⁹.

128 MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n°: 32. Dezembro, 2016.

129 Amostragem Relatórios da polícia da Corte (Arquivo Nacional), entre 1833 a 1850: foram separados 52 casos de suicídio para fazermos as porcentagens sobre: a quantidade de suicidas por cor e a quantidade de casos em que sobre os suicidas, o jornal menciona a motivação.

Ao analisarmos os relatórios policiais, percebemos uma diferenciação em relação aos jornais. Embora os casos se estruturassem de forma semelhante, havia uma diferença numérica entre os suicidas negros e africanos e os brancos, rompendo com o relativo equilíbrio dos noticiários. Nos relatórios, aqueles que os produziam raramente se interessavam em descrever as motivações dos suicidas. Em 92% dos casos, não havia qualquer menção às razões que levaram os indivíduos ao suicídio. Entre 1833 e 1850, apenas 6% dos suicidas negros e africanos tiveram suas motivações registradas. Entre os brancos, esse número foi de 2%. Já entre os pardos, não encontramos nenhum caso (0%).

Percebemos que existia, nos jornais, a necessidade de destacar as motivações somente de suicidas brancos. Isso ocorria devido ao público dos jornais e ao tipo de narrativa capaz de atrair leitores. Quem merecia ter sua história contada? Qual história traria maior visibilidade?

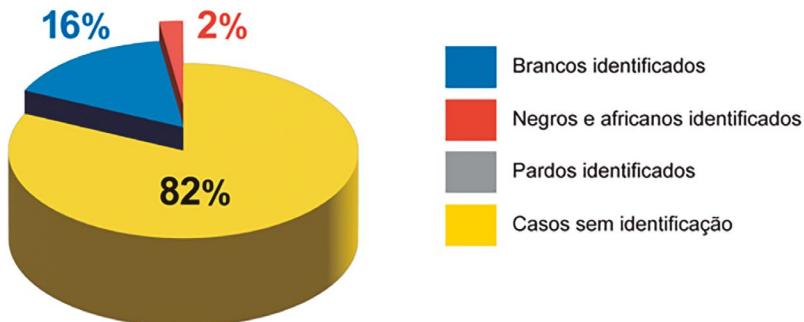
Na busca por consumidores ávidos, nos jornais encontramos diversos casos de suicídios ocorridos no estrangeiro, relatados como verdadeiras novelas épicas. Será que negros e africanos não tinham motivos dignos de publicação? Ou os jornais simplesmente não se interessavam em expor esses motivos ao seu público-alvo? Sobre as motivações, raramente as encontramos descritas nos relatórios da polícia, porém percebemos que os negros e africanos não sofriam um silenciamento similar ao dos jornais. Neles, não havia a necessidade de criar enredos para o entretenimento do leitor, mas sim de elaborar documentos que registrassem a rotina diária das repartições policiais.

2.4 - Tonalidades negras: os não nomeados e excluídos da história

Nos relatórios da polícia, os negros e africanos sem identificação correspondiam a 16% dos casos. Tanto nos periódicos quanto nos relatórios policiais, apenas um grupo de indivíduos permanecia sem nome ou história a ser contada: os escravizados. O silêncio, portanto, foi uma constante na documentação

analisada. A única posse do indivíduo escravizado era a sua própria vida, uma vez que o seu corpo pertencia ao senhor. A escolha entre morrer e viver era atribuída ao livre-arbitrio que possuímos sobre a nossa mortalidade. No gráfico a seguir, trabalharemos o número de suicidas não nomeados nas matérias do *Jornal do Comércio*.

Gráfico 4: Quantidade de suicidas sem identificação (%).



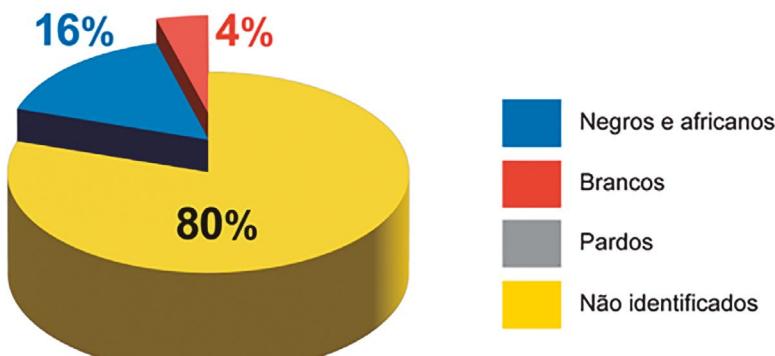
Fonte: *Jornal do Comércio* (1830–1850)¹³⁰.

Observa-se que, em 82% dos casos, não há qualquer identificação do suicida, enquanto apenas 18% foram nomeados. Sobre os não identificados, 16% dos casos eram relativos ao suicídio de negros e africanos. Eles foram silenciados e não identificados em sua morte, a inexistência de seus nomes na documentação era uma prova desse apagamento. Entre os brancos, apenas 2% dos casos não apresentavam uma identificação. O nome refletia um status e conferia um lugar social ao indivíduo. Não possuir uma nomeação era ser relegado ao vale dos indigentes.

Para compreendermos melhor esse silenciamento das identidades, realizamos, a seguir, uma análise comparativa dos números de suicidas não nomeados nas matérias do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, representados no gráfico.

¹³⁰ Amostragem Jornal do Comércio (1830 a 1850): foram separados 71 casos de suicídio para fazermos as porcentagens sobre: a quantidade de suicidas por cor e a quantidade de suicidas não nomeados na matéria de Jornal descrita por cor.

Gráfico 5: Quantidade de suicidas sem identificação (%).



Fonte: Diário do Rio de Janeiro (1838–1850)¹³¹.

Em 20% dos casos, os suicidas não possuíam uma nomeação. O índice de suicídio de negros e africanos escravizados sem identificação no jornal era de 16%. Nos casos de suicidas brancos, apenas 4% não eram nomeados. Entre os pardos, todos foram identificados na amostragem. Quanto à ausência de nomeação dos suicidas negros e africanos, podemos elaborar algumas hipóteses: a) por se tratarem de pessoas escravizadas, não havia interesse em investigar seus suicídios nem em registrar dados relativos a eles; b) o público do jornal era composto majoritariamente por uma elite branca e letrada, e os periódicos não visavam atrair esse público com notícias sobre a morte de escravos, mas somente com relatos sobre os suicídios que aconteciam na chamada “boa sociedade”. Analisando as duas perspectivas, concluímos que ambas as hipóteses correspondiam à realidade. A sociedade senhorial espelharia um silenciamento dos casos relacionados aos escravos suicidas, e os próprios periódicos, voltados a esse público aristocrático, reforçavam a exclusão, divulgando notícias sem aprofundamento e apenas com informações que julgavam pertinentes a seus leitores.

131 Amostragem Diário do Rio de Janeiro (1838 a 1850): foram separados 68 casos de suicídio para fazermos as porcentagens sobre: a quantidade de suicidas por cor e a quantidade de suicidas não nomeados na matéria de Jornal descrita por cor.

Os suicidas negros e africanos, nos noticiários, eram citados genericamente, sem muitas informações. As divulgações dos suicídios eram relacionadas aos anseios literários de consumo de uma elite restrita. Isso porque, no período do império, o acesso à leitura era limitado pela baixa taxa de alfabetização da população; por isso, veicular notícias sobre o suicídio de negros e africanos não era um negócio lucrativo e nem atrativo. Assim, as notícias se resumiam a poucas informações e ao silêncio. Quando uma motivação era mencionada, geralmente se atribuía o ato ao desgosto do cativeiro¹³². No trecho, extraído do *Diário do Rio de Janeiro* de 1849, analisaremos dois suicídios de escravizados que ilustram essa realidade.

Foi ontem o dia dos suicídios. (...). Pelo 1º distrito do Sacramento participa-se que se enforcou, na noite do dia 8 para 9 do corrente um preto, escravo de Antônio Alves machado de Carvalho. (...). Dizem que também uma preta se lançara de uma janela abaixo¹³³.

No primeiro caso, no *Diário do Rio de Janeiro*, ocorreu um enforcamento de “um preto”, como constava na notícia. O indivíduo não possuía um nome — apenas o de seu proprietário: Antônio Alves Machado de Carvalho. Sua história não foi considerada digna de ser contada. Quem foi ele antes suicídio? Quais eram suas motivações? Percebemos, nesse relato, uma tentativa de apagamento contínuo de sua existência. Sem identificação, motivações e historicidade, o “preto” enforcou-se. O jornal não investigou nada referente ao caso, limitando-se a divulgar a ocorrência. O silêncio estava interligado ao status social do indivíduo. Os africanos e negros escravizados não possuíam uma vida que lhes pertencesse e nem uma morte a ser contada. Os escravos suicidas permaneciam sem identificação.

A nomeação era, e ainda é, um fator de inserção no meio social: ela marca a subjetividade, confere humanidade e estrutura

¹³² OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão*. Revista Hist. cienc. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2008.

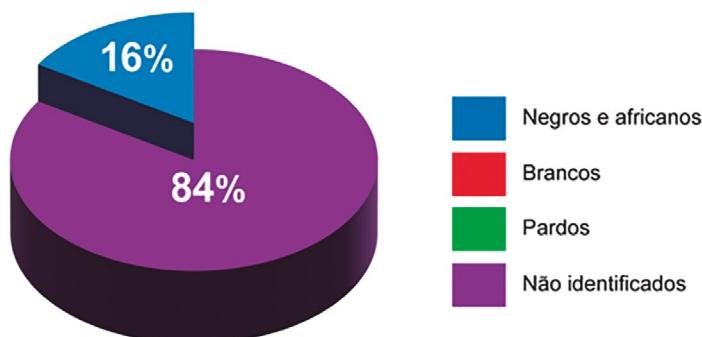
¹³³ Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 15 jan.1849.
P.02

a nossa identidade em relação ao outro na esfera social. Individualizamo-nos por meio da identidade. Assim, o apagamento nos jornais e relatórios da identificação dos indivíduos refletia uma tentativa de seu apagamento em vida. Ele funcionava como um instrumento de exclusão do grupo social, negando a esses indivíduos o direito de serem lembrados no além-túmulo.

Quando analisamos os periódicos como documentação histórica, devemos levar em consideração o potencial de uma notícia ser palatável aos leitores e refletir sobre as motivações que determinavam visibilidade a uma notícia¹³⁴. Discorreremos sobre essa questão através do conceito de necropolítica, que, embora contemporâneo, explicita a invisibilidade de certos indivíduos e de suas mortes.

Naquela sociedade, existia uma soberania pautada no princípio de decidir quem merecia viver e quem deveria morrer. Essa política refletia a descartabilidade dos escravizados no pós-morte: a maneira de pensar suas mortes e de expressá-las através das contingências sociais¹³⁵. Em vida, eram uma ferramenta primordial de trabalho; na morte, perdiam seu valor, tornando-se invisíveis.

Gráfico 6: Quantidade de suicidas sem identificação (%).



Fonte: Arquivo Nacional — Relatórios da Polícia da Corte¹³⁶.

134 PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

135 MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n°: 32. Dezembro, 2016.

136 Amostragem Relatórios da polícia da Corte (Arquivo Nacional), entre 1833 a 1850: foram separados 50 casos de suicídio para fazermos as porcentagens sobre: a quantidade de suicidas por cor e a quantidade de suicidas não nomeados na matéria de Jornal descrita por cor.

No gráfico acima, identificamos que não houve uma mudança significativa nas estruturas que configuravam a identificação dos indivíduos. Aqueles considerados brancos tinham seus nomes presentes nos relatórios, enquanto os negros e africanos escravizados continuavam ocultados pelo desinteresse dos que produziam os relatórios da Polícia da Corte. A metodologia empregada nesses relatórios policiais quase não se distinguia da utilizada pelos jornais. Os casos envolvendo suicidas negros e africanos correspondiam a cerca de 16%, reforçando o padrão de ocultação de suas identidades. Em contrapartida, entre os indivíduos considerados brancos, não encontramos a ausência de identificação na documentação. A negação de identidade a determinados grupos sociais revela sua falta de importância no pós-morte para a sociedade da época. O negro e o africano tiveram sua identidade sistematicamente roubada, alicerçada em uma política de desvalorização da vida, na qual a visão aristocrática regia as relações e determinava os lugares pertencentes a cada indivíduo¹³⁷.

2.5 - Metodologia de como partir desta para uma melhor

Matar-se poderia ser uma fuga, mas também um passo em direção à liberdade. A resistência expressa pelo suicídio gerava prejuízo aos senhores. Não era estranho, consequentemente, que houvesse uma tentativa de apagamento dos africanos e negros escravizados nos jornais, bem como a inexistência de investigação prévia dos casos de autocídio nos relatórios policiais. O suicídio do escravizado era condenado socialmente, uma vez que prejudicava a propriedade privada. Como o escravo romperia a dominação senhorial em vida? Negando-se a vivê-la. O escravizado sofria com a tentativa da sociedade escravista em objetificá-lo por meio da exploração

¹³⁷ MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº: 32. Dezembro, 2016.

e violência, mas humanizava-se a partir de suas agências e revoltas¹³⁸.

A morte obedecia a ritos de passagem que, simbolicamente, eram responsáveis por desligar os mortos do domínio dos vivos. Ela era também um produto da sociedade, e a escolha de como morrer refletia quem se era em vida. A maneira de pensar a morte, e de antecipá-la, dependia das contingências e criações sociais¹³⁹. Os três processos a seguir, publicados no *Diário do Rio de Janeiro* entre os anos de 1842 e 1845, envolveram três escravizados de nome Antônio, que cometiam o ato suicida. Ao nos depararmos com os nomes entrelaçados, encontramos histórias similares e métodos de suicídios idênticos.

O subdelegado da freguesia de Santa Rita participa que procedeu o corpo de delito no cadáver do preto Antônio, escravo de Thomaz Pereira, que se suicidou com uma corda que atou ao pescoço¹⁴⁰.

Na freguesia da Candelária procedeu-se o corpo de delito no cadáver do Preto, Antônio Moçambique, escravo de José Antônio Lopes, que se suicidou com um baraço no pescoço¹⁴¹.

Na de Santa Rita, procedeu-se o corpo de delito no cadáver do escravo Antônio, que se suicidou com um baraço¹⁴².

Antônio escolheu abster-se desse mundo, mas não estava sozinho. Ele possuía um nome comum e uma vida que refletia as dores do cativeiro. Todo suicídio estava imerso em uma esfera de poder político — ele era sempre contra alguém, contra algo ou por alguma coisa. O que os Antônios tinham em comum? Eram

138 GOMES. Flávio dos Santos. *História de quilombolas: Moçambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

139 ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975.

140 Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 mai.1842.
p.02

141 Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 14 jun.1842.
p.02

142 Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 01 out.1845.
p.02.

escravos. O poder exercido sobre suas vidas foi ressignificado a partir da apropriação de suas mortes. A vida e a morte do escravo pertenciam ao seu senhor¹⁴³. Na sociedade aristocrática, a desigualdade política correspondia à desigualdade social. As políticas da morte refletiam uma estrutura destoante. A ideia de igualdade distingua-se do princípio de liberdade¹⁴⁴. Após a morte, o indivíduo escravizado estaria, enfim, livre. No jornal *Diário do Rio de Janeiro*, encontramos três homens chamados Antônio, cujas histórias de vida estavam interligadas à escravização dos seus corpos. Em dois dos casos, mesmo após a morte, eles foram citados como propriedades. A morte não anulava o status jurídico de escravo: continuavam, mesmo mortos, reconhecidos como propriedade.

O primeiro Antônio era escravo de Thomaz Pereira. Atando uma corda ao pescoço, cometeu suicídio, escolheu o enforcamento. Esse mesmo método foi o escolhido pelo segundo Antônio, conhecido como “o Moçambique”. De origem moçambicana, provavelmente estrangeiro, boçal e ainda em processo de aclimatação¹⁴⁵. Um estrangeiro, em um território desconhecido que talvez estivesse acometido pelo banzo (nostalgia que expressa a saudade de sua pátria). Esse Antônio matou-se com um baraço no pescoço (enforcamento com fios de seda) e pertencia a José Antônio Lopes. Os nomes dos proprietários não os abandonavam nem no pós-morte. O terceiro Antônio também escolheu o baraço como um método de passagem para o outro mundo. No periódico *Diário do Rio de Janeiro*, não há qualquer informação adicional sobre sua vida ou circunstâncias.

A escolha da metodologia de suicídio seguia um padrão rígido. Não era uma simples coincidência que o enforcamento tivesse sido o método preferido pelos três personagens apresentados. Eles escolheram essa metodologia por serem escravos, o que acarretava na escassez de recursos financeiros, refletindo no barateamento do suicídio. O método precisava ser acessível

143 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006.

144 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ªedição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

145 KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

financeiramente, e as cordas e os fios de seda eram fáceis de adquirir. Este tipo de suicídio era mais recorrente entre escravizados e indivíduos brancos de baixo poder aquisitivo. Outra questão associava-se à letalidade do enforcamento, que era elevada¹⁴⁶. A combinação entre acessibilidade e alta probabilidade de sucesso fazia do enforcamento o método mais priorizado entre os suicidas.

Raramente, se encontravam suicidas das classes populares com acesso a armas de fogo. Eram artigos de luxo e de difícil circulação entre escravos e pessoas pobres. Geralmente, nas amostragens apresentadas nos jornais, como nos relatórios policiais, o número de negros e africanos que optavam pelo suicídio por armas de fogo era baixo. Podemos observar essa raridade nos relatórios policiais a seguir: um datado de 1835, pertencente ao Arquivo Nacional, e outro de 1849, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, ambos registrando a excepcionalidade desses casos.

Na da Candelária, procedeu-se o exame no cadáver de um preto escravo que se suicidou com um tiro de pistola¹⁴⁷. Suicidou-se com um tiro de pistola um preto escravo de José Caetano Rocha¹⁴⁸.

Nas duas fontes, repousava o silêncio quanto à identificação desses indivíduos. Na primeira, sabemos apenas que se tratava de um escravo que utilizou uma pistola para se suicidar — e nada mais foi informado. Na segunda, seu status jurídico de escravo foi revelado por meio da citação do nome de seu proprietário: José Caetano Rocha. Existia um apagamento do suicídio de negros e africanos nas documentações. Nada restituía ao negro um papel de centralidade em sua própria morte. Ele era reduzido a um mero número estatístico, sem qualquer menção histórica ou identificação.

146 OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão*. Revista Hist. cienc. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n.º 2, 2008.

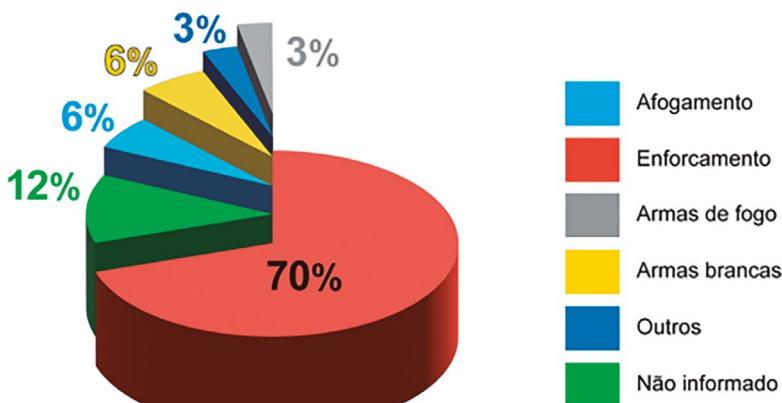
147 Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 01 mar.1849. p. 03

148 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, II 171. Rio de Janeiro, 1835.

O homem é um ser social: construiu pirâmides, túmulos, lápides e exerceu o poder de manifestar ritos fúnebres. Esse aparelho simbólico que foi construído em torno da morte refletia-se, inseparavelmente, das experiências em vida¹⁴⁹. A morte era um espelho para a vida; quando enxergamos o seu reflexo, vislumbramos o lugar social de pertencimento dos indivíduos.

Na tabela a seguir, analisaremos os métodos utilizados para cometer o suicídio por negros e africanos, a amostragem foi retirada do *Diário do Rio de Janeiro* entre os anos de 1838 a 1850.

Gráfico 7: Métodos utilizados para cometer suicídio por negros e africanos (%).



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* (1838–1850)¹⁵⁰.

No *Diário do Rio de Janeiro*, os negros e africanos retratados optavam pelo enforcamento em cerca de 70% dos casos. Como enfatizamos anteriormente, sua eficiência e seu baixo custo contribuíram para a primeira posição entre os métodos de suicídio. Geralmente, quem optava por este método buscava a certeza da execução.

149 ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975.

150 Amostragem *Diário do Rio de Janeiro* (1838 a 1850): foram separados 33 casos de suicídio de indivíduos negros sobre os meios utilizados para se cometer suicídio (%).

Nos casos de suicidas negros e africanos, o enforcamento era, portanto, a primeira escolha, como destacou Mary Karash (2000) ao mencionar o relato do viajante Debadie sobre a história do escravo Antônio que tentou se matar três vezes. Na primeira, enforcou-se, mas alguém cortou a corda; na segunda, jogou-se da janela do andar superior, mas sobreviveu; e, posteriormente, apunhalou-se no estômago, sendo mais uma vez salvo. Segundo Debadie, Antônio afirmava que era um trabalho inútil sua retenção, insistindo que tentaria matar-se novamente. Ele dizia: “Prefiro morrer a ser escravo”¹⁵¹.

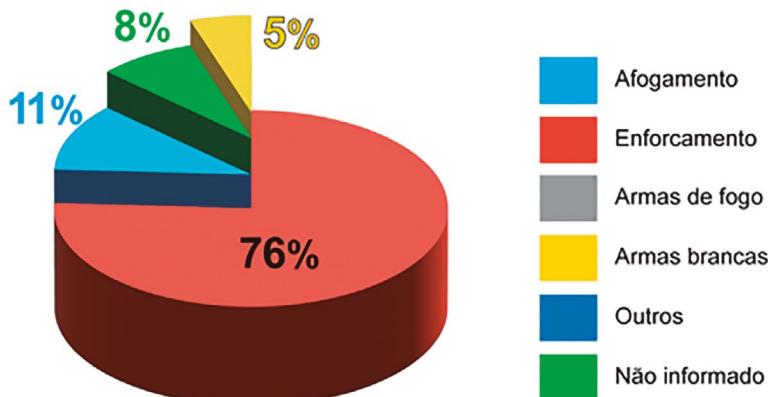
Ao final do relato, a Santa Casa de Misericórdia comprou a sua liberdade e as tentativas de suicídio cessaram. Nessa história, o que percebemos é a diversidade de métodos escolhidos por Antônio. Ele iniciou com o enforcamento— frustrado pela intervenção alheia —, depois, em um segundo momento, atirou-se de uma janela, novamente escapando da morte, e, por fim, tentou o suicídio ao se apunhalar, e não teve sucesso. Esse último método, o uso de instrumento cortante ou perfurante (arma branca), era o terceiro método mais utilizado nos suicídios, representando aproximadamente 6% nos casos registrados.

Em todas as tentativas de suicídio analisadas, constatamos a necessidade da infalibilidade no ato, o que influencia diretamente na escolha das metodologias adotadas por negros e africanos. Outro ponto importante era o fator financeiro: as armas brancas eram acessíveis àqueles que não possuíam recursos financeiros. O afogamento, em conjunto com o uso de armas brancas, representava um quantitativo de 6% dos casos, ocupando o segundo lugar na amostragem. O uso de armas de fogo, na amostragem, ocupava apenas 3% dos casos, revelando sua acessibilidade restrita aos negros e africanos escravizados. Em 12% das ocorrências, não houve informação sobre a metodologia utilizada para o suicídio, mostrando que a falta de dados era algo rotineiro nesses suicídios.

151 KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, P.420.

No gráfico a seguir, analisaremos se havia variações nas metodologias de suicídio de negros e africanos escravizados sob a perspectiva do *Jornal do Comércio*. A proposta será realizar uma comparação entre as duas fontes, buscando semelhanças ou divergências quanto aos dados.

Gráfico 8: Métodos utilizados para cometer suicídio por negros (%).



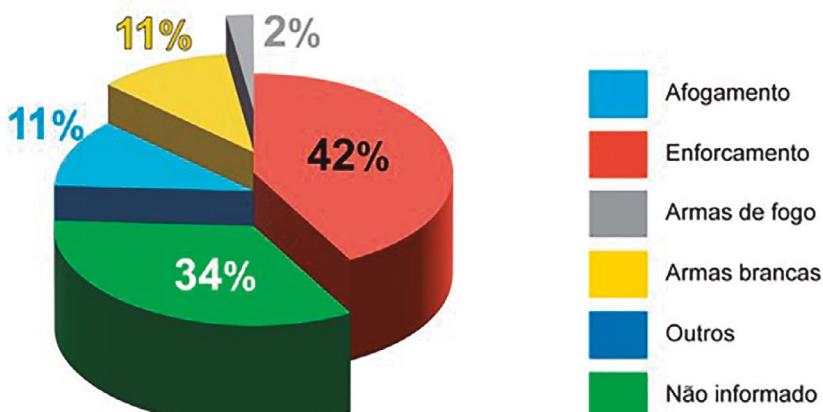
Fonte: *Jornal do Comércio* (1830–1850)¹⁵².

Ao analisarmos o *Jornal do Comércio*, observamos que não houve uma mudança numérica significativa nos casos publicados. O enforcamento continuava ocupando a posição de destaque, aparecendo em 76% dos casos. Em segundo lugar estava o afogamento, com 11%, seguido pelo uso de armas brancas, com 5%, ocupando a terceira posição. Já o uso de armas de fogo foi nulo quando se tratava de negros e africanos escravizados.

Percebe-se, portanto, que o enforcamento, o uso de armas brancas e o afogamento foram as formas mais utilizadas, tanto por sua eficácia quanto pelo baixo custo. No próximo gráfico tabela, analisaremos a escolha dos métodos de suicídio a partir dos Relatórios da Polícia da Corte entre os anos de 1833 a 1850.

¹⁵² Amostragem Jornal do Comércio (1830 a 1850): foram separados 38 casos de suicídio de indivíduos negros sobre os meios utilizados para se cometer suicídio (%).

Gráfico 9: Métodos utilizados para cometer suicídio por negros (%).



Fonte: Arquivo Nacional – Relatórios da Polícia da Corte¹⁵³.

A partir das amostragens dos Relatórios da Polícia da Corte, enxergamos que, em 42% dos casos, o enforcamento foi o método mais utilizado pelos negros e africanos. Em segundo lugar, com 11%, encontramos o suicídio por afogamento e por armas brancas. Em terceiro lugar, com 2%, o uso de armas de fogo. As escolhas relacionadas ao método de suicídio estavam associadas à letalidade, à acessibilidade e às crenças. No que se refere à acessibilidade, o uso de armas brancas (como navalhas, facas, etc.) era facilitado e de baixo custo, o que tornava esse método uma alternativa viável para o autocídio. Nos registros, dois processos que enfatizavam o uso de armas brancas envolvendo dois indivíduos foram encontrados: o de Domingos, um homem forro, e o de Joaquim, um africano escravizado oriundo de Moçambique.

Procedeu-se o corpo de delito do forro de nome Domingos, que se suicidou cortando o pescoço com uma navalha¹⁵⁴. Na da Candelária procedeu-se exame de corpo delito no

153 Amostragem retirada dos Relatórios da polícia da Corte (Arquivo Nacional) entre 1833 a 1850. Foram separados 38 casos de suicídio de indivíduos negros sobre os meios utilizados para se cometer suicídio (%).

154 Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1843. p.02.

cadáver do preto Joaquim, Moçambique, escravo, que se suicidou com uma navalha de barba¹⁵⁵.

Através da documentação analisada, percebemos que não eram somente os africanos e negros escravizados estavam fadados ao ato suicida, mas também uma presença massiva das camadas populares, que frequentemente optavam pelo uso das armas brancas. Um dos exemplos, foi o caso de Domingos, um forro que residia na Freguesia de Santa Rita. Joaquim, por sua vez, era escravo e optou pelo mesmo método, utilizando uma navalha para dar fim à sua vida. Ele era de origem africana, entretanto não sabemos sobre detalhes de sua vida. Podemos sugerir que ele fosse boçal e que sua comunicação verbal, provavelmente, fosse dificultada, aumentando o seu isolamento social e estimulando o suicídio.

Antonil, na obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, descreveu os africanos recém-chegados ao Brasil como rudes e fechados; alguns deles assim continuavam, enquanto outros, em poucos anos, tornavam-se ladinos e espertos, aprendendo a doutrina cristã e buscando novos modos de passar a vida¹⁵⁶. As dificuldades de comunicação, em alguns casos, influiriam nos relatos maus tratos, como no caso do escravizado Joaquim.

O bom ou mau escravo definia-se pela capacidade de assimilar o convívio social estilo de vida do senhor, adaptando-se à nova sociedade. A partir dessa construção, identificamos dois tipos de escravizados: a) os ladinos, aqueles que, por meio da adaptação cultural, conseguiam se inserir socialmente, assimilando a língua e os costumes; b) os boçais, que poderiam se tornar ladinos à medida que incorporassem a cultura imposta. Entretanto, existiam aqueles que nunca se encaixaram nessa nova comunidade e se negavam à imposição cultural dos seus senhores. Esses indivíduos tentaram sobreviver culturalmente, recusando-se a aceitar a cultura imposta, ou seja, expressavam uma inadequação à sociedade senhorial. O vínculo com a pátria de origem e a inserção

¹⁵⁵ Repartição da polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 set. 1849. p.02.

¹⁵⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e notas de André e Mansuy Diniz Silva. São Paulo: USP, 2007. Descrição de escravos boçais, P.98.

em um grupo social anterior distinto incutia nesses escravizados uma menor valorização da própria vida diante da condição de escravo. A posição social e o novo contexto social fugia de tudo que conheciam anteriormente, gerando os conflitos e desligando-os do convívio social ao qual foram expostos a contragosto.

Em alguns casos, essa inadequação levava ao suicídio. Nesse contexto, destacamos o banzo, descrito como a saudade de uma pátria distante e fisicamente perdida. O retorno ao local de origem ocorreria, simbolicamente, através do processo de “ressurreição” — ou seja, a morte possibilitaria a eles o *status* de retornados¹⁵⁷. O doutor Sigaud descrevia o banzo como uma consumpção resultante da inatividade e por motivação de uma “causa moral”¹⁵⁸. Segundo ele, os escravizados eram “vitimados pelo amor” à terra natal e morriam de nostalgia. Recusavam-se a andar, comer ou se exercitar, exceto se açoitados; e definhavam lentamente até a morte. Na verdade, a partir desses indícios, podemos conceber o banzo como um processo de depressão, baseado nos enumерados sintomas. Não era apenas uma saudade da pátria, a nostalgia decorria de um quadro depressivo atrelado à escravização desses indivíduos e à imposição de condições aviltantes de vida. Nos processos a seguir, deparamo-nos com o suicídio do africano João Cabinda, que se degolou com uma navalha de barba, e com o de Maria, uma parda escravizada que, após tentar se suicidar, foi encaminhada à Santa Casa de Misericórdia.

Procedeu-se corpo de delito no cadáver do escravo João Cabinda que se degolou com uma navalha de barba¹⁵⁹.

Na Freguesia de Santa Rita foi submetida à Santa Casa de misericórdia uma parda escrava de nome Maria, por ter feito em si um ferimento no pescoço¹⁶⁰.

157 GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio — Aspectos de rebeldia nos escravos do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/Instituto Nacional do Livro, 1972, p.123.

158 Descrição do banzo por Doutor Sigaud. Ver: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 417.

159 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 204. Rio de Janeiro, 1834.

160 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 204. Rio de Janeiro, 1845.

Alguns suicidas tentaram justificar suas ações por meio de cartas. Elas refletiam uma desculpa aos que aqui permaneceram. Em alguns casos, elas possuíam vozes que ecoavam na sociedade. Geralmente, os suicidas retratados dessa forma, por mais criminalizados que fossem, correspondiam ao estereótipo de cidadão ideal: brancos, livres e alfabetizados. Esses indivíduos tinham sua memória preservada, diferentemente dos escravizados, que raramente sabiam ler ou escrever devido à ausência de acesso à educação e ao letramento. Neste caso, as vozes dos escravizados sofriam um apagamento quando se tratava da justificação de seu suicídio. A morte era enxergada através do olhar embranquecido e letrado do colunista do jornal ou do policial responsável pelo relato. O suicídio de um negro ou africano escravizado estava sujeito ao crivo senhorial, marcado pela constante anulação dos personagens e por uma mordaça que silenciava esses suicídios.

Esse silêncio manifestava-se nos detalhes: nas informações não transmitidas e na maneira simplista de relatar essas mortes. O silêncio remetia à voz que ecoava distante, quase inaudível. Através da comparação entre os suicídios, concebemos as suas tonalidades sociais, revelando contrastes, excessos e o oculto, expondo a sociedade em múltiplas perspectivas¹⁶¹. Nos processos a seguir, analisaremos alguns suicídios por afogamento. Bento, um pardo, lançou-se em um poço, motivado pelos delírios. Em um outro processo, encontramos um indivíduo escravizado que também optou pelo afogamento, mas sem informações adicionais sobre o caso.

Suicidou-se, precipitando-se em um poço, o escravo Bento, pardo, que se achava doente e que se fez em consequência de delírio¹⁶².

Na Freguesia de Santa Rita procedeu-se o corpo delito no cadáver de um preto que morreu e se suicidou afogando-se¹⁶³.

161 THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. *História Comparada: Olhares Plurais*. Revista de História Comparada, v: 01 nº: 01. Jun./2007.

162 Repartição da Polícia, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 ago.1845. p.02.

163 Repartição da Polícia, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29, set. 1847, p.03.

O primeiro caso estava ligado à alienação. O indivíduo era escravo, pardo e apresentava sinais da não adequação à condição de escravização. Eram raros os casos de suicidas pardos nas amostragens, o que nos revela que, mesmo sendo um indivíduo escravizado diversificado pela paleta de cores sociais, a sua morte foi lamentada e possuía sua motivação descrita. No segundo caso, não há a identificação do indivíduo; ele era escravo e suicidou-se por afogamento.

No primeiro relato, tínhamos provavelmente um escravo ladrino — pardo e inserido culturalmente — e um maior aprofundamento das informações sobre o suicida publicadas no jornal. Na outra história, podemos supor que o suicida era um escravo boçal, já que não havia muitas informações sobre ele na matéria publicada. O afogamento era um dos métodos mais recorrentes entre africanos, frequentemente justificado pelo banzo, tal como ilustrado na maioria das produções historiográficas. Muitas das situações descritas destacavam essa melancolia como as causas do suicídio escravo. Os africanos encontravam-se desprimidos, em um processo patológico decorrente das violências sofridas e das péssimas condições da escravização. As degradações morais, humanas e cognitivas levavam-nos ao ato suicida. O afogamento era uma forma de evasão para o plano espiritual, em consequência do estado psicológico desses escravizados.

Na cosmogonia banto, existiam duas fronteiras que uniam os dois mundos: o dos vivos e o dos mortos. Essas demarcações atrelavam-se a elementos da natureza. Humberto Fernandes cita o relato de um suicídio por banzo: um indivíduo escravizado, ao ser recambiado para seu senhor na Baía da Guanabara, recorreu ao suicídio e lançou-se da barca. Conforme o ofício policial: o preto se precipitou pela janela da barca¹⁶⁴. A travessia rumo ao outro lado surgia, assim, como a solução mais fácil — uma passagem pelos portais que interligavam os dois planos e que se mantinham em constante interação. Era por meio das fronteiras que o espírito dos vivos e dos mortos se conectavam, influenciando as escolhas de como partir deste mundo. O suicídio, portanto, não se restringia à fuga do sofrimento terreno,

164 MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café*. Niterói: Cromos, 1993.

mas representava, em muitos casos, a retomada simbólica da liberdade espiritual perdida.

Nas crenças Banto, os espíritos residiam nos espaços naturais, acessíveis aos homens. Eles estavam presentes nas águas, na terra, nas plantas e exerciam influência sobre os vivos, controlando suas relações e escolhas. Existia uma complementaridade na relação entre homens e espíritos. Esta conexão era indispensável para o funcionamento das sociedades na África Central, a partir de uma perspectiva religiosa. Em ritos de passagem e enterros, existia uma forte ligação com a natureza. Alguns enterros, como os de chefes políticos, eram realizados em fronteiras sagradas, e a grande maioria dos mortos era enterrada, nos leitos de grandes rios. A natureza constituía a força que convergia para a concentração dos espíritos, permeando as relações de interação dessas sociedades através dos elementos físicos (água, plantas, solo). A partir da interação dos espíritos com o meio físico era possível a compreensão das relações políticas e organizações sociais, estruturadas dentro das fronteiras espirituais¹⁶⁵.

A ligação entre o plano espiritual e a água foi relatada por Robert. W. Slenes, que destacava a visão banto sobre os espíritos da natureza e sua relação com os elementos. Ele narrou um caso descrito pelo viajante John Luccock: quatro africanos viajavam em uma embarcação pela Baía da Guanabara quando demonstraram intenso temor ao avistar um objeto — o crânio de um tucuxi. O pavor foi tão intenso a ponto dos africanos cogitarem realizar um motim. Slenes enfatiza que, apesar das origens sociais distintas dos africanos, o grupo se recusou a prosseguir viagem. Nas etnografias, existiam semelhanças estruturais, alguns grupos bantos acreditavam em espíritos e em demônios, entre eles, os quitutes ou quiandas, que reinavam nas águas e gostavam de árvores e cumes de colinas¹⁶⁶.

165 HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro de Mel: Estudos de História Africana*. Lisboa: Colibri, 2003.

166 Em algumas regiões da Angola eram chamadas quiandas: espírito local relacionado às águas. Esse espírito da natureza tinha suas ações relacionadas à morte. Em algumas regiões tanto do Congo como de Angola seu nome varia por ser um espírito local. Entre os quimbundos é conhecido por Kimxumbi, os basundis a chamavam de simbi. Ver: HEYWOOD, Linda.

O crânio de tucuxi, na Baía da Guanabara, remetia à presença espiritual que permeava as águas. Slenes citou um conto africano sobre uma mulher que se encontrava com suas filhas e, em um dado momento, deparou-se com um crânio de um homem, o qual pedia em casamento a filha mais nova. Amedrontada, a filha mais velha tentou se livrar do crânio, que então se transformou em uma Kianda. Esse espírito estava, geralmente, atrelado à natureza da morte. Alguns contos africanos destacavam esse gênio da natureza como um guerreiro que matou seu inimigo em batalha e que lutou com o senhor do submundo, vencendo a própria morte, e transformando-se, assim, no espírito da morte¹⁶⁷.

Alípio Goulart definiu o banzo como uma irreprimível saudade de uma pátria distante e perdida fisicamente. Ele trabalhava com o princípio de retorno, segundo o qual os africanos retornariam aos seus respectivos lares graças ao processo de ressurreição¹⁶⁸. Na verdade, não era uma ressurreição, mas uma transição. Em África, o mundo dos mortos e dos vivos estava em constante entrelaçamento. Esse fato pode ser compreendido a partir das superfícies reflexivas que tangiam os dois mundos. Os mortos nunca morriam em África, e por isso não ressuscitavam — eram livres para transitar entre os dois mundos, diferentemente dos vivos. O africano vivia através do prolongamento de seus antepassados, ele só concebia a vida em comunidade. Os seus entrelaçamentos sociais eram intensos, ultrapassando as fronteiras do mundo dos mortos. O elo da criação e Deus estavam presentes na força ancestral.

Na cosmogonia banto, existia um mundo invisível, nele encontrava-se Deus; em segundo, estariam os antepassados, fundadores dos grupos familiares. A morte representava a passagem do mundo visível para o mundo invisível, e os laços vitais não eram rompidos, pois existia uma linha tênue entre ambos.

(Org.) Diáspora Negra no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

167 SLENES, Robert. W. *A GRANDE GREVE DO CRÂNIO DO TUCUXI: espíritos das águas centro-africanas e identidades escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro*. In: HEYWOOD, Linda. (Org.) Diáspora Negra no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p.201-203

168 GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio — Aspectos de rebeldia nos escravos do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/Instituto Nacional do Livro, 1972.

Quando falamos das interdições relativas à morte em África, referimo-nos àqueles que morriam fora do contexto natural. O suicídio interromperia o ciclo e a harmonia entre o mundo material e imaterial¹⁶⁹. Logo, o ato suicida era visto como um gesto de desespero. O suicídio não possuía, nas sociedades africanas, a mesma percepção de condenação observada em sociedades com uma visão cristã: não enviava o indivíduo ao inferno, mas representava uma forma indesejável de se desligar do mundo. A consequência era a exclusão e inferiorização social do indivíduo escravizado, devido à escolha de uma morte controlada.

Na data de 18 de fevereiro de 1845 procedeu-se corpo de delito no escravo João que apareceu enforcado em uma das árvores do Campo da Aclamação¹⁷⁰.

Na data de, 29 de dezembro de 1836 procedeu-se corpo de delito de um homem preto que se enforcou em um cajueiro na chácara do seu senhor¹⁷¹.

As plantas, na visão africana, possuíam um simbolismo religioso profundo. Sua função vital assegurava os elos com o além. Na cultura congo-angolana, quando morriam, havia uma explicação interligada à espiritualidade. A morte de uma planta significava a ruptura entre os espíritos e o mundo dos vivos¹⁷². Muitos africanos optavam por suicídios próximos às vegetações, objetivando o retorno à África. Eles acreditavam que os ancestrais estavam na terra, nas florestas e nas águas, o que justificaria, nas documentações, a existência recorrente de suicídios por enforcamento em florestas. Havia uma associação internalizada entre espíritos e natureza¹⁷³.

169 ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975, p.123.

170 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 204. Rio de Janeiro, 1845.

171 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 173. Rio de Janeiro, 1836.

172 HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro de Mel: Estudos de História Africana*. Lisboa: Colibri, 2003.

173 KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808–1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Quando estudamos a metodologia aplicada ao suicídio, devemos considerar o lugar dos indivíduos na sociedade. Este capítulo remeteu-se à morte dos negros e africanos, marcada pela necessidade de acessar uma África perdida. Nenhum indivíduo, nascia escravo; a escravidão era uma construção social. Os métodos escolhidos para alcançar a liberdade deviam proporcionar um suicídio sem falhas. Quando eram pegas, havia castigos severos por tentar a própria morte, por isso deveria ser bem-sucedida a tentativa, escolhendo métodos eficazes. O indivíduo escravizado vivia em condições financeiras precárias e, em vista disso, a opção por meios barateados, como o enforcamento, estava em primeiro lugar, pela eficácia e o custo. Em segundo lugar estava o afogamento, um meio preciso e sem custos, mas que também carregava uma perspectiva cosmogônica, pois estava intrinsecamente associado às fronteiras entre os mundos: o Grande Kalunga — o portal que separava e unia os mundos, presente e refletido nas superfícies das águas do oceano. Na cultura banto, todas as escolhas necessitavam da presença dos espíritos, responsáveis pelo ver e pelo gerir o mundo.

2.6 - Quando a partida não importa

Existem padrões que se repetem ao longo dos processos estudados e que evidenciam a falta de importância atribuída ao suicida negro e africano. Algumas mortes não importavam e a falta de informações refletia o apagamento dessas mortes. Nos processos a seguir, percebemos um silenciamento constante dos escravizados, assim como a negação de sua humanidade. A sua partida não importava para uma parcela considerável da sociedade.

Na Freguesia de Santa Rita procedeu-se o corpo delito no cadáver de um africano¹⁷⁴.

Precipitou-se de uma janela a Portuguesa Maria de Tal, mas não teve perigo; suicidou-se a preta Maria¹⁷⁵.

174 Repartição da Polícia, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 9 dez.1842.
p.02

175 Repartição da Polícia, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26, jan. 1849, p.03

Quando analisamos os periódicos, percebemos que o silêncio permeava a história desses suicidas. Na maioria dos casos, existia uma diferenciação entre as pessoas consideradas brancas e aqueles que não o eram. No *Jornal do Comércio*, por exemplo, Maria de tal possuía um nome. Seu suicídio foi noticiado com poucas informações, mas ainda assim com mais detalhes do que o do suicida africano anônimo ou o da preta Maria. O relato de suicídio vinha seguido de uma expressão de alívio, por o ato não ter sido concretizado.

Nos relatórios policiais, o cenário era inverso: havia uma grande incidência de suicidas negros em comparação aos homens livres brancos. Já nos jornais, o processo se invertia novamente — o suicídio branco era espetacularizado, enquanto o suicídio negro era silenciado. Este último, em geral, aparecia sem muitas informações, sem uma identificação, sem motivo, sem método descrito ou sequer razão para a publicação em periódicos. O suicídio era estratificado e revelava as camadas de desigualdades sociais em sua estruturação¹⁷⁶.

No trecho publicado pelo *Jornal do Comércio*, a ênfase recaía sobre o corpo de delito de um africano suicida. A ausência de sua identidade é notável: tudo o que se sabe é que se tratava de um africano. Nenhum detalhe sobre sua origem, suas motivações ou o método escolhido foi registrado. A portuguesa, por sua vez, também não possuía muitas informações divulgadas quanto ao seu autocídio, entretanto sabíamos que se precipitou por uma janela, que era portuguesa, que se chamava Maria de Tal, além de ter uma expressão de alívio, pelo insucesso do suicídio, divulgada na publicação: “mas não teve perigo”.

No caso do africano citado na documentação, no entanto, a notícia limitava-se ao fato: ele se suicidou. Um apagamento que refletia a importância da sua morte para aquela sociedade, resultando em uma notícia sem muitas averiguações. A falta de informação era resultado das políticas que estruturavam a morte, amparando determinados suicidas em detrimento dos outros. Para a sociedade senhorial, esses indivíduos estavam em situação de marginalização: sem identidade, sem voz, sem

¹⁷⁶ ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975.

motivo digno de registro. O suicídio do negro ou do africano escravizado era sempre justificado pelas suas condições de vida, nunca pela dor, pela subjetividade ou pela liberdade. A sua partida sempre teria a perspectiva da sociedade senhorial, na qual a sua morte era desprovida de escuta e de sentido, e marcada pela banalidade¹⁷⁷.

¹⁷⁷ MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, nº: 32. Dezembro, 2016.

Quando morre um branco: uma análise comparativa

Quem são os suicidas brancos? Qual é a história contada por estes personagens? Primeiramente, em sua maioria, eram homens. No *Jornal do Comércio*, em 86% dos suicídios ocorridos entre os anos de 1830 a 1850, observa-se uma predominância do gênero masculino em detrimento de suicidas mulheres, que representavam 14% dos números. Ao comparamos aos casos de suicidas negros e africanos, percebemos um quantitativo similar: homens e mulheres figuravam, respectivamente, com 84% e 16%¹⁷⁸.

O sr. José Vamos, húngaro, de 42 anos de idade, casado, com seis filhos menores, e dono de uma fábrica de chapéus na rua das Violas nº 73, suicidou-se anteontem de tarde, tomando uma dose de ácido hydronico: a morte foi instantânea¹⁷⁹!

No *Diário do Rio de Janeiro*, o protagonismo masculino aconteceu em 100% dos registros, não havendo casos de suicidas mulheres. Nos relatos envolvendo negros e africanos, os homens possuem um quantitativo de 85%, enquanto as mulheres correspondem a cerca de 15% dos suicídios¹⁸⁰.

Iniciaremos o capítulo com a construção de um perfil dos suicidas brancos. Para isso, utilizaremos a história de José Wamossy, húngaro de 42 anos e proprietário de uma fábrica de chapéus. A notícia sobre seu autocídio era rica em detalhes: men-

¹⁷⁸ Amostragem retirada do *Jornal do Comércio* entre 1830 a 1850. Foram separados 71 casos de suicídio, onde foram realizadas as porcentagens sobre número de suicídios e gênero descritos por cor. Vide tabela na página 49.

¹⁷⁹ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 jan.1847. p.02.

¹⁸⁰ Amostragem retirada *Diário do Rio de Janeiro* entre 1838 a 1850. Foram separados 68 casos de suicídio, onde foram realizadas as porcentagens sobre número de suicídios e gênero descritos por cor. Vide tabela na página 50.

cionava o uso de veneno, bem como os endereços de sua residência e de seu local de trabalho. Por ser proprietário de uma fábrica, sua trajetória refletia “a boa sociedade” à qual pertencia, como veremos através da próxima fonte¹⁸¹.

Wamosy morava com a família, na Rua formosa da cidade nova, dormia há dias na Rua das Violas, a pretexto de estar sem caixeiro. Em todo dia de sábado nenhum indício manifestou do funesto, desígnio que meditava; (...) Levantando-se da mesa, encarregou Wamosy a guarda do armazém ao seu hóspede, enquanto subia ao sobrado para escrever uma carta para sua desditosa mulher. Pedia que lesse a sangue frio, referia-lhe os motivos que o impeliam a cometer um ato de desesperação, os quais se reduzem os transtornos da vida comercial. Escrita a carta mandou levar a sua mulher e bebeu o veneno. Pouco depois tinha cessado de existir^{182!}

A identidade de Wamosy, não foi apagada com a morte controlada. Ele tinha uma família, um emprego e uma história digna de ser publicada. Quando a fonte referenciava um suicida branco, seu protagonismo era evidente. Buscava-se explicitar as motivações para o autocídio, tentando justificar o ato, geralmente como desespero ou problemas financeiros. As políticas da morte manifestavam-se em torno da valorização da vida perdida desses indivíduos. Suas mortes eram contadas em detalhes, ganhavam espaço e voz nas páginas dos jornais, diferentemente do suicídio de africanos e negros, cujos dados eram escassos, impossibilitando a reconstrução suas histórias e trajetórias em meio ao silêncio.

Este capítulo explicita o barulho, em contraposição ao silêncio presente no capítulo anterior. Ele resulta das vozes suicidas que não foram silenciadas, possuindo uma riqueza de detalhes nas fontes. As políticas sobre morte e vida se entrelaçam, a

181 O conceito de boa sociedade traz a ideia de uma separação em mundos que individualizam a sociedade. A boa sociedade era composta por indivíduos livres, brancos em sua maioria, e economicamente ativos. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

182 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1847. P.02.

história dos suicídios de pessoas brancas foi alicerçada na valorização da vida. Acreditamos que, ao compararmos as mortes a partir da cor dos indivíduos neste trabalho, compreenderemos seus lugares na sociedade. Quem mereceria morrer e quais indivíduos deveriam viver? Por que o suicida negro foi apagado dos jornais e dos relatórios policiais? As respostas para essas perguntas serão desvendadas ao longo deste estudo.

O princípio regente da vida de um escravizado implicava, consequentemente, uma morte ignorada. Uma política revestida de elitismo que silenciava os indivíduos diante do suicídio, caracterizado como um ato de liberdade frente às amarras da escravidão. A proposta deste trabalho tem por enfoque a análise desses comportamentos sociais antagônicos diante da diversidade dos suicidas¹⁸³. Voltaremos, à análise do suicida húngaro publicada no *Diário do Rio de Janeiro*.

O infeliz, antes de executar seu horrível projeto escreveu à senhora, e arrumando numa caixinha alguns objetos que a esta pertencia, entregou a carta e a caixinha a um preto, com ordem de levá-las já à rua formosa. Faço ideia da desesperação da desventurada esposa e mãe, ao ler a carta que seu marido lhe participava que sentia muito deixa a ela e a seus filhos, mas que tais eram seus desgostos comerciais, que não tinha outro remédio senão procurar alívio no seio da morte¹⁸⁴.

Sobre o suicídio de José Wamosy, concebemos que o *Diário do Rio de Janeiro* não se diferenciava, em alguns aspectos, dos relatos publicados no *Jornal do Comércio* quando se tratava de suicidas brancos. O julgamento moral se mostrava através do uso de palavras como “infeliz”, criando uma imagem negativada do suicida. Contudo, em alguns trechos da publicação, notava-se certo apaziguamento, tais como: “não tinha outro remédio” ou “mas tais eram seus desgostos comerciais”¹⁸⁵. A narrativa jor-

¹⁸³ DETIENNE, M. *Comparar o Incomparável*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

¹⁸⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18 jan.1847. P.02

¹⁸⁵ LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012 – A questão da criminalização do suicídio.

nalística oscilava entre a condenação e a empatia, revelando o duplo olhar da sociedade diante do suicídio branco: a desaprovação moral e a compreensão atenuada diante de seus motivos.

Analisaremos a história de João Manoel Vasconcelos Ribeiro, no *Diário do Rio de Janeiro*, na coluna da Repartição Policial. Examinaremos a sua carta de suicídio publicada na íntegra na imprensa.

Sr. José Antônio de Oliveira Bastos, meu amo e Senhor.
Minha vida tão curta como tormentosa, tem sido um pedaço de desgosto, martírios e tormentos, a que por efeito de resignação e imprecavações ao altíssimo tenho podido resistir; mas, hoje eles transbordam os limites possíveis e minhas forças débeis, cansei de suportar tanta amargura sucumbo sem remédio. Sempre presei a minha honra, como meu principal dever, como a vereda que guia o meu caminho da felicidade (...) soube ilaquear minha boa-fé, subtrair-me a meus deveres e cavar minha sepultura enfim¹⁸⁶!

Os suicidas desafiavam a ordem natural da vida, rompendo o pacto social de viver regidos pelos seus relógios biológicos, decidindo o momento de suas mortes. Se a morte era o fim, qual seria a finalidade de uma carta de suicídio? Ao cavar sua própria sepultura prematuramente, sua voz ecoava por meio da carta redigida para o momento fatídico. Aquele que cometia o suicídio precisava se justificar para os sobreviventes. O constante julgamento e a desmoralização infligidos aos suicidas eram uma constância social. A carta de suicídio configurava-se, assim, como uma redação planejada, uma defesa diante do tribunal dos vivos, do qual não havia fuga, nem mesmo após a morte.

No dia 10 de fevereiro de 1846, João Manoel Vasconcelos Ribeiro suicidou-se com um tiro de pistola. Residia na Travessa da Candelária, número 34. Sua profissão era caixeleiro-viajante e trabalhava para o senhor Antônio de Oliveira Bastos. Em sua carta, ele mencionava seu empregador, a quem endereçava suas motivações para o suicídio, ou seja, uma justificativa para aque-

¹⁸⁶ Joaquim José Moreira Maia, Repartição da Polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 14 fev.1846. P.02. Carta de suicídio divulgada de João Vasconcellos Ribeiro.

les que ficavam. Uma tentativa de expor a obscuridade que o levou por esse caminho. Ele relatava o quanto foi difícil suportar a amargura e a ausência de um remédio para a desonra. Por fim, após perder a fé nas pessoas, optou por subtrair-se de seus deveres com a vida.

O perfil de João Manoel Vasconcelos Ribeiro correspondia ao de um membro da “boa sociedade”, ou seja, branco, livre e economicamente produtivo. Entretanto, o suicídio era um mal que atingia a todas as classes sociais. Até que ponto os suicídios eram semelhantes? Em que aspectos se diferenciavam? Em um processo no qual as cores determinavam a história que deveria ser contada, esta pesquisa procurou ouvir a voz que ainda ecoava através da sepultura de um suicida. Na fonte a seguir, daremos prosseguimento à análise da carta de suicídio de João Vasconcellos Ribeiro:

Alguém me exigiu empréstimo de uma quantia a que sempre me esquivei emprestar. Alegando não poder servir, não obstante toda minha negativa, forçoso me é confessar, doloroso me é dizer o, cai, qual inocentemente passarinho, no laço do armado por mãos traidoras. Vítima da minha fragilidade, tarde me arrependo, mas o mal está sem remédio muito longe dos meus desejos. Debalde procuro aquele que me iludiu, porque sua porta fechada sumiu-se. (...). Em transe tão perigoso, resolvi por termo a uma vida tão desgraçada, suicidando-me¹⁸⁷.

As motivações de um suicídio refletiam tentativas de solucionar situações contraditórias, que surgiam através da imersão do indivíduo em sociedade¹⁸⁸. O suicida estava inserido em uma sociedade conservadora, na qual, culturalmente, a desonra era uma motivação para o ato suicida. Ao analisarmos o relato acima, compreendemos que, através de empréstimo, houve um endividamento que desonrou João Vasconcellos Ribeiro.

¹⁸⁷ Joaquim José Moreira Maia, Repartição da Polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 14 fev.1846. P.02. Carta de suicídio divulgada de João Vasconcellos Ribeiro.

¹⁸⁸ Ver: RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006, p.94.

Em meio ao caos e a desonra, e com o desaparecimento de seu beneficiário com suas economias, ele optou pelo suicídio. Inicialmente, analisando a carta, pensamos que estava motivado por problemas financeiros, entretanto a questão da desonra foi o fator determinante. Como justificar isso aos credores? Como continuar a viver sob o peso da vergonha?

Toda carta de suicídio era, em essência, uma tentativa de esclarecer aos vivos os motivos do falecido. Mas por que essa necessidade de esclarecimento e justificativas se, quando morremos, cessam os ouvidos? A carta suicida não era um desabafo, mas uma forma de justificativa social. Tinha a incumbência de auxiliá-los em relação ao outro, oferecendo consolo, explicação ou conselho. “Escrever era, portanto, ‘se revelar’, expor, e mostrar próprio rosto, sem máscaras”¹⁸⁹.

O ato de escrever uma carta, para o suicida, era sua última chance de justificar-se diante da sociedade e, por meio da escrita, arquivar os resquícios de sua própria vida. Era uma forma de resistir à imagem fabricada pelos sobreviventes após a morte, evitando alterações ou distorções de sua história perante o mundo. A carta suicida era o grito de adeus daquele que a escreveu, contendo os fragmentos do que ele foi antes de partir. O princípio da sua integridade física não tolerava a invalidação da sua personalidade social, que, inevitavelmente, sofreria uma condenação coletiva¹⁹⁰. Na carta publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, encontramos as justificativas que o levaram ao ato extremo.

Não é sem horror, sem remorsos, sem temor a Deus, que assim ouso me expressar, mas é esta a única maneira de provar quanto o tinha em crédito que sirva de exemplo a minha morte aos incautos, que como eu não sabem se desviar da malícia e hipocrisia dos maus, que é de que o mundo se compõe. (...). Rogo-lhe mais um favor de remeter a inclusa a meu pai, conforme a direção indica e se for possível relatar-lhe meu desditoso fim¹⁹¹.

189 FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In: PATSCHIK, Lucas. Últimas palavras... A carta de suicídio como fonte histórica. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2014. Florianópolis. p. 154–156.

190 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006, p.93.

191 Joaquim José Moreira Maia, Repartição da Polícia. *Diário do Rio de Janeiro*,

Os escritos de um suicida eram sempre destinados aos vivos. A carta foi endereçada ao patrão do suicida, mas continha, em essência, uma justificativa dirigida a seu pai. Existia, contudo, uma terceira pessoa não citada em seus escritos: a sociedade. Através de sua carta, João Vasconcellos Ribeiro advertia que se desviasssem da malícia e da hipocrisia dos maus. Ele utilizava-se como um exemplo para que outros não enveredassem pelos mesmos caminhos. Raramente as cartas de suicidas traziam qualquer apologia ao autoextermínio; ao contrário, nelas, predominavam o horror, o remorso e o temor a Deus.

O suicídio consumou-se com um tiro de pistola. Ele não era um homem de camada social inferior. A maioria de suicidas com condições financeiras restritas, especialmente os escravizados, utilizavam métodos mais acessíveis. A pistola, um artigo de luxo, restringia-se às classes mais abastadas. Em contrapartida, existiam inúmeros suicídios por barraço (enforcamento com fios de seda), opção que, como notamos anteriormente, estava ligada à disponibilidade. O enforcamento era gratuito e o preferido nas camadas populares, incluindo os negros e africanos nesta análise, revelando, nas próprias ferramentas da morte, os traços da desigualdade social.

João Vasconcellos Ribeiro afirmou não ter cometido suicídio sem temor a Deus. Era indivíduo de um grupo social mais elevado e, provavelmente, de religião católica. A prática do suicídio era um pecado de extremo. Segundo a doutrina tradicional ensinada nas Igrejas, Judas, por ter sido um suicida, era o único seguramente condenado ao inferno. Não foi condenado a esse lugar por trair Jesus, mas por tirar a própria vida. A vida era um dom concedido por Deus e somente por Ele poderia ser retirada, sem qualquer rompimento no ciclo natural.

As interdições aos suicidas eram práticas rotineiras na maioria das sociedades. Na Idade Média, permitia-se a mutilação de seus corpos, o confisco de seus bens e a privação de sepultura em solo sagrado, além da recusa a preces e qualquer intenção voltada a esse indivíduo¹⁹². Essa visão moral sobre o

Rio de Janeiro, 14 fev.1846. P.02. Carta de suicídio divulgada de João Vasconcellos Ribeiro.

192 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006, p.94

suicídio era clara nos jornais. Como analisaremos a seguir, na matéria intitulada “Suicídio legal no Japão”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, o tema é abordado de forma reveladora.

Numa carta do Jesuíta Gaspar Villa escrita no Japão em 1557 e o impresso publicada lê-se a seguinte descrição do suicídio legal (...). O costume de rasgarem o ventre dos nobres criminosos é tão corrente que, sendo a regra fazerem esta execução vestidos com suas ricas roupas, todos os oficiais civis e militares trazem consigo, até viajando, os trajes mais decentes que tem para o que der e vier. O hábito de se matarem faz com que os japoneses sejam extremamente ousados e desprezadores da vida. Como os europeus têm a mania dos desafios, os japoneses têm a coragem de rasgarem as entranhas por qualquer afronta que lhes façam¹⁹³.

No Japão, o suicídio não era criminalizado, sendo tratado com naturalidade. Percebe-se o desconforto do escritor ao relatar essa atitude, destacando até mesmo o uso das melhores roupas pelos japoneses em seu autoextermínio. Além disso, há uma clara depreciação cultural em torno da figura do nipônico: eles eram adjetivados como indivíduos que desprezavam a vida. Porém, ao nos despojarmos de algo que nos pertencia, também nos tornaríamos desprezadores? A visão social brasileira criminaliza o suicídio até no Japão, onde ele era parte do cotidiano e da própria cultura.

Ao analisarmos o suicídio, concebemos uma diferença primordial: a criminalização. Algo repudiado na maioria das instâncias sociais, vislumbrado como ato criminoso, passível de punição tanto social quanto espiritual. A vida não pertencia ao suicida, concernia a todos, e a ele era vetado desfazer-se dela. O atentado contra si próprio era passível de uma punição social. O suicida não tinha direito a uma sepultura nas mais diversas culturas. Seu ato era associado à insanidade. A sociedade o punia mesmo após a morte, movida pelo instinto de autopreservação que a permeava.

193 Panorama, Suicídio Legal no Japão. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 ago.1838. p.01.

Nos relatos a seguir, apresentaremos quatro casos de suicídios ocorridos em um mesmo dia, publicados no *Diário do Rio de Janeiro*. O primeiro, Manoel José Baptista Ferreira Guimarães, era caixeiro de uma fábrica de velas. O segundo, Antônio José Machado Corrêa, comerciante de uma loja, suicidou-se com um tiro de pistola. No terceiro caso, encontramos Ricardo Joaquim de Carvalho, embarcadiço, que também se suicidou com um tiro de pistola. Já o quarto envolvia José Martins Teixeira, 1º Sargento da 6ª Companhia do Regimento de Cavalaria.

Pelo 3º distrito participa-se que se suicidou com uma faca, no dia 7 corrente, das 3 às 4 horas da tarde, Manoel José Baptista Ferreira Guimarães, brasileiro adoptivo, caixeiro da fábrica de velas da rua da Alfândega nº 339¹⁹⁴.

Foi ontem o dia dos suicídios!

O Sr. Antônio José Machado Corrêa, com uma loja de fazendas na Rua da Quitanda, suicidou-se com um tiro de pistola. Preparou-se para a morte, fez testamento no dia antecedente; ontem ouviu a missa, despediu-se dos amigos e, terminou a vida. Atribui-se a embaraços comerciais, provenientes da paixão desenfreada por loterias.

O senhor Ricardo Joaquim de Carvalho, embarcadiço, suicidou-se com um tiro de pistola. Supõe-se que a causa deste suicídio foi falta de meios.

Tentou igualmente contra a vida o Sr. José Martins Teixeira, 1º Sargento da 6ª Companhia do Regimento de Cavalaria. Era sem nota do exército e não se sabe que causa o levou a este ato de desesperação. Não morreu logo, e não há esperanças de salvá-lo¹⁹⁵.

Sobre o suicídio de Manoel José Baptista Ferreira Guimarães, existia uma desenvoltura e a necessidade de exposição em detalhes, antes e depois de sua morte. Na notícia, ele possuía um nome, uma profissão — era caixeiro da fábrica de velas — e até o endereço do seu trabalho, na rua da Alfândega, foi divulgado.

194 Repartição da polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 fev.1841. p.02

195 Repartição da polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 fev.1841. p.02

No *Jornal do Comércio*, foram noticiados três suicídios de pessoas brancas e pertencentes à elite, com riqueza de detalhes sobre suas mortes. Antônio José Machado Corrêa era comerciante e tinha como motivação seus problemas financeiros. O noticiário explicitou toda a ritualística de sua morte programada: o comerciante elaborou seu testamento no dia anterior, despediu-se dos seus amigos e assistiu à missa. Houve, assim, uma construção da sua trajetória até a morte, permeada pela concepção dos ritos fúnerários. O enlutamento era parte fundamental de uma conduta cultural, que visava estabelecer a constituição da memória coletiva sobre o falecido¹⁹⁶. O luto era estabelecido pelo próprio suicida, por meio dos ritos de passagem apresentados na publicação do autoextermínio de Antônio José Machado Corrêa.

No segundo caso, não havia o mesmo detalhamento; ainda assim, constavam a identificação do suicida, sua profissão e suas motivações. Ricardo Joaquim de Carvalho, era embarcadiço e se suicidou por falta de recursos financeiros. No terceiro, o caso de José Martins Teixeira, 1º Sargento do Regimento de Cavalaria, não se conheciam as razões que o levaram ao ato. O noticiário, entretanto, mencionava que o Exército não havia emitido nenhuma nota sobre as motivações do suicídio e trazia ainda a constatação de que não se sabia qual ato de desesperação levou o militar a pôr fim à própria vida. A publicação evidenciava uma preocupação com esse suicida: ele ainda estava em estado grave, não havia morrido, e restava apenas aguardar o desfecho inevitável.

Determinava-se a importância de uma vida por meio do estrato social e das fontes que veiculam a sua morte. As políticas da morte estruturavam e regiam as relações, definindo o tipo de luto prestado ao suicida. O conceito de banalidade da morte não se aplicava aos casos relatados. A “boa sociedade” refletia na morte as suas estratificações existentes em vida. Os estratos sociais interpenetravam-se, mas não se confundiam. Alguns suicídios mereciam o barulho; outros, o silêncio.

196 MEDEIROS, Márcia Maria. *Concepções Historiográficas Sobre a Morte e o Morrer: Comparações Entre a Ars Moriendi Medieval e o Mundo Contemporâneo*. Revista Virtual: Outros Tempos–Pesquisa em Foco-História, V. 5, nº. 6, 2008. Definição de Luto.

3.1 - A motivação: o suicida e a história apresentada

Quando um branco decidia pelo autoextermínio, diversos motivos eram explicitados. As palavras de pesar apareciam nas publicações dos jornais, e uma história era construída em torno do ocorrido. Eram suicídios que importavam, permeados por uma política de autopreservação. Na tabela a seguir, elaborada a partir de dados do *Diário do Rio de Janeiro* entre 1838 e 1850, apresentaremos os nomes e as motivações para o autocídio de pessoas brancas.

Tabela 4: Nomes e motivações para o ato suicida.

Suicidas Brancos	
Nomes	Motivações
-	Moléstia, problemas financeiros e familiares
Crispim	-
José Ferreira de Macedo	-
Ferran	Arrependimento por matar a amante
-	Problemas financeiros
José Manuel de Oliveira Coelho	Problemas financeiros
Claudomir	Problemas financeiros
João Baptista Damos	Distúrbio psicológico
Lancelot AndrenWille	-
Rummers	Encontrou o esquife para o descanso
João da Silva e Almeida	-
Salvador	-
Antônio Rodrigues Coelho	-
Antônio José de Carvalho	-
Felix José dos Santos	Problemas financeiros
Antônio Joaquim da Silva	-
José Alves da Silva	-
João Manuel de Vasconcelos Ribeiro	Desonra e problemas financeiros
Francisco José da Silva Guimarães	-
José de Souza Peixoto	-
José Wamosy	Problemas financeiros
José Maurício de Oliveira Maciel	Problemas financeiros
Antônio José Villela	-
Mr. Gouim	Problemas financeiros
Antônio José Machado Correia	Problemas financeiros
Ricardo Joaquim de Carvalho	Problemas financeiros
José Martins de Teixeira	-

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* (1838–1850)¹⁹⁷.

197 Amostragem *Diário do Rio de Janeiro* (1838 a 1850): foram separados os casos de 28 suicidas brancos que possuem motivação para o ato descrita.

Constatamos que, nos 28 casos de suicídios de brancos, havia justificativa publicada em 14 deles (50%). A seguir, usaremos essa informação como parâmetro comparativo, relacionando os dados dessa tabela com os casos e motivações de suicídios de pardos, negros e africanos, vistos no capítulo 2.

Entre as pessoas pardas, 2% possuíam uma motivação registrada. Dos 33 casos relacionados aos negros e africanos, nenhum apresentava justificativa descrita. Os jornais, silenciavam-se sobre as motivações dos negros e africanos; entretanto, em casos envolvendo pessoas brancas, 20% apresentavam a motivação explicitada. Lembrando que, no total, somente 22% dos casos tiveram a motivação descrita nos jornais¹⁹⁸.

A tabela anterior, baseada no *Diário do Rio de Janeiro* (1838–1850) nos proporciona algumas reflexões. Em 28 casos analisados, 11 indivíduos optaram pelo suicídio motivados por problemas financeiros. Existiam também aqueles cuja motivação não foi mencionada, contabilizando 14 indivíduos. Apenas um caso foi associado a distúrbios psicológicos, e outro, ao arrependimento. Por fim, registrou-se um suicídio planejado, cuja motivação era encontrar um esquife perfeito.

Na fonte a seguir, retirada do *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 25 de janeiro de 1844, encontramos o caso do senhor Felix, cuja motivação se relacionava à situação financeira. Na maioria dos casos de suicidas brancos, a falta de recursos financeiros aparecia como um motivo recorrente.

Hoje pelas sete horas da manhã apresentaram-se em casa do senhor Felix José dos Santos, antigo negociante, morador na Rua do Sabão da cidade nova, nº 102, alguns oficiais de justiça com um mandado de penhora por parte de Mr. Fontaine. O senhor Felix lhes rogou para que demorassem a penhora, e não sendo atendido fez voar o cérebro com um tiro de pistola. Este desgraçado ancião, que há tempos via seus negócios em apuros, deixa uma viúva inconsolável, e quatro filhos¹⁹⁹.

198 Comparação desta tabela 14 (constando os nomes e motivações para o ato suicida brancos) com Gráfico 3: Número de suicídios e motivação descrita (%) na página 72.

199 Suicídio. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 jan.1844. p.02.

O que Felix e Wamosy tinham afinadamente? Eram homens de prestígio social e financeiro: um era dono de uma fábrica de chapéus; o outro, um famoso negociante. Ambos pertenciam à elite, e a motivação para o suicídio foi devida aos dissabores financeiros.

No relato da repartição policial, publicado no *Jornal do Comércio*, nos deparamos com um suicida branco, em condições diferentes. “Na freguesia de sacramento se suicidou com um baraço, o francês Nicolau Jacob Preaux, no qual se procedeu o corpo de delito²⁰⁰”. Sobre Nicolau Jacob, não encontramos informações detalhadas. A falta de dados refletia seu lócus social. Podemos supor que se tratava de um imigrante de poucos recursos, a julgar pela limitação de detalhes sobre seu suicídio no jornal.

Aqueles que possuíam notoriedade nos jornais, em sua maioria, pertenciam à elite branca. Raramente encontramos casos de suicidas descritos detalhadamente quando se tratava dos indivíduos menos abastados, como foi o caso de Nicolau Preaux. Não havia profundidade nos fatos relatados. Diferentemente dos demais relatos de suicidas brancos, ele não tinha um endereço; sua profissão e sua motivação não foram informadas. A descrição era sucinta. Somente sabemos sua nacionalidade, seu nome e o método por ele utilizado para cometer o suicídio: o baraço. Uma metodologia que refletia a condição de vulnerabilidade econômica do suicida e explicitava a camada social à qual esse indivíduo pertencia.

Na tabela a seguir, encontraremos as motivações de suicidas brancos sob a perspectiva do *Jornal do Comércio*. Os casos revelavam uma discrepância em relação às motivações dos indivíduos negros e africanos. Novamente, o ocultamento e falta de detalhes, se comparados aos suicidas brancos, tornam-se evidentes. Quando analisamos as motivações no *Jornal do Comércio*, percebemos que, a princípio, não houve uma mudança significativa no que dizia respeito às causas do autoextermínio entre homens brancos, se comparado ao *Diário do Rio de Janeiro*.

200 Repartição de polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1845. p.02

Tabela 5: Nomes e motivações para o ato suicida.

Suicidas Brancos	
Nomes	Motivações
Henriqueta Maura	Abandono do marido e problemas financeiros
Antônio Joaquim Pereira	Sofria de uma moléstia que o incomodava
Manoel Batista Ferreira Guimarães	-
General Lavalle	-
Felix José dos Santos	Problemas financeiros
Jaime	-
Miguel Antônio dos Santos	-
Antônio Joaquim da Silva	-
Tristão José de Brito	Alienação
José da Silva Bastos	-
Nicolau Jacob Preaux	-
Rodolfo Borel	-
José Wamosy	Problemas financeiros
Luiz Manoel Azevedo	-
João da Cunha Valle	-
Maria da Glória Lousada	Alienação
Antônio José Peixoto	-
Conde Montesquieu	Problemas financeiros- dívida de jogo
Trollope	Embriaguez constante
Senhor Praslin	-
Conde de Bresson	Moléstia
Joaquim José Monteiro Amaraute	-
Domingos José Martins	-
José Alberto Klier	Problemas financeiros
Marcolino de Souza	-
Joaquim Alberto Barudo	-
Duarte Dias	Cogita várias hipóteses para o suicídio, no fim, cogitou a influência de leitura de Romances no ato.
Antônio José Machado Corrêa	Embaraços Comerciais
Maria de Tal	-

Fonte: *Jornal do Comércio* (1830–1850)²⁰¹.

201 **Amostragem Jornal do Comércio (1830 a 1850):** foram separados 29 casos de suicídio constando: nome e a motivação para o ato suicida.

No *Jornal do Comércio*, encontramos 29 casos registrados de suicidas brancos identificados. Das motivações apresentadas, constatamos: 4 casos por problemas de saúde, 6 devido a problemas financeiros, temos 1 caso por embriaguez e 1 que envolvia a leitura de romances. Em 12 casos, havia motivações; em 17, elas não foram informadas. Novamente, os problemas financeiros ocuparam a posição de destaque, seguidos pelas moléstias, como no caso publicado no jornal, reproduzido a seguir:

Ontem às 10 horas da manhã se suicidou com um tiro de pistola um dos capitalistas desta Praça do Porto, Antônio Joaquim Pereira: Motivo foi sofrer a anos de uma moléstia que muito o incomodava. Deixou uma carta a sua mulher, e algumas aos seus amigos, e sobre a escrivaninha um bilhete que dizia: Fui eu que me matei hoje 6 de fevereiro de 1840, por não poder sofrer mais — Antônio Joaquim Pereira²⁰².

Ele deixou bilhete relatando seu sofrimento: não suportava uma moléstia de anos. Seu nome era Antônio Joaquim Pereira, comerciante e em boas condições financeiras. Podemos deduzir, pela breve exposição em seu bilhete — no qual datou e afirmou a hora em que se matou —, o motivo do seu autoextermínio: o sofrimento decorrente da saúde debilitada. Os jornais publicavam as motivações que interessavam aos seus leitores. O silêncio repousava sobre o suicídio dos africanos e negros escravizados, refletindo a banalidade atribuída às suas mortes. Enquanto força de trabalho, eles importavam; mas, a partir do momento em que perdião sua função enquanto ferramentas, suas mortes deixavam de exigir qualquer detalhamento.

Quando se tratava da morte de uma pessoa branca, destacavam-se dois tipos de suicidas: o pertencente à elite e aquele das camadas sociais inferiores. Para que o suicida alcançasse notoriedade nas publicações jornalísticas, era necessária a junção de dois elementos: o status financeiro e a pele branca (o lugar social). Na fonte a seguir, analisaremos mais um caso publicado no *Diário do Rio de Janeiro*. Ela conta a história de um imigrante chamado Salvador, de origem humilde, que residia

²⁰² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1840. p.02

no sótão de um barbeiro. Viciado em drogas, utilizava o ópio como forma de fuga da realidade. Matou-se com um tiro na cabeça. Em suma, o lugar social influía na visibilidade do suicida nos jornais.

No Passeio público, hoje ás 3 horas da tarde, um estrangeiro que se diz ser italiano de nome Salvador, idade de pouco mais ou menos de 30 a 40 anos, morador na Rua do Cano nº 36, em casa ou sótão de um barbeiro, se suicidou dando um tiro de pistola na cabeça: procedeu-se o corpo de delito e exame do que trazia consigo, encontrando-se uma algibeira, uma caixinha de fósforo e um pequeno vidro contendo duas gotas de ópio, e em um dos bolsos do colete um quarto ou oitavo de papel almaço com o nome da rua e nº da casa; na algibeira esquerda da calça uma pistola carregada, a qual se descarregou por ordem do juiz²⁰³.

Os brancos considerados pobres ainda possuíam mais notoriedade que negros e africanos nas páginas da imprensa. A fonte anterior apresentava alguns detalhes sobre o suicida, como identificação, idade e endereço — dados que o tornavam o mais “real” possível aos olhos dos leitores. Havia um detalhamento sobre o método escolhido e os objetos pertencentes ao indivíduo, mas não um aprofundamento sobre o caso. Não se nota uma escrita que explicitasse um sentimento de perda por Salvador; entretanto, conhecemos parcialmente a sua história: onde residia, seus vícios e o método escolhido para o autocídio.

No relato a seguir, publicado no *Jornal do Comércio*, investigaremos o suicídio de Duarte Costa e a incessante busca por uma explicação para seu autoextermínio.

Aqui se suicidou um destes dias um dos moços de mais esperanças que o Rio de Janeiro. Tinha vindo ultimamente a Paris. Chamava-se Duarte Dias. Não foram embaraços financeiros que o obrigaram a tomar esta funesta resolução; não foi desesperação amorosa, porque não tinha de que queixar-se por esta parte; não foi existência miserável em consequência de moléstia incurável e dolorosa; parece que

²⁰³ Post-scriptum. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 04 fev. 1842. p.02

a leitura de romances lhe desarranjara a cabeça, em tal hipótese pouco segura²⁰⁴.

Tratava-se de um rapaz branco, pertencente à elite, regida pela política de controle da vida. A narrativa detalhada e carregada de emoção publicada no jornal traduzia a política de preservação que o cercava. Percebemos a comoção pelo seu falecimento na frase: “um dos moços de mais esperanças que o Rio de Janeiro”. Um indivíduo de vital importância para a política de controle e preservação da vida, sua morte exigia uma justificativa. Era preciso existir um motivo para que Duarte Costa cometesse o autoextermínio. Diversas hipóteses foram apresentadas: problemas financeiros — logo descartados —, doença e questões amorosas, estas consideradas inexistentes. Sua história foi elaborada como um enredo em que o personagem principal nunca deveria ter partido.

Existia uma diferença gritante na forma como os suicídios eram descritos. No caso dos escravizados, a escrita era pobre e marcada pela ausência de informações sobre o meio utilizado, o nome do senhor, e, em raras ocasiões, o nome do escravizado e o local em que cometeu o autoextermínio. Quando se tratava de homens livres de camadas inferiores, as notícias já apresentavam mais detalhes: o nome, a nacionalidade, a ocupação, o local do suicídio e o método empregado. Contudo, quando o suicida, pertencia à elite branca, a situação mudava radicalmente. Havia diferenças significativas nas narrativas desses suicídios: as informações eram expostas minuciosamente, e os motivos eram indagados ou comentados enfaticamente. Existiam expressões de pesar pelas mortes e condolências à família²⁰⁵. Em resumo, essa morte era sentida — uma lástima para a sociedade. Ou seja, tratava-se de uma vida que importava.

204 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 nov.1848. p.02.

205 OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão*. Revista Hist. cienc. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n° 2, 2008.

3.2 - A escolha ao partir define quem somos: o que o método revela

O Senhor José Alberto Kilier, jovem professor de música de grandes esperanças, suicidou-se anteontem atirando-se no mar no meio da nossa Baía. A seguinte participação dirigida ao Senhor conselheiro chefe de polícia da todos os pormenores sobre esse lamentável acontecimento, atribuído geralmente a embaraços pecuniários²⁰⁶.

Ele era professor de música. Sua morte causou impacto, algo perceptível na publicação de seu suicídio, especialmente na frase: “é lamentável”. Era uma morte que comovia a sociedade em razão de seu pertencimento a camadas abastadas. Ao indagar o que teria levado esse indivíduo a cometer tal ato, o colunista afirmava que a motivação advinha de problemas financeiros. Houve a construção de um enredo em torno do suicídio de Kilier, revelando a sua notoriedade. O poder (condição social favorável), em alguns casos, se apropriava da morte, construindo mártires e heróis, definindo aqueles que mereciam ter sua história contada²⁰⁷.

Os impressos analisados eram direcionados a um público distinto: foram escritos para uma elite branca e masculina. Devido a esse fato, existia uma centralidade desse estereótipo de personagem nas publicações. Os suicidas que tiveram a sua história revelada e detalhada refletiam o perfil dos próprios leitores dos jornais. Continuaremos a análise da morte do professor de música:

Ontem 16 do corrente, pelo meio dia, na barca que saiu da corte para Niterói, chegando ao meio da baía pouco mais ou menos, lançou-se ao mar um passageiro, que no momento disseram se chamar de Kilier, o qual trajava bem, deixando antes de lançar-se ao mar: chapéu, relógio, guarda chuva e uma carteira contendo 9\$000 reis em notas e mais alguns papéis, o que foi entregue ao subdelegado de Niterói. Foi

206 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 mai.1848. p.02

207 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006.

imediatamente lançado ao mar o bote da barca, a fim de salvá-lo, se fora possível, e aproximando-se ao indivíduo que ainda boiava, este deixou-se ir para o fundo²⁰⁸.

A metodologia adotada nesse suicídio se diferenciava da escolhida por outros homens brancos pertencentes à elite. Ele optou por mergulhar — da vida para a morte. A maioria dos suicidas, em condições financeiras semelhantes, preferia métodos rápidos e eficazes, possíveis graças ao poder aquisitivo, deliberavam pelo uso de armas ou veneno. Kilier, porém, escolheu partir de forma diferente. A morte no mar era marcada pela inexistência de uma sepultura. Em muitas culturas, morrer sem terra significava tornar-se uma alma penada. No interior do Brasil, rezava-se constantemente pelas “almas das ondas do mar”, ou seja, aqueles que morreram afogados²⁰⁹.

Em alguns casos, encontramos relatos sobre o terror de morrer afogado. O negociante carioca Joaquim Luís de Araújo, que frequentemente viajava para Portugal, deixou registrado, em seu testamento de 1823, o pavor que sentia diante da possibilidade de morrer no mar. Em seus escritos, afirmava que esperava, na misericórdia divina, morrer em terra. Passados três anos, ironicamente, ele morreu afogado no mar. O motivo desse temor estava ligado à crença na necessidade de ser sepultado em solo sagrado²¹⁰.

Quem seria Kilier? Um professor, um artista, um homem que rompeu com as imposições sociais e religiosas. Ele deixou tudo de valor para trás, seus objetos mais preciosos, e lançou-se nas águas da Baía de Guanabara. Escolheu uma morte sem sepultura. Despediu-se desse mundo de uma forma distinta daquela habitualmente adotada pelos de sua classe social. Não buscou a eficácia, nem recorreu aos meios letais e rápidos: mergulhou, literalmente, da vida para a morte.

No gráfico a seguir, utilizaremos uma amostragem do *Diário do Rio de Janeiro*, com 28 casos de suicídio de indivíduos con-

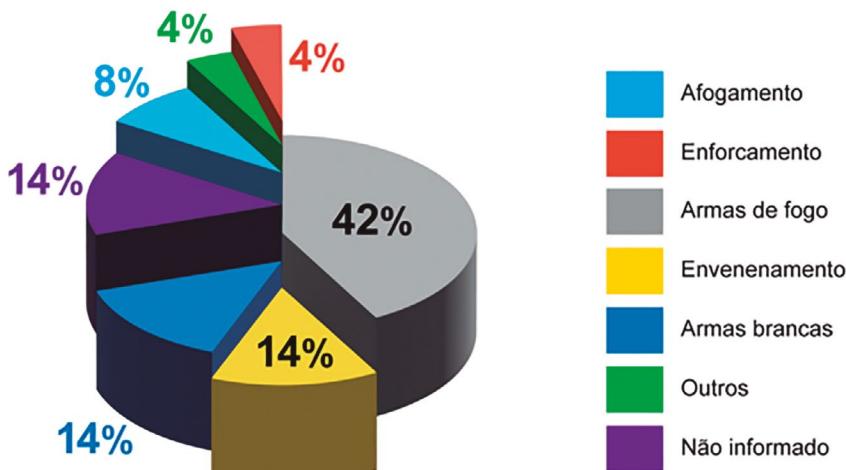
208 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 mai.1848. p.02

209 REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

210 REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

siderados brancos e os meios utilizados por eles para cometer suicídio (%).

Gráfico 10: Métodos utilizados para cometer suicídio por brancos (%).



Fonte: Diário do Rio de Janeiro (1838–1850)²¹¹.

Quando analisamos os casos publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, percebemos que o método mais utilizado pelos indivíduos considerados brancos era a morte por armas de fogo, presente em 42% dos casos. Em seguida, encontramos a utilização de armas brancas e do envenenamento, com 14% cada. Os casos de enforcamento representavam 4%, enquanto os de afogamentos correspondiam a 8%. Suicídios considerados “barateados” eram os menos utilizados por esses indivíduos.

O método escolhido pelo suicida revelava aspectos sobre sua condição social e simbólica. Em uma publicação no *Diário do Rio de Janeiro*, encontramos a história de Antônio Rodrigues Coelho, um comerciante que se suicidou em casa.

Temos de deporar mais um ato de desesperação. O senhor Antônio Rodrigues Coelho, maior de 50 anos, negociante muito creditado, morador da Rua detrás do

²¹¹ Amostragem *Diário do Rio de Janeiro* (1838 a 1850): foram separados 28 casos de suicídio de indivíduos considerados brancos sobre os meios utilizados para se cometer suicídio (%).

Carmo, suicidou-se hoje as 9 para as 10 horas da manhã, em sua casa, com um tiro de pistola. O Sr. Antônio Rodrigues Coelho tem desde muito tempo grandes relações comerciais com a cidade de Campos. Pouco antes do acontecimento fatal que deploramos havia o Sr. Coelho pago uma ordem de um de seu correspondente de Campos. O Sr. Coelho era negociante honrado, liso em suas contas, temente a Deus, e ninguém sabe que motivo o levaria a dar-se a si mesmo a morte, que tem sido geralmente sentida²¹².

Antônio Rodrigues Coelho tinha cerca de 50 anos, apresentava boa situação financeira e estabilidade, tanto pela idade quanto pela profissão. Utilizou uma pistola em seu suicídio. Nos grupos mais abastados — como comerciantes e homens de negócios —, as narrativas sobre o autoextermínio costumavam ser marcadas por sentimentalismo. A matéria se iniciava com a frase: “Temos que deplorar” e terminava com: “a morte, que tem sido geralmente sentida”. Uma morte para ser lamentada e ser sentida era aquela que ressoava nos seios “da boa sociedade”. Sua partida foi rápida, revelando a eficiência do método escolhido. O controle e o poder manifestavam-se, assim, por meio de uma espécie de seletividade, refletida até nas escolhas de como suicidar-se²¹³.

Como veremos nos casos analisados a seguir, ambos de 1847, a morte e o tipo de metodologia escolhida pelo suicida impactavam o seu grupo social em vida.

Suicidou-se anteontem, tomado uma porção de sublimado corrosivo, o senhor Luiz Manoel de Azevedo, empregado na casa da moeda²¹⁴.

Suicidou-se com uma porção de veneno o Senhor José Maurício de Oliveira Maciel, depositário geral. Consta-nos que tendo o veneno produzido um efeito imediato, debalde foram os esforços da medicina. Não sabemos ao certo o motivo que levará a esse infeliz a cortar o fio de sua

212 Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 28 jan.1845. p.02.

213 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006.

214 Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 18 fev.1847. p.02.

existência, porém se nos diz que não fora outro se não atraso em seus negócios²¹⁵.

No primeiro caso de suicídio, temos Luiz Manoel de Azevedo, empregado na Casa da Moeda. Um indivíduo economicamente produtivo, pertencente a camadas mais inferiores economicamente. O relato sobre sua morte apresentava uma escrita pobre e informações limitadas. No segundo caso, o de José Maurício de Oliveira Maciel, depositário-geral que cometeu autoextermínio por envenenamento, observamos um maior detalhamento dos fatos. Em 14% dos casos, os suicidas que optavam pelo envenenamento eram indivíduos brancos e pertencentes à elite²¹⁶. Houve indagações sobre as motivações de Maurício Maciel; o jornalista atribuía o ato a problemas financeiros. O suicídio foi julgado moralmente, quando, na matéria, ele foi denominado como infeliz.

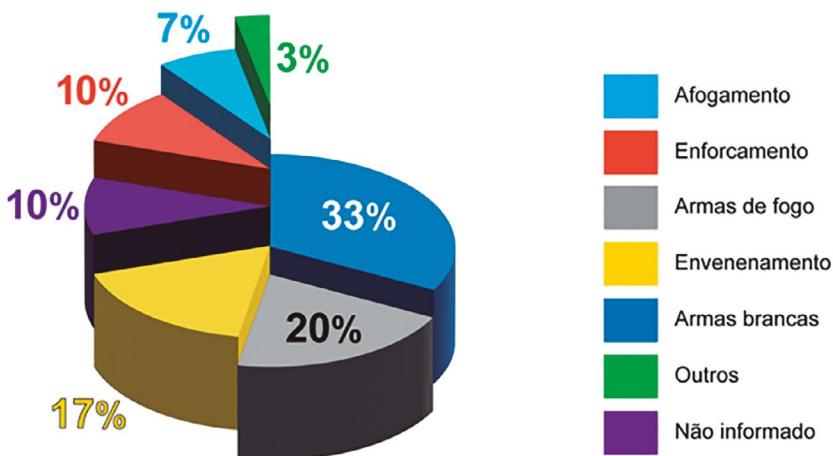
Em geral, emoções eram expressas quando se tratava de indivíduos pertencentes à “boa sociedade”. Sentimentos como perda, luto ou mesmo ofensas ao suicida remetiam à ideia de biopolítica (uma das políticas da morte) e atrelava-se à preservação da vida dos indivíduos devido ao lugar social²¹⁷. No próximo gráfico, trabalharemos os métodos por brancos para cometer suicídio, sob a perspectiva do *Jornal do Comércio*. A proposta será utilizar-se de outra amostragem, a fim de perceber se havia mudança significativa nas informações veiculadas pelos periódicos.

215 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 17 dez.1847. p.02.

216 Ver gráfico 11: Métodos utilizados para cometer suicídio por brancos (%), p.119.

217 LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012.

Gráfico 11: Métodos utilizados para cometer suicídio por brancos (%).



Fonte: *Jornal do Comércio*. (1830–1850)²¹⁸.

O *Jornal do Comércio* revelava algumas mudanças quanto aos dados: o suicídio por armas de fogo representava 20% dos casos, ocupando o segundo lugar e indicando uma redução em relação ao *Diário do Rio de Janeiro*, onde esse método correspondia a 42%. O suicídio por envenenamento aparecia em 17% dos casos, ficando como o terceiro método mais utilizado — percentual próximo ao encontrado no *Diário do Rio de Janeiro*, que registrava uma incidência de 14%.

No *Jornal do Comércio*, o primeiro lugar foi o suicídio por armas brancas, com 33% dos casos publicados. No geral, quando um branco escolhia um método, optava por armas brancas devido à acessibilidade. Eram objetos de fácil obtenção e comuns no cotidiano. Os que recorriam à navalha ou a outros instrumentos cortantes, em sua maioria, eram indivíduos brancos de camadas inferiores economicamente e sem prestígio social. Como podemos ver na fonte a seguir, retirada do *Jornal do Comércio*, em 1839, sobre os chamados “assassinos da caqueirada”.

²¹⁸ Amostragem *Jornal do Comércio* (1830 a 1850): foram separados 30 casos de suicídio de indivíduos considerados brancos sobre os meios utilizados para se cometer suicídio (%).

Albino José Pereira, levantou logo a Navalha para seguir-lhe o exemplo: mas o golpe, que deu em si, foi pequeno e não mortal. Deitou-se, e assim permaneceu até meia noite. Há essa hora precipitou- a queixar-se que a morte vinha muito lentamente às dores da ferida o dilacerarão; porem falecia-lhe a coragem de consumar o suicídio. Considere-se esse jovem de 25 anos no albor da idade, cheio de vida, oscilando entre os instintos de conservação e o desígnio de destruir-se (...). Enfim reúne todas as suas forças, e abre com tamanha fúria aferida, que quase separa a cabeça do tronco.²¹⁹

Em 1839, os prisioneiros Albino José Pereira, José Martins Carlos e José Vicente Gonçalves suicidaram-se na cadeia de Lages, no Rio de Janeiro. Eles faziam parte de um famoso grupo de assaltantes na urbe carioca, chamado Caqueirada — denominação recebida após um assalto na Ilha da Caqueirada, localizada na Baía de Guanabara. Os três invadiram a residência de Antônio Gonçalves Liberal, soldado da antiga guarda de honra do primeiro imperador. Houve uma tentativa de reação por parte de Liberal, que atirou com a espingarda no chefe da quadrilha, o José Carlos Martins; contudo, a vítima do assalto foi morta pelos outros membros do grupo. Um escravo de Antônio fugiu e imediatamente avisou aos habitantes da ilha, que iniciaram a perseguição à quadrilha, que conseguiu fugir.

Posteriormente, os três envolvidos foram presos na cadeia de Lages e acabaram condenados pelo judiciário à pena de morte, pois tinham outras passagens por furtos e crimes anteriores, o que contribuiu para a sentença. Decididos a não serem executados pela justiça, realizaram um pacto para tirar as próprias vidas na prisão. Escolheram a navalha como instrumento: um objeto de fácil acesso, pequeno, discreto e de baixo custo. A utilização desse método revelava, na maioria dos casos, que eram indivíduos inferiores economicamente e precisavam de uma morte menos elaborada, geralmente não premeditada e associada ao desespero do momento. É o que podemos ver nas fontes apresentadas a seguir: a primeira, retirada do *Jornal do Comércio*, re-

²¹⁹ Sem nome, Os Assassinos da Caqueirada. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 08 fev.1839. P.02

trata a tentativa de suicídio de Marcolino — uma tentativa sem sucesso; a segunda, extraída do *Diário do Rio de Janeiro*, trata do suicídio de José de Souza Peixoto.

Na freguesia de Sacramento foi recolhido ao hospital da Santa Casa de Misericórdia Marcolino de Souza Maciel, por se ferir com navalha com a intenção de se suicidar.²²⁰

Na freguesia de São José suicidou-se com uma navalha de barba, José de Souza Peixoto.²²¹

Marcolino de Souza Maciel feriu-se com uma navalha em sua tentativa frustrada de autoextermínio. Foi encaminhado à Santa Casa de Misericórdia. Sobre o caso de José de Souza Peixoto, encontramos uma restrição nas informações divulgadas: sabe-se apenas que utilizou uma navalha e, por meio dela, concretuiu sua vida. Ao analisarmos esses dois episódios, adentramos em um silêncio profundo, sustentado por informações rasas. A navalha era a marca social desses suicidas; o método, a expressão de desigualdade que subsistia à morte²²². Os relatos de suicídio foram noticiados sem detalhes, sem espaço para uma narrativa individual. Concluímos que esses suicidas não possuíam uma posição social privilegiada — ainda que fossem brancos, pouco se relatou sobre eles: apenas o nome, o local e o método utilizado.

No caso dos assassinos da Caqueirada, houve uma repercussão. Eram assaltantes que resolvaram atentar contra a própria vida, impedindo que a pena de morte lhes fosse aplicada. Em todo ato suicida existia uma dimensão que se projetava sobre uma esfera de poder: ele era sempre contra algo ou alguma coisa²²³. No caso desses suicídios, para os assassinos da Caqueirada, matar-se antes da execução a pena de morte representava uma forma de revolta contra o sistema.

No gráfico a seguir, analisaremos os métodos de suicídio sob a perspectiva dos relatórios policiais. A proposta será per-

220 Repartição da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 09 jun. 1848. p.02.

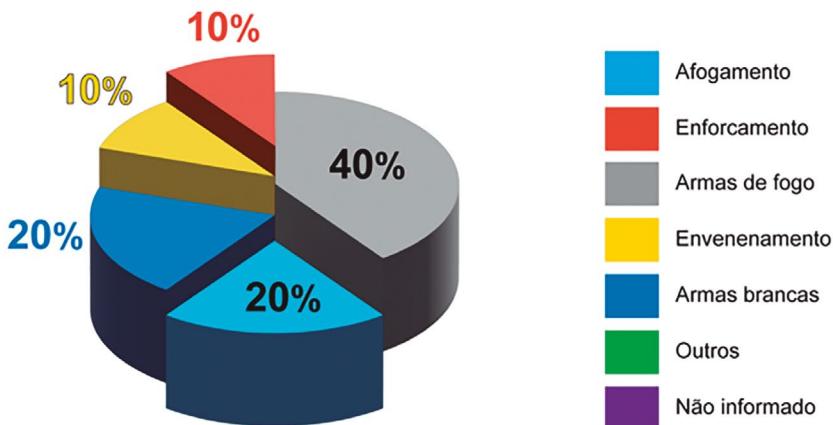
221 Repartição da Polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1847. p.03.

222 MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Publicações Europa América, s/d, 1988.

223 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006.

ceber se houve mudanças, a partir dos relatórios da Polícia da Corte, em relação às notícias dos jornais, averiguando a metodologia escolhida para o autoextermínio.

Gráfico 12: Métodos utilizados para cometer suicídio por brancos (%).



Fonte: Arquivo Nacional – Relatórios da Polícia da Corte²²⁴.

Ao investigarmos a documentação do arquivo, percebemos que os suicídios por arma de fogo correspondiam a 40% dos casos; os afogamentos, a 20%, ocupando o segundo lugar; e o envenenamento aparecia em terceiro, com 10%. A principal mudança observada foi o aumento de casos de afogamento, que passou a ocupar a segunda posição. No arquivo, encontramos 10 ocorrências desse tipo, enquanto no *Jornal do Comércio* e no *Diário do Rio de Janeiro* havia 30 casos em suas amostragens.

Em muitas culturas, as crenças diziam que os mortos continuavam a existir em um mundo de sombras, reproduzindo as condições terrenas²²⁵. Assim, a forma de suicídio exprimia também a posição social do indivíduo em vida. Quando analisamos os suicídios de negros e africanos, observamos que o enforcamento era a primeira escolha, seguido pelo afogamento, um dos

224 Amostragem retirada dos Relatórios da polícia da Corte (Arquivo Nacional) entre 1833 a 1850. Foram separados 10 casos de suicídio de indivíduos considerados brancos sobre os meios utilizados para se cometer suicídio (%).

225 RODRIGUES, Claudia e LOPES, Fábio Henrique. *Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

métodos mais recorrentes. Nos suicídios de brancos, existiam dois grupos de suicidas distintos: os de alto poder aquisitivo, que escolhiam as armas de fogo ou envenenamento; e os de baixo poder aquisitivo, que optavam pelas armas brancas. A forma de partir refletia, portanto, os mecanismos de ordenação econômica e social²²⁶. A morte, nesses casos, tornava-se a manifestação última do social e do econômico — um ato de resistência, de política e de poder.

3.3 - O suicida exterior: entre o estrangeiro e o personagem

Ontem suicidou-se asfixiando-se uma francesa chegada ao Rio de Janeiro, não há ainda quinze dias, de nome Henrique Maura, moradora na rua dos Ouvires, nº 52. Esta infeliz casou-se em Talosa com um Francês que partia para o Brasil, deixando-a em companhia da sua mãe. Henrique Julgou de seu dever acompanhar o marido, e veio também para o Brasil. Chegando aqui ao Rio de Janeiro, foi de novo abandonada por seu marido, que, a pretexto de não achar em que se ocupasse, foi para a província de Minas²²⁷.

Eram muito comuns, nos jornais, os relatos de suicidas estrangeiros, geralmente ancorados de enredos trágicos que enfatizavam o drama dessas mortes. As matérias eram ricas em detalhes e procuravam expor todas as faces dos casos. No trecho a seguir, seguiremos com a história de Henrique Maura, publicada pelo *Jornal do Comércio*, em 1839.

A desgraçada Francesa entrou para a loja de Modas de madame Elise, onde ganhava pouco, não podendo subsistir com o módico salário que lhe davam. A miséria e o abandono de seu marido a levaram sem dúvida à extremidade de suicidar-se. (...) comprou o papel e voltou para casa: fechou-se em seu quarto como se faltasse ao trabalho (...).

²²⁶ RODRIGUES, Claudia e LOPES, Fábio Henrique. **Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

²²⁷ Suicídio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 08 nov.1839. p.02.

Desconfiaram os vizinhos e sentindo cheiro de carvão
trataram de arrombar a porta. Já era tarde²²⁸!

Henriqueta, nossa personagem, apesar de branca, pertencia às camadas inferiores economicamente. Imigrante, havia sido abandonada pelo marido e levava uma vida marcada por privações financeiras. Sua rotina se resumia ao trabalho em uma loja de modas pertencente a Madame Elise. Ao analisarmos o seu autoextermínio, percebemos a existência de um padrão na construção de sua imagem enquanto personagem. Seu suicídio, embora criminalizado em alguns trechos, através de adjetivos como infeliz e miserável, recebeu também um tratamento narrativo cuidadoso, com descrições minuciosas e detalhadas sobre sua morte.

Percebe-se, nesse caso, uma política de valorização da vida que coexistia com a criminalização do ato. Sobre a sua história de autoextermínio, encontramos a justificativa detalhada, mas também uma condenação moral evidente, quando a chamaram de “desgraçada”. Essa criminalização do suicida remetia a um contexto pedagógico, no qual a “rejeição social” ao autoextermínio funcionava como instrumento de controle e imposição de valores — uma política de preservação da vida por meio da normatização do comportamento.

Ao prosseguir na análise de sua história, encontramos elementos significativos que ajudam a compreender por que seu suicídio foi narrado com tamanha riqueza de detalhes. Seu suicídio, encontrava-se narrado em um conjunto de três cartas.

A infeliz Henriqueta Maura já não existia. Foi achada deitada em sua cama, em camisa, coberta e com um fogareiro de carvão parte consumido e parte ainda aceso dentro do pequeno quarto (...). Foram achadas três cartas uma com a data de 29 de outubro escrita a sua mãe na França, na qual ela se mostrava arrependida de ter vindo ao Brasil. (...) Outra para Mr. Cross, morador na Rua Ouvires, datada de seis de novembro, pedindo-lhe que mandasse a carta a sua mãe, e não lhe dissesse como morrera, assim como para seu

²²⁸ Suicídio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 08 nov.1839. p.02

marido, para quem era a terceira carta, na qual lhe perdoava quanto lhe tinha feito e lhe pedia que não esquecesse sua mãe e mandasse o que lhe prometera²²⁹.

O lamento de Henriqueta ressoava em suas cartas. Apesar de imigrante e com baixo poder aquisitivo, a sua história foi contada detalhadamente no jornal. O que permitiu tamanha profundidade em seu relato de suicídio foram justamente suas cartas. Ela era letrada e, mesmo em meio à pobreza, deixava transbordar sua voz em cada traço escrito. O adeus do suicida se enunciava por meio de bilhetes e cartas — tentativas de realização e justificação expressas na escrita pessoal. Esses registros revelavam a decepção de quem não alcançara a felicidade idealizada e socialmente padronizada²³⁰. E por meio desse espaço íntimo que a escrita possuía, um território de confissão e resistência, tínhamos a oportunidade de mergulhar profundamente na subjetividade da personagem.

Henriqueta Maura encontrava-se em estado de desespero. Em sua primeira carta, dizia-se infeliz e arrependida de ter vindo ao Brasil. Na segunda, pedia ao vizinho que entregasse uma correspondência à mãe e que não mencionasse a forma de sua morte. Na terceira, ela dizia que perdoava o marido e lhe cobrava a ajuda financeira prometida à sua mãe. A carta de suicídio estava atrelada ao sentimento de vivacidade, era um testamento simbólico deixado àqueles que permaneciam vivos. No trecho a seguir, ao prosseguirmos o estudo de seu relato, encontraremos novos detalhes sobre sua aparência e idade, além de detalhes sobre seu enterro.

(...) Henriqueta Maura teria 34 anos, de feições muito regulares, cheia de corpo e alta. A miséria desta infeliz obrigou a Sociedade Francesa de Beneficência a fazer-lhe o enterro²³¹.

229 Suicídio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 08 nov.1839. p.02.

230 LIMA, Frederico Osanam Amorim, achei que a hora era essa: O suicídio nas cartas de adeus. *Revista História e Estudos Culturais*, Piauí, v. 12, ano XII, n°2, 2015

231 Suicídio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 08 nov.1839. p.02

Ao analisarmos o suicídio dessa estrangeira, percebemos que Henriqueta era jovem, tinha uma descrição física, uma família, um trabalho, um endereço e uma justificativa detalhada para o ato, todos registrados no jornal. Existia uma construção narrativa em torno do personagem que, embora criminalizada por meio de adjetivos como “infeliz” e “miserável”, tivera a sua história contada minuciosamente.

Em primeiro plano, vemos uma mulher que não alcançou o padrão de felicidade idealizado: abandonada pelo marido, mal remunerada em seu trabalho e sonhadora quanto ao retorno à terra natal. A frustração de seus sonhos se torna o fio condutor de sua trajetória. Em segundo plano, encontramos uma figura que, mesmo à beira da morte, expressava culpa e desejava poupar a mãe da vergonha pública — criminalizando, ela própria, o ato que cometaria. Ter poder sobre a própria vida não significava ser insensível aos que amava. E em terceiro, finalizamos a análise com a carta de despedida para o marido, o principal motivo que a levou a cometer o suicídio. Nela, Henriqueta o perdoava e cobrava o cumprimento da ajuda financeira prometida à mãe.

A publicação foi tão detalhada sobre a vida da estrangeira, que ela parecia reviver após o conteúdo de suas cartas ter sido publicado no jornal. Os detalhes da sua vida foram noticiados minuciosamente; tínhamos o seu endereço na Rua do Ouvires, a loja de Modas Madame Elise, local onde trabalhava, e o cenário cotidiano que nos permite compreender melhor suas motivações. Seu casamento falido e o abandono a conduziram ao desespero final. Somava-se a isso a miséria financeira, que a sufocava. Sua origem humilde transparecia na escolha de um método simples e acessível: a asfixia pela fumaça do carvão. Foi essa fumaça que a libertou de uma vida amarga e a colocou nas páginas do *Jornal do Comércio*. O enterro de Henriqueta, segundo o próprio periódico, tornou-se uma obrigação infeliz para a Sociedade Francesa de Beneficência — um último gesto público de compaixão e desconforto diante de uma vida que, mesmo em sua morte, expunha as fissuras da sociedade.

Nem em sua “vida póstuma” os suicidas eram poupadados. Não lhes era concedida sequer uma segunda chance, pois, ao disporrem da vida, que não lhes pertencia de acordo com o pen-

samento dominante, anulavam-se enquanto indivíduos e perante o meio social. A vida era uma propriedade da sociedade, alicerçada em pensamentos religiosos e morais sobre o além-túmulo. A morte, por sua vez, permanecia como algo assustador, inevitável, e fora do domínio humano. Controlar e planejar a própria morte significava romper uma regra geral em todas as sociedades: a imprevisibilidade da morte. Os suicidas eram privados de uma “boa morte”, eram recriminados, perdendo o seu direito aos ritos fúnebres e reduzidos à condição de desonra. Apesar de não poderem ouvir os insultos que lhes eram dirigidos, suas histórias permaneciam como advertência pedagógica aos vivos: o suicida era um louco, miserável e infeliz diante de todos.

A criminalização do suicídio operava, assim, como um mecanismo de controle sobre os corpos e os comportamentos — uma forma de dissuadir os futuros suicidas. A ideia do controle sobre a morte e a constante evolução da medicina estimulou esse domínio social da vida e sobre aqueles que tentam despor-se da própria existência.

Concluindo essa discussão: até onde iria, afinal, a nossa liberdade? Ser livre não implicaria também o direito de decidir quando e como encerrar a própria vida? A sociedade cercearia a nossa autodeterminação da vida ao ponto de reter a todos aqueles que reivindicam essa liberdade. No recorte, abaixo, retirado do *Jornal do Comércio*, em 1841, analisaremos o caso do General Lavalle, cujo corpo, após o suicídio, foi ocultado por seus soldados.

Acreditava-se nestas últimas semanas que a notícia da morte do general Lavalle era inteiramente falsa; correu, porém de novo, nestes dias, que Lavalle, com efeito, se suicidou; que seus soldados ocultaram em umas brenhas o seu cadáver para que não fosse profanado, e que depois voltou o general Pedernera de Bolívia, desenterrou o corpo e o levou²³².

Lavalle suicidou-se, e seus soldados, com objetivo de evitar a profanação do corpo do general, ocultaram o cadáver, encenaram uma farsa e realizaram o enterro clandestinamente. Esse suicídio foi explorado nos jornais brasileiros. O que nos levou a

232 Notícias Estrangeiras. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1841, p.01.

perceber o interesse do leitor desses periódicos sobre os suicídios ocorridos no exterior. Havia um enredo, no qual, buscavam se apropriar da tragédia e a transformavam em mercadoria.

Nem todos os mortos, contudo, possuíam o direito à sepultura eclesiástica e aos ritos funerários adequados. Os suicidas se enquadravam como os excluídos do mundo funerário: não eram considerados dignos nem em vida, tampouco após a morte. Invisibilizados enquanto vivos, deveriam desaparecer completamente depois de mortos. Eram uma memória que a sociedade tentava apagar. No caso a seguir, temos o suicídio do Sr. Praslin, publicado em 1847 no *Courrier de L'Europe* e, posteriormente, no *Jornal do Comércio*. Esse suicídio refletia um processo de criminalização do suicida pela sociedade.

O Sr. Praslin morreu hoje às 5 horas na prisão do Luxemburgo. A causa desta morte foi reconhecida e verificada pelos homens da arte. E com arsênico tomando doses consideráveis que se envenenou o Sr. Praslin, no momento em que os indícios se tornavam bastante graves para necessitarem a sua prisão e a sua acusação. Os abundantes vômitos que ele teve desde a tarde de quarta-feira e no dia de quinta feira. Parece que só demoraram o efeito do veneno, o qual depois de suspenso na sexta-feira e no sábado continuou no domingo com toda a sua força²³³.

A fonte relatou que, após uma tentativa de envenenamento, ele foi submetido a interrogatório, no qual se confirmou a tentativa de suicídio. Ele foi penalizado com a cadeia, apesar das sequelas e de seu estado deplorável, em consequência de seu ato. A morte advinha de uma miscelânea de fatores construídos socialmente, sendo uma junção do social, político e econômico.

Comumente era negado o túmulo ao suicida, ao africano e ao negro escravizado era negada a lápide social. A invisibilidade dessas mortes tornava-se evidente nas páginas dos jornais, repletas de matérias sobre autocídios estrangeiros e de homens livres. Apesar da ausência de uma lápide física, os suicidas que despertavam o interesse dos periódicos não morriam social-

²³³ Courrier de L'Europe. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 out. 1847, p. 01.

mente: possuíam uma identidade, e não eram invisibilizados pela sociedade e seus veículos de comunicação. Suas histórias eram instrumentalizadas como exemplo, um mecanismo de controle sobre a vida, alimentando a curiosidade dos leitores e reafirmando hierarquias sociais.

Um dos casos mais excêntricos foi o suicídio do alemão Rummers, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 1841, com a matéria intitulada “Suicídio Singular”.

Um membro de família alemã dos Rummers, terminou ultimamente seus dias depois de ter consagrado a sua vida à uma mania singular. Havia vinte anos que ele mandava fazer todos os seis meses um esquife novo. O que ele provava e nunca achava do seu gosto (...). O alemão lançava mão do esquife, e o arrojava ao chão. Não é isso que eu quero; está largo, está comprido, enfim molesta-me as costas. Finalmente 12 marceneiros tinham sucessivamente trabalhado para este maníaco sem o contentar. O último empregado tendo trabalhado melhor, o alemão anunciou, que morreria satisfeito; e depois de tomar veneno convocou os seus amigos, que o acharam muito contente, por enfim ter comprado, segundo dizia um esquife a sua vontade²³⁴.

No relato, enxergamos uma ritualística anterior ao autoextermínio de Rummers. Para o alemão, sua morte deveria ser singular e atender às suas demandas ritualísticas. Os ritos fúnerários, na maioria das culturas, funcionavam enquanto um ato simbólico de desligamento dos mortos dos domínios dos vivos²³⁵. Apesar de não se preocupar com o suicídio, ele se preocupava com os ritos. Havia a ideia de controlar a partida, ao seu modo, rompendo com o pacto social da morte. Ao planejar os detalhes e suicidar-se, ele enfatizou a construção de um personagem disfuncional e caricaturado. O alemão foi chamado de maníaco no jornal, pois a sua morte tendia à loucura. A sepultura e a sua obsessão pelo esquife perfeito remetiam à ideia de sobrevivência após a morte, ligada a uma noção de memória coletiva.

234 Suicídio Singular. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 out. 1841, p.01.

235 MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Publicações Europa América, s/d, 1988.

O jornal o definiu como louco e insano. Ele possuía prestígio social e recursos financeiros. A quantidade de esquifes reprovados, toda a necessidade de perfeição, nos fez pensar sobre quem seria esse alemão. Ele buscava algo além da sua morte, ou seja, perpetuar sua consciência após sua partida, desligando-se deste mundo, com todo o requinte de uma morte planejada. O que podemos perceber sobre ele é a sua notoriedade que, por sua vez, fez com que sua história fosse contada. O seu suicídio, foi considerado singular e narrado de uma forma a desqualificá-lo enquanto indivíduo, reduzindo-o a um maníaco. Durante vinte anos, a sua morte foi arquitetada minuciosamente em detalhes. Alguém fora de si, não teria todo esse requinte com a sua morte.

A proposta era criminalizar o suicida. A política de preservação da vida pregava o não abandono dos suicidas, que eram constantemente usados como exemplo daquilo que não deveria ser feito²³⁶. A utilização das histórias como um exemplo a não seguir, implicava, paradoxalmente, na sobrevivência delas.

Na fonte descrita adiante, temos a história de um caixeiro-viajante que se lançou de uma janela, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* em 1838.

Ontem pelas 8 horas do dia um caixeiro da loja de fazenda da Rua dos ouvires, esquina da rua do hospício, lançou-se à rua de uma das janelas da casa do amo que assiste em um segundo andar na mesma Rua dos Ouvires. O infeliz caiu de cabeça para baixo e expirou logo. Na véspera, sendo ele chamado para cear, não quis; e como se estivesse a beber muita água, um caixeiro pequeno disse ao amo, o qual chamou médico, conheceu que ele tinha se envenenado; porém, como o acudiram a tempo, foi salvo do perigo, tendo assistido toda a noite pelos facultativos; de manhã aproveitou ele um momento de descuido, e consumou os planos de sua mente alienada; sim, alienada: só a loucura pode produzir resultados tão tristes. Dizem que isto fora o efeito de uma paixão criminosa; não sabemos si é exato²³⁷.

236 LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012.

237 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18 set. 1838, p.02.

O caixeiro-viajante não tinha identificação; entretanto, possuía uma história a ser contada. Ele tentou se suicidar duas vezes. Na primeira, optou pelo envenenamento e foi resgatado por seu amo. Na segunda, lançou-se de cabeça do segundo andar. Os casos de suicídio de estrangeiros ocupavam diversas publicações nos jornais. Não eram relatos simples, mas ricos e detalhados. Nesse caso, encontramos a ausência de uma informação: o nome dele não foi citado. Temos alguns adjetivos que, ao mesmo tempo, o denominam e criminalizam²³⁸. Chamando-o de infeliz e alienado, ao longo do relato definiam seu suicídio como uma paixão criminosa. Inicialmente, ele tentou se envenenar. Demonstrava sinais de apatia, recusava-se a alimentar-se. Ao perceberem esse padrão de comportamento, chamaram um médico e mantiveram uma vigília sobre ele. Aproveitando o momento de distração dos que o vigiavam, ele atentou contra a própria vida.

Ao desmoralizar o suicida, a sociedade evitava outras tentativas de suicídio. Havia uma preocupação em impedir que o pacto social de preservação fosse rompido. E se, para esse fim, houvesse a desmoralização do suicida, era objetivando poupar a vida de muitos outros. Existia a necessidade de vigiar e romper qualquer tipo de relação perigosa com os mortos²³⁹. Na sequência, continuaremos com a análise do suicídio do caixeiro-viajante, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, com a justificativa divulgada, dois dias após ao seu suicídio. A chamada da matéria foi intitulada: “Uma explicação”.

No Diário de terça-feira vem uma notícia por nós dada sobre o suicídio de um moço, caixeiro de uma loja na Rua dos Ouvires. No fim desse pequeno artigo nós, referindo-nos ao que nos constava, dissemos que tinha sido efeito de uma paixão criminosa: atenda-se, nada asseguramos, porque nada sabíamos ao certo. Agora, melhor informado, sabemos com certeza que tal paixão criminosa nunca existiu, que

²³⁸ LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012.

²³⁹ LIMA, T. A. *De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais)*. Anais do Museu Paulista, V. 2. São Paulo: 1994 p. 87-150

esse moço era dotado das melhores qualidades, e por consequência incapaz de manchar-se com ações indignas; e tanto ele, quanto as pessoas, com quem se relacionava eram da maior probidade²⁴⁰.

A história publicada anteriormente sobre o suicídio do caixeiro-viajante o colocava em posição de humilhação e o criminalizava. Posteriormente, encontramos uma continuidade da matéria, intitulada “A explicação”, na qual o jornal se retratava sobre as palavras ditas na matéria anterior. A alegação de que seu suicídio era motivado por uma paixão criminosa foi uma das retratações: nela, eles afirmavam que não sabiam ao certo e que a tal paixão criminosa nunca existiu. O indivíduo teve a sua imagem restaurada por meio da publicação de adjetivos positivos, tais como: dotado das melhores qualidades, de maior probidade. Podemos supor que a mudança repentina no tratamento de seu suicídio foi devido a algum ente querido ou alguém que o conhecia, exigindo uma retratação sobre a imagem difamada após a sua partida proposital.

Para que uma morte fosse considerada aceitável, ela deveria ser tolerada pelos sobreviventes²⁴¹. O suicídio não era tolerável socialmente; por isso, existia uma construção negativa ao redor do suicida e do enredo de sua morte. Se existia uma política que preservava a manutenção da vida, o suicídio provava a sua inoperância. Havia uma desmoralização do suicida nos jornais — as fronteiras entre o público e o privado, em sua maioria, eram estilhaçadas. Provavelmente, alguém ligado ao caixeiro-viajante, no privado, exigiu a reparação da imagem do morto, no plano público²⁴².

Prosseguiremos, na análise da fonte anterior, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*.

Podemos assegurar que os motivos que o levaram a se suicidar não o desonraram; ele foi vítima de um brio funesto,

240 Uma explicação. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 set. 1838, p.02.

241 ARIÈS, Philippe. *História Da Morte No Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

242 LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012

que, quanto a nós, toldou-lhe a razão: era ótimo filho, e ótimo irmão. Este moço há três anos estava no Brasil. Aqui chegando ele supôs que talvez a fortuna, o bafejaria tão lisonjeira quanto tem sido para com outros. Sua família era precisada, ele a socorreu com algumas quantias, que estavam além de suas forças, e por isso se atrasou muito. Casou-se uma irmã sua; e ele reprovou esta união, porque não lhe parecia boa; mas apesar disto socorreu-a, porque, já dissemos a família era necessitada. Depois disso ele teve uma grande moléstia, que o atrasou muito. Tudo isto reunido, tinham lançado a melancolia no seu gênio minimalista apreensivo: com ele procurasse disfarçar o seu estado moral, toda via se percebia que seu espírito vivia agitado²⁴³.

Durante todas as publicações anteriores, percebemos a ausência de identidade, revelando o descaso na descrição das informações veiculadas. Ele era estrangeiro e de origem humilde. A manipulação dos dados, as ofensas utilizadas ao descrevê-lo revelavam o seu grau de importância. A morte era estratificada²⁴⁴. Por isso, seu suicídio foi relatado sem sentimentalismo ou comoção, sendo associado, ao longo da matéria publicada, ao desequilíbrio mental²⁴⁵.

Quando inferimos sobre a retratação, falamos de possíveis familiares — que, ironicamente, apareceram descritos na segunda matéria publicada. Ele possuía uma família no Brasil que provavelmente exigiu uma retratação. Para a família, a lápide simbolizava a unidade do grupo, em torno da qual vários ritos importantes eram celebrados²⁴⁶. Essa celebração expressava a morte física, e não uma morte social, estabelecendo uma passagem segura para o outro lado. O jornal, ao veicular publicamente sua morte de forma desmoralizante, rompia com a ideia do luto familiar em torno de sua lápide.

Na próxima análise, tentaremos compreender as suas motivações. Anteriormente, ele era um louco, um insano, movido

243 Uma explicação. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 set. 1838, p.02.

244 ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975.

245 LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012.

246 RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006.

por uma paixão criminosa. Na segunda matéria, porém, os motivos tornaram-se justificáveis, ganhando um enredo descritivo e uma comoção visível. Sua história foi relatada de maneira comovente e com várias justificativas: de problemas familiares aos financeiros. Podemos perceber, assim, uma ressignificação desse suicida na nova publicação e uma busca por justificar seu auto-extermínio, em vez de julgá-lo.

No dia anterior ao suicídio ele falando com um sujeito, com que mantinha uma amizade particular, esteve a se queixar de seus infortúnios e atrasos, e mostrava-se possuído de grande aflição; mas depois habilmente fingiu disfarçar: Eis ao que se pode atribuir o acontecimento trágico, que terminou seus dias. Este jovem, infeliz amava a honra, e entendia que não devia sobreviver à posição, em que se achava posição que ele dizia ser má. Nós devemos esta explicação ao público, porque prezamos sobre tudo a verdade²⁴⁷.

Eles fecham a matéria dizendo que deviam uma explicação aos leitores, inclusive a verdade, sobre o caso. O suicida era condenado antes mesmo de saberem a sua história. No caso anterior, houve uma retratação e uma nova investigação. Esse suicida importava, a sua história precisava ser recontada por meio de uma retratação. O ato suicida suscitava uma explicação ao público e, portanto, era um ato político, pois interferia nas relações familiares e sociais, desestruturando a “lei” de valorização da vida que regia os contornos da convivência social²⁴⁸. A morte do outro se a configurava de forma teórica, e nenhum dos elementos que compunham a paisagem social poderia, de maneira alguma, escapar-lhe²⁴⁹.

Em muitos casos, a classe social à qual pertencia o indivíduo modificava a forma de noticiar o suicídio — como podemos ver no caso do irlandês James, registrado na Glória. Ele tentou suicidar-se fazendo um pequeno ferimento no pescoço²⁵⁰. O sui-

247 Uma explicação. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 set. 1838, p.02.

248 LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012.

249 ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975.

250 Repartição da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1844, p.02.

cídio estrangeiro nos jornais, era marcado pela estratificação²⁵¹: a repercussão e a busca por informações ocorriam, sobretudo, em casos de estrangeiros com recursos financeiros. Podemos inferir que a forma de relatar um suicida mudava com o questionamento de alguém próximo. No caso analisado, percebemos a ausência de informações e detalhamento: só sabemos que ele tentou se matar, causando um ferimento no pescoço e que residia próximo a Glória.

Ao fazermos uma análise sobre o suicídio de James, percebemos que ele pertencia a camadas inferiores economicamente e era um imigrante, provavelmente sem parentes próximos e sem uma motivação considerada digna de ser relatada na publicação do seu autoextermínio. Os motivos da sua morte não importavam. As imagens construídas sobre os suicídios do jornal se diferenciavam, mesmo entre brancos, refletindo grupos sociais distintos e enfatizando suas lutas internas através de uma imagem do que seria real²⁵². Quando se tratava de um indivíduo de uma classe abastada, o relato mudava bruscamente, como no caso a seguir, publicado no caderno de exterior do *Jornal do Comércio*, em 1847. A história do Conde Montesquieu e de seu suicídio ganhou destaque e detalhamento amplos.

Horrores e mais horrores, e sempre nas classes altas. O Conde Montesquieu suicidou-se por não ter outra moeda com que pagar 800 mil francos que perdeu ao jogo²⁵³.

Era possível ver a mudança ao descreverem o suicídio de um membro da nobreza, o Conde Montesquieu. Logo no início da notícia, enxergamos as emoções explicitadas sobre a sua morte, através da frase: “horrores e mais horrores”. Essa era uma morte que gerava comoção e representava um proeminente grupo social. O conde tinha uma motivação para seu autoextermínio: a dívida de jogo. Chegou-se, inclusive, a publicar o valor de sua dívida. Mesmo sendo uma pequena nota, observamos a inten-

²⁵¹ ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975.

²⁵² ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975.

²⁵³ Exterior. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 out.1847, p.02.

sidade dos sentimentos e a valorização do suicida. A morte não passava de uma ideia civil e o suicídio rompia com a regularidade dessa ideia²⁵⁴.

A forma como se escolhia o autoextermínio e os detalhes narrados sobre a partida refletiam a vida e o grupo social dos indivíduos. Outro caso que nos revelou uma mudança na forma de narrar o suicídio, em função da classe social, foi o caso de Frébois Clodomir. Ele era um rico comerciante da Ilha Maurícia, e sua história ganhou destaque nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, em uma matéria intitulada “Tribunais Estrangeiros”. Ele se suicidou, e em torno de sua história se desenrolou um mistério digno de um enredo de suspense.

Há seis meses, pouco mais ou menos; que o senhor Frébois, (Clodomir), rico comerciante da Ilha Maurícia, pertencente aos Ingleses, foi achado em sua casa morto e horrivelmente mutilado. Seu cadáver jazia no chão, sua cara tinha sido inteiramente despedaçada por arma de fogo, e no chão estava a pistola com que fora operado o suicídio. Em cima da mesa, ao lado do suicidado, foi achada a carta seguinte: Estou falido. Um ratoneiro me rouba 25.000 libras esterlinas, só me resta à desonra, e não quero sobreviver-lhe. Deixo a minha mulher o cuidado de distribuir por meus credores os bens que nos restam, e rogo a Deus, aos meus amigos e aos meus inimigos que perdoem a minha morte. Mais um minuto e estarei na eternidade²⁵⁵.

Alguns suicídios ganhavam proporções de verdadeiras novelas nos jornais. O ato em si gerava no público comoção e grande curiosidade. No caso de Clodomir, um suicida estrangeiro, a história publicada tinha como intuito aguçar o interesse dos leitores. Tratava-se de um perfil de suicida e de um suicídio que chamavam a atenção: um estrangeiro, rico e comerciante, que foi roubado e se sentiu lesado a ponto de dispor da própria vida com uma arma de fogo. Existia um apelo emocional destinado a instigar e atrair o público.

254 MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Publicações Europa América, s/d, 1988.

255 (Le Lemps). Tribunais Estrangeiros. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 set. 1840, p.02.

Em uma carta de suicídio divulgada, todo um enredo foi construído. De forma comovente, ele se despediu, justificou seu ato e ainda deixou instruções à futura viúva. Abaixo continuaremos com a análise da matéria publicada sobre Frébois Clodomir.

(...) o senhor Willian Barnet, o principal credor do finado Clodomir Frenois, ouviu às cinco horas da manhã alguém bater em sua porta. Mandou abrir e a sua criada lhe anunciou que um estrangeiro, que tinha o maior interesse em se não dar a conhecer, desejava conversar com ele em segredo. (...) O estrangeiro virou-se e saudou com cortesia. No mesmo instante o senhor Burnett deu um grito agudo. Acabava de reconhecer Clodomir Frenois, seu devedor, a quem vira morto e mutilado e ao funeral ao qual assistira²⁵⁶.

Ao investigarmos essa publicação, deparamo-nos com um suicídio forjado. Praticamente uma novela em meio a essa trama. A morte tornava-se um objeto de curiosidade, e sua inserção nos jornais só enfatizava a sua evolução, ao longo do tempo, no plano cultural²⁵⁷. Ao expor a morte em um plano público, notava-se o impacto sobre o leitor e uma espécie de fascínio e atração pela temática e pelas representações sociais do suicídio. Na fonte apresentada a seguir, daremos continuidade à análise desse caso, digno de uma novela.

(...). Pouco depois, John Moon compareceu perante o tribunal criminal, acusado de furto com abuso de confiança cometido na casa do falecido Clodomir Frenois. Ele sorria com a confiança de um homem que não tem nada que temer. Tendo-lhe o presidente perguntando se confessava o seu crime, respondeu que a acusação era absurda, que para ele ser condenado, se fazia preciso um testemunho, e que nem a viúva do defunto e nenhum outro empregado da casa tinha ouvido falar do pretendido furto (...). Nesse momento abriu-se uma porta, e Clodomir Frenois, o

256 (Le Lempis). Tribunais Estrangeiros. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 set. 1840, p.02.

257 MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Publicações Europa América, s/d, 1988.

suicidado se se adiantou para a barra, fitando o acusado com olhos terríveis²⁵⁸.

A espetacularização em torno do suicídio era comum nos noticiários. A morte se tornou um tema atrativo e um mecanismo cultural de controle²⁵⁹. Existiam suicídios distintos, e nem todos mereciam um destaque. O caso relatado acabou se tornando uma estratégia de Clodomir para revelar um crime de roubo. Ao ser publicado nos veículos de comunicação, o episódio resultou em visibilidade para o jornal e no solucionamento do roubo. O ato suicida, em si, gerava especulação e curiosidade. A sociedade demonstrava a necessidade de compreender os mecanismos que regiam o autoextermínio.

O suicídio era, por assim dizer, um conjunto de suicídios dentro do próprio conceito²⁶⁰. Indo além das classificações e rotulações, havia múltiplas formas de compreender o ato: o suicídio político, o social e o cultural. A junção de todos eles estruturava o gesto de matar-se. Ao final do relato publicado sobre Clodomir, o *Diário do Rio de Janeiro* relatou não saber da veracidade da informação e que toda a história foi extraída de outro jornal.

(...) O tribunal de justiça, imediatamente, condenou John Moon à prisão perpétua. A multidão acompanhou seu Clodomir Frenois para a sua casa. (...) N.B extraímos de um jornal a narração acima referida, e que se assemelha em muitos pontos a uma obra de pura invenção. Bem se vê que não podemos garantir sua autenticidade, posto que com confiança a damos a nossos leitores, pois ela é susceptível de divertir-los um momento²⁶¹.

Não havia, portanto, preocupação de averiguar a veracidade dos casos de suicídio, nem investigação prévia sobre as histórias divulgadas. O principal objetivo era atrair o leitor. A morte era

258 (Le Lemp). Tribunais Estrangeiros. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 set.1840, p.02.

259 ZIEGLER, Jean. *Os vivos e os mortos*. Paris: Seuil, 1975.

260 RODRIGUES, Claudia e LOPES, Fábio Henrique. *Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

261 (Le Lemp). Tribunais Estrangeiros. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 set.1840, p.02.

um instrumento de coerção e o suicídio passava a ser um objeto, nos jornais, de manipulação diante do temor humano que ele suscitava. A ideia de controle social sobre coletividade, se rompia, através da morte controlada. A política que regulava a vida se desregulava, através do ato suicida. O suicídio resultava, assim, na perda da individualidade e o retorno da consciência humana ao coletivo, amparado pelo traumatismo gerado por ele²⁶². A veracidade dos fatos não importava, e sim o ato político de rebeldia contra o sistema social que regulava uma mortalidade ideal.

Este capítulo revelou a espetacularização e a dialética entre o ato suicida e a sociedade. A morte foi tingida em cores e extraços, e os suicídios refletiram essa coloração. A morte de um imigrante variava conforme o fenótipo do indivíduo, sua classe social e o lugar de pertencimento. A escolha pelo autocídio era um ato político, uma atitude de rebeldia frente à sociedade. Eram as próprias amarras sociais que rotulavam os seres humanos e definiam quais histórias mereciam visibilidade na sociedade, estruturando, assim, as políticas que regiam a vida e a morte dos indivíduos.

O suicídio era um fenômeno que rompia com o natural e trazia uma série de consequências no âmbito social. O rompimento da política reguladora da vida tinha efeitos distintos, de acordo com as diversidades sociais — e percebê-la como reguladora revelou quais pessoas geravam comoção ao suicidar-se e quais indivíduos recebiam destaque em sua breve passagem pelo mundo. A política sobre a vida era exímia reguladora da morte e o rompimento desse pacto correspondia a uma reação social diante dos mecanismos de controle.

262 ARIÈS, Philippe. *História Da Morte No Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

Considerações finais

A vida estava intrinsecamente ligada à morte. O cruzamento entre essas concepções refletia as políticas e os dispositivos de poder relacionados a esse fenômeno. O Estado e a sociedade foram os responsáveis pela construção das esferas que definiram, de modo simbólico e prático, quem devia viver e quem podia morrer. Inicialmente nesta dissertação, detalhamos a morte e as múltiplas questões que a permeavam. Trabalhamos questões teóricas e conceituais que fundamentavam o pensamento sobre a morte e o suicídio.

Quando analisamos o suicídio de negros e africanos, concluímos que ele possuía uma cor: a negra, assentada sobre uma visão aristocrática e segregadora. As fontes demonstraram a maior incidência de suicídios entre pessoas negras e africanas, conforme evidenciado nos jornais e nos relatórios da Polícia da Corte. Contudo, apesar dos suicidas negros representarem a maioria, nos deparamos com um silêncio e falta de notoriedade para os casos publicados. Eles não tinham identificação, não existia uma explicação para o ato suicida e, raramente, encontrávamos detalhes sobre sua biografia.

A política que regia as mortes dos negros e africanos estava atrelada ao conceito de banalidade da morte. Ao longo do estudo e da documentação analisada, não se percebia qualquer sentimento de pesar pelos suicidas negros e africanos. Suas mortes eram naturalizadas e mecanizadas para aqueles que elaboraram a documentação. A partir dessa análise, concluímos que existia para a vida um valor determinado, regulado pelas relações de poder. A banalização da morte se revelava, portanto, como um princípio que atravessava toda a construção social observada.

O valor dos indivíduos escravizados, enquanto força de trabalho, era presente na sociedade aristocrática. Após a morte, eles perdiam o valor, uma vez que, ao cessar a utilidade como ferramentas de produção, tornavam-se corpos indesejáveis, apagados dos discursos e da memória coletiva, ou seja, aqueles que a sociedade desejava eliminar de suas entranhas simbóli-

cas e materiais. Existiam, assim, mecanismos que sustentavam a hierarquia da vida e da morte — e tais mecanismos variavam conforme quem era o morto.

Os dados analisados indicavam a existência de uma banalização da morte, reposada nas políticas de extermínio e esquecimento vigentes. As fontes nos permitiram identificar algumas conclusões: a) a ausência de identificação de negros e africanos nos documentos que relatavam seus suicídios; b) a inexistência de investigações prévias sobre as motivações que poderiam ter levado esses indivíduos ao ato suicida; c) a predominância do gênero masculino entre os casos registrados; d) a forma de morrer como um marcador social, capaz de determinar o lugar que esses sujeitos ocupavam na sociedade.

Podemos destacar que a política que regia os suicidas negros e africanos estava relacionada ao status social. O pensamento aristocrático reproduzia justificativas para essas mortes que dispensavam aprofundamento, produzindo o silêncio como resposta social nas publicações de jornais e relatórios policiais. A maior porcentagem de suicidas não identificados era composta por negros e africanos. A omissão multiplicava-se à medida que seus nomes se apagavam na documentação. Um indivíduo sem identidade perdia, com ela, a própria história.

Sobre a questão de gênero, observamos que os suicidas negros e africanos, em geral, eram homens. As mulheres negras e africanas, contudo, cometiam mais suicídios que as brancas. A morte dos homens negros e africanos era marcada pelo trabalho excessivo e pelas péssimas condições de vida. Eles constituíam a maioria da população escravizada. Na importação de mão de obra escrava, os homens foram os mais requisitados, devido à força física e à resistência para trabalhos pesados. Já no caso das mulheres, percebe-se a presença das mesmas condições precárias e de uma vida permeada pela exploração, ainda que em número menor se comparadas aos homens.

Quanto ao método escolhido por negros e africanos para o autoextermínio, havia maior incidência do suicídio por barraço (enforcamento com fios de seda), armas brancas e afogamento. Na maioria dos casos, a escolha estava ligada à letalidade e à acessibilidade dos meios. Ainda assim, é possível identificar

aspectos culturais que exerciam influência sobre a morte escondida, tais como os suicídios por afogamento (remetendo ao retorno ao Kalunga) ou os enforcamentos em lugares de mata. Podemos concluir, portanto, que as experiências concretas de vida desses indivíduos condicionavam suas escolhas no ato suicida e, de certo modo, revelavam nelas o último gesto de liberdade possível.

Os motivos que levaram esses indivíduos ao suicídio eram, em sua maioria, desconhecidos nas fontes. Eram seres humanos que, para os olhos da sociedade, não necessitavam de uma justificativa para partir. Matavam-se devido à vida de exploração que levavam. As suas vidas, por si só, justificavam suas mortes. A partir destas análises, enfatizamos a banalidade da morte, que refletia uma política de extermínio, legitimando a morte de negros e africanos e anulando-os enquanto pessoas. Eles não precisavam de identidade ou de qualquer motivação para o autoextermínio. Essa banalização se manifestava como silenciamento nos relatórios policiais e nas publicações de jornais, recriando uma sensação de vazio em torno da vida anterior desses indivíduos e consolidando seu apagamento social.

Ao estudarmos, os casos relacionados aos suicidas brancos, encontramos uma menor incidência dessa banalização da morte. Na maioria dos processos, havia a construção de um cenário e de um personagem, representando aqueles cuja morte mereciam um destaque. Lembrando que os jornais tinham um leitor específico: uma elite branca e letrada (a “boa sociedade”). Dessa forma, era óbvio que as histórias que ganhavam visibilidade eram aquelas que espelhavam o público-alvo em questão. As fontes analisadas foram uma representação desta política da morte que valorizava determinadas vidas em detrimento de outras.

Nos trechos trabalhados nesta dissertação que se referiam aos detalhamentos sobre as mortes de indivíduos brancos, encontramos, na maioria dos casos: a) as identificações desses indivíduos; b) os detalhes de suas mortes; c) os motivos que levaram essas pessoas a cometerem o ato suicida. Eram raros os casos da não identificação desses indivíduos, cerca de 16% na maioria das amostragens.

O suicídio era predominante no gênero masculino. Na maioria dos casos, estava relacionado a problemas financeiros, já que, como provedores do lar, esses homens tornavam-se mais suscetíveis ao autoextermínio. Poucos eram os casos de suicidas mulheres nas amostragens. As mulheres brancas, em geral, raramente optavam pelo suicídio devido ao seu estilo de vida.

Quanto às motivações para autocídio, elas eram rotineiramente descritas nos relatórios policiais e nos jornais. Eram poucos os casos em que os motivos não eram apresentados — e, quando existiam, apareciam com riqueza de detalhes. Essa prática correspondia às expectativas dos consumidores das publicações: as histórias que vendiam mais exemplares eram as que refletiam a experiência e a sensibilidade de seu público-alvo. O perfil dos leitores, composto por pessoas brancas, letradas e pertencentes à elite, justificativa o tratamento diferenciado dado aos suicídios que lhes pareciam familiares.

As comoções, relacionadas a essas mortes, provinham de uma política voltada à preservação de determinadas vidas, em detrimento de outras. Em muitos relatos, vimos o sentimento de pesar e perda transparecer quando se tratava de certos suicidas. Esses sentimentos transitavam entre o amor (a dor pela perda daquele indivíduo) e o ódio (expresso pela criminalização do suicida). Eram vidas que importavam, e a comoção demonstrava isso. A criminalização, por sua vez, possuía uma função pedagógica: buscava evitar futuros suicídios.

Quanto aos métodos escolhidos por indivíduos brancos, predominavam os suicídios por armas de fogo e armas brancas, além de alguns casos de envenenamento. Somente em uma das amostragens as armas de fogo aparecem em segundo lugar. Esses indivíduos não tinham a necessidade de recorrer a métodos mais acessíveis financeiramente, mas sim àqueles que garantissem eficácia na morte e evitassem o sofrimento em seu autoextermínio. Raramente, nas amostragens, encontramos negros e africanos utilizando armas de fogo para cometer o suicídio. Outro fato interessante era a inexistência de casos de envenenamento entre esses grupos. O método escolhido por cada suicida refletia o seu lugar social.

Podemos concluir, a partir dessas análises, que a morta-

lidade foi alicerçada por sistemas políticos capazes de definir o lugar social dos indivíduos no pós-morte. As tonalidades em torno dessas mortes refletiram a banalidade da morte. Compreendemos que a vida — ou melhor, as mortes — desses indivíduos alicerçaram a ideia de soberania do Estado, na qual as formas de controle e o alto grau de institucionalização incidiram sobre o morrer. Na ausência desse controle, nas camadas sociais desprovidas de poder, a morte era constante, justificada e institucionalizada.

O apagamento de determinados indivíduos manifestava-se pela ausência de informações detalhadas nos jornais e relatórios policiais. As tonalidades definiram a notoriedade dos sujeitos e como suas mortes deveriam ser compreendidas pela sociedade. A mortalidade ganhava, assim, uma racionalidade: havia uma justificativa para a morte de determinados indivíduos, uma política estruturante, calcada sob a égide da banalização da morte. Negros e africanos possuíam valor em vida, enquanto força de trabalho; na morte, passavam pelo processo de desvalorização enquanto pessoas. Os seus corações cessavam a pulsação, simultaneamente às lembranças que restavam deles como seres vivos. A vida tornou-se o reflexo da morte, incidindo sobre a paleta de cores sociais e criando lugares políticos no *post-mortem*, legitimados pela sociedade senhorial.

Referências

- ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedeça*. Tradução: Vera Queiroz da Costa e Silva. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009 [1958].
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes. A Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ALTUNA, Raul Ruiz de Assús. *A cultura tradicional banto*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano da Pastoral, 1985.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis. Vozes, 1988.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e notas de André e Mansuy Diniz Silva. São Paulo: USP, 2007.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. - Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ARIÈS, Philippe. *História Da Morte No Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- AZEVEDO, André Nunes. *O Rio de Janeiro do século XIX e a formação da cultura carioca*. Intellèctus. Ano IX. N: 2.
- AZEVEDO, André Nunes. *Anais do Seminário, Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade, de 23 a 26 de outubro de 2000*. Rio de janeiro: Departamento cultura/NAPE/DEPETEX/SR3/UERJ, 2002.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora: Biblioteca Carioca, 1990.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. São Paulo. Editora: Universidade de São Paulo, 1976.
- BLOCH, Marc. *Para uma história comparada das sociedades europeias*. In: *História e historiadores*, Teorema. Paris: 1963, p.15-50.
- CARVALHO, J. M. 2003. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DA SILVA PEREIRA, Júlio César Medeiros. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DETINNE, M. *Comparar o Incomparável*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.
- DURKHEIM, Émile. *O Suicídio – estudo sociológico*. Lisboa: Editorial Presen-

ça, 1996.

FERREIRA, Jackson. **Por hoje acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850–1888).** Afro-Ásia, n°31, 2004.

FLORENTINO, Manolo; GOES, Roberto. **J. A Paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico.** Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FLORENTINO. Manolo. **Tráfico Atlântico, Mercado Colonial e Famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c. 1830.** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: PATSCHIK, Lucas. **Últimas palavras... A carta de suicídio como fonte histórica.** Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2014. Florianópolis.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Medicina Social.** In: **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 2005.

FREIRE, Jonis. **Batismo e tráfico ilegal de escravos no norte fluminense, c.1798 e c.1858.** In: Sidney Chalhoub; Jonis Freire; Gladys Sabina Ribeiro; Martha Abreu.

(Org.). **Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes.** 1ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos.** Rio de Janeiro: Movimento. 1973.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX),** Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2000.

GOMES. Flávio dos Santos. **História de quilombolas: Moçambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio — Aspectos de rebeldia nos escravos do Brasil.** Rio de Janeiro: Conquista/Instituto Nacional do Livro, 1972.

HENRIQUES, Isabel Castro. **O pássaro de Mel : Estudos de História Africana.** Lisboa: Colibri, 2003.

HEYWOOD, Linda. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **As Hierarquias do Silêncio: não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo de história da historiografia.** Recife: ANPUH-Brasil: 30º simpósio de História Nacional, 2019.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 -1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- LIMA, Frederico Osanam Amorim. *Achei que a hora era essa: O suicídio nas cartas de adeus*. Revista História e Estudos Culturais, Piauí, v. 12, ano XII, n°2, 2015.
- LIMA, T. A. *De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais)*. Anais do. Museu Paulista, V. 2. São Paulo: 1994 p. 87-150.
- LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Reflexões históricas sobre os suicídios, saberes, biopolítica e subjetivação*. Art. Cultura, V.14. Uberlândia: 2012
- LUCA, Tania Regina. *Fontes Impressas: História por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres- A abolição do tráfico de escravos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2017.
- MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café*. Niterói: Cromos, 1993.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ªedição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações – Tomo 1 (até o século XVIII)*. São Paulo, Salvador: Casa das Áfricas, Edufba, 2009.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n°: 32. Dezembro, 2016.
- MEDEIROS, Márcia Maria. *Concepções Historiográficas Sobre a Morte e o Morrer: Comparações Entre a Ars Moriendi Medieval e o Mundo Contemporâneo*. Revista Virtual: Outros Tempos-Pesquisa em Foco-História, V. 5, n°. 6, 2008.
- MILLER, Joseph C. *Way of Death, Medison*: Wisconsin University Press, 1987. In: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2000.
- MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Publicações Europa América, s/d, 1988.
- OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão*. Revista Hist. cienc. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n°. 2, 2008.
- PANTOJA. Selma (ed.), *Identidades, Memórias e História em Terras Africanas*, Brasília: Luanda, Nzila, 2006.
- PESSOA, T.C. *Sob o signo da ilegalidade: o tráfico de africanos na montagem do complexo cafeeiro (c.1836-c.1853)*. TEMPO (NITERÓI. ONLINE), 2017.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PLATÃO. “A República”. 6º ed. Ed. Atena, 1956.
- REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 3 eds. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- RODRIGUES, Claudia e LOPES, Fábio Henrique. *Sentidos da Morte e do Mor-*

- rer na Ibero-América. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.
- RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro. Fiocruz; 2006.
- SILVA. Alberto Costa. **Um Rio chamado Atlântico: Rio de Janeiro**, Nova fronteira, 2011.
- SLENES, Robert. W. **A GRANDE GREVE DO CRÂNIO DO TUCUXI: espíritos das águas centro-africanas e identidades escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro**. In: HEYWOOD, Linda. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de CAM” Na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**, Rio de Janeiro: 7 Letras ,2007.
- THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. **História Comparada: Olhares Plurais**. Revista de História Comparada, v: 01 n°: 01. Jun./2007.
- THOMPSON, E.P. Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- THORNTON, John. K. **Religião e vida ceremonial no Congo e nas áreas Umbundu, de 1500 a 1700**. In: HEYWOOD, Linda. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- VALLADARES, Eduardo **O Período Regencial (1831-1840)**. In: GUARITA, Sônia. **O Brasil como Império**, São Paulo: Companhia Nacional, 2009.
- VANSINA, jan. **O Reino do Congo e seus Vizinhos**. In: OGOT, bethwellallan. (ed). **História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. P.677
- ZIEGLER, Jean. **Os vivos e os mortos**. Paris: Seuil, 1975.

Apêndice - Corpo Documental

Periódicos consultados:

- Bremen, Notícias Estrangeiras. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 ago.1830. p.01
- BURGIE, O Suicídio. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 17 fev.1844. p.01.
- O Cincinato. Colonização europeia e a Escravidão Africana. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 07, Janeiro. 1837, p.01.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 05 fev. 1831, p.01.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 fev.1845. p.04
- Francisco Bernadino de Souza, Breves Reflexões sobre o suicídio. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 dez.1850. P.01
- Extratos da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 dez.1845, p.02.
- Extratos da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 mar.1846, p.02.
- Francisco Bernadino de Souza, Breves Reflexões sobre o suicídio. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 dez.1850. p.01.
- Panorama, Suicídio Legal no Japão. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 ago.1838. p.01.
- Repartição da polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 fev.1844. p.02
- Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 08 jul.1844. p.02
- Repartição da polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 fev.1841. p.02
- Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 15 jan.1849. p.02
- Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 mai.1842. p.02
- Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 14 jun.1842. p.02.
- Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 01 out.1845. p.02.
- Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 01 mar.1849. p.03.
- O suicídio. O Cincinato, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 out.1838. p.02
- Repartição da polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 01 ago.1843. p.02.
- Repartição da polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 set. 1849. p.02.
- Repartição da Polícia, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 ago.1845. p.02
- Repartição da Polícia, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29, set. 1847, p.03.
- Repartição da Polícia, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 9 dez.1842. p.02.
- Repartição da Polícia, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26, jan. 1849. p.03.
- Joaquim José Moreira Maia, Repartição da Polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 14 fev.1846. p.02.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 jan.1847. p.02.

Suicídio. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 jan.1844. p.02
Repartição de polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 dez.1845. p.02
Post-scriptum. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 04 fev.1842. p.02
Repartição da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 ago.1848. p.02
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 18 mai.1848. p.02
Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 28 jan.1845. p.02
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 18 fev.1847. p.02
Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 dez.1847. p.02
Sem nome, Os Assassinos da Caqueirada. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 08 fev.1839. p.02
Repartição da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 09 jun.1848. p.02
Repartição da Polícia. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1847. p.03
Suicídio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 08 nov.1839. p.02
Notícias Estrangeiras. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 dez.1841, p.01.
Courrier de L'Europe. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 out.1847, p.01.
Suicídio Singular. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 out.1841, p.01.
Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 18 set.1838, p.02.
Uma explicação. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 set.1838, p.02.
Repartição da Polícia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 jun.1844, p.02.
Exterior. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 out.1847, p.02.
(Le Lemps). Tribunais Estrangeiros. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 set.1840, p.02.

Arquivo Nacional: Relatórios da Polícia da Corte

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 166. Rio de Janeiro, 1833.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 169. Rio de Janeiro, 1834.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 171. Rio de Janeiro, 1835.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 173. Rio de Janeiro, 1836.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 174. Rio de Janeiro, 1837.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 174. Rio de Janeiro, 1838.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 186. Rio de Janeiro, 1838.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 187. Rio de Janeiro, 1838.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 191. Rio de Janeiro, 1839.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 204. Rio de Janeiro, 1834.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 204. Rio de Janeiro, 1845.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 467. Rio de Janeiro, 1834.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatórios da Polícia da Corte. Série Justiça, IJ 467. Rio de Janeiro, 1835.

ISBN 978-65-5252-244-3



9 786552 522443



FRIPERJ

Fórum de Reitores das Instituições Públicas
de Ensino do Estado do Rio de Janeiro



PREFEITURA
RIO
Instituto
Pereira Passos

LETR^CAPITAL

